



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO MODELOS DE FORMAÇÃO

AUTOR: Aspirante Manuel António da Silva Moreira

ORIENTADOR: Capitão Jorge Manuel Coelho Guerra

LISBOA, MARÇO de 2009



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

A INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO MODELOS DE FORMAÇÃO

AUTOR:

– Aspirante Manuel António da Silva Moreira

ORIENTADOR:

– Capitão Jorge Manuel Coelho Guerra

LISBOA, MARÇO de 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Manuel e Zélia, e à minha irmã Glória.

AGRADECIMENTOS

É minha intenção agradecer às seguintes pessoas:

Ao Capitão Jorge Guerra, na qualidade de orientador, pela paciência e disponibilidade que teve para comigo. Foi graças à sua ajuda que consegui resolver a maioria dos problemas que foram surgindo ao longo do trabalho;

Ao Tenente Pombo, pelo entusiasmo transmitido na cadeira *Sistema de Armas* na Academia Militar, pela sua ajuda na escolha do tema e colaboração no projecto deste trabalho;

Ao Major Nortadas, pela sua disponibilidade na entrevista realizada, bem como pelos conhecimentos transmitidos que permitiram uma visão mais ampla da temática do trabalho;

Ao Major Faria, pela sua disponibilidade na entrevista realizada, bem como pelos conselhos dados que contribuíram para o aperfeiçoamento do trabalho;

Ao Comissário Colaço da PSP, actualmente a desempenhar as funções de comandante de companhia e instrutor de tiro no ISCPSI, pela cordialidade com que me recebeu e pela percepção dada sobre a temática do trabalho, naquela força de segurança;

Ao Subcomissário Oliveira da PSP, ex-instrutor de tiro na Escola Prática de Policia, em Torres Novas, pelos conhecimentos transmitidos sobre a formação de tiro na PSP;

Ao Tenente-Coronel Lomelino, da Chefia de Operações do Comando Geral, pela sua disponibilidade no fornecimento de todos os relatórios relativos à utilização das armas de fogo pelos militares da Guarda;

A todos os Oficial e Sargentos, que contribuíram para este trabalho, através da resposta aos questionários;

A todos que me ajudaram, directa e indirectamente, na realização deste trabalho.

*"As armas devem ser usadas em última instância,
onde e quando os outros meios não bastem."*

Nicolau Maquiavel

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iv
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vi
ÍNDICE DE QUADROS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 - INTRODUÇÃO	1
1.1.1 - FINALIDADE	1
1.1.2 - ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.1.3 - DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	1
1.1.4 - OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO	2
1.1.5 - PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	2
1.2 - METODOLOGIA	3
1.3 - ESTRUTURA	3
PARTE I SUSTENTAÇÃO TEÓRICA	4
CAPÍTULO 2 - DIMENSÃO CONTEXTUAL	4
2.1 - ENQUADRAMENTO	4
2.2 - INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO	4
2.3 - MODELOS DE FORMAÇÃO	5
2.3.1 - TIRO DE INSTRUÇÃO	5
2.3.2 - TIRO DE MANUTENÇÃO	5
2.3.3 - TIRO DESPORTIVO	5
2.4 - A FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE TIRO	6
2.5 - A FORMAÇÃO DE TIRO DE UM MILITAR DA GNR	6

CAPÍTULO 3 - DIMENSÃO LEGAL	9
3.1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	9
3.1.1 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	10
3.1.2 - PRINCÍPIO DA NECESSIDADE	10
3.1.3 - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	11
3.2 - RECURSO A ARMA DE FOGO EM ACÇÃO POLICIAL	11
CAPÍTULO 4 - DIMENSÃO FUNCIONAL/OPERACIONAL.....	12
4.1 - A REVISÃO DAS NORMAS DE TIRO	12
4.2 - O QUE FAZ A PSP?.....	13
4.3 - PROBLEMAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE TIRO.....	14
PARTE II SUSTENTAÇÃO PRÁTICA.....	17
CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO	17
5.1 - INTRODUÇÃO	17
5.2 - HIPÓTESES PRÁTICAS	17
5.3 - METODOLOGIA DE ANÁLISE	18
5.3.1 - CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE	18
5.3.2 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	18
CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	20
6.1 - QUESTIONÁRIOS.....	20
6.2 - ENTREVISTAS.....	27
CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES.....	34
7.1 - VERIFICAÇÕES DAS HIPÓTESES	34
7.2 - CONCLUSÕES	35
7.3 - LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	36
7.4 - PROPOSTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
APÊNDICES	40
ANEXOS.....	59

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1: Formação de tiro antes da habilitação do CIT.	20
Gráfico 6.2: Quantidade de sessões de tiro antes da habilitação CIT.	21
Gráfico 6.3: Aproveitamento do CIT para as funções de instrutor de tiro.	21
Gráfico 6.4: A habilitação na formação de tiro.	22
Gráfico 6.5: Quantidade de sessões de tiro após a habilitação CIT.	23
Gráfico 6.6: Quantidade de sessões de tiro no último ano.	23
Gráfico 6.7: Aproveitamento actual dos instrutores de tiro.	24
Gráfico 6.8: Aproveitamento actual dos instrutores de tiro.	25
Gráfico 6.9: Actualização dos instrutores de tiro, face à nova pistola.	25
Gráfico 6.10: Actualização dos instrutores de tiro, face à nova pistola.	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1: Caracterização da amostra para as entrevistas.....	18
Quadro 6.1: Apresentação dos resultados da questão n.º1.	27
Quadro 6.2: Apresentação dos resultados da questão n.º2.	28
Quadro 6.3: Apresentação dos resultados da questão n.º3.	28
Quadro 6.4: Apresentação dos resultados da questão n.º4.	29
Quadro 6.5: Apresentação dos resultados da questão n.º5.	30
Quadro 6.6: Apresentação dos resultados da questão n.º6.	31
Quadro 6.7: Apresentação dos resultados da questão n.º7.	31
Quadro 6.8: Apresentação dos resultados da questão n.º8.	32
Quadro 6.9: Apresentação dos resultados da questão n.º9.	32
Quadro 6.10: Apresentação dos resultados da questão n.º10.....	33
Quadro 6.11: Apresentação dos resultados da questão n.º11.....	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4.1: O tiro de manutenção de 2003 a 2007.....	14
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLAS

CARI	Comando da Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando de Doutrina e Formação
CFG	Curso de Formação de Guardas
CG	Comando Geral
CIT	Curso de Instrutores de Tiro
CPCb	Curso de Promoção a Cabo
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTIP	Curso de Técnicas de Intervenção Policial
EG	Escola da Guarda
FMG	Formação Militar Geral
GNR	Guarda Nacional Republicana
GOE	Grupo de Operações Especiais
IAQT	Instrução de Actualização de Quadros de Tropas
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
PACT	Processo de Avaliação e Certificação de Tiro
PFT	Plano de Formação de Tiro
PSP	Polícia de Segurança Pública
RTM	Regulamento de Tiro de Manutenção
RTD	Regulamento de Tiro Desportivo
SP	Silhueta Policial
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada

ABREVIATURAS

et tal.	E outros
mm	Milímetros
n.º	Número
Of/Sarg	Oficiais e Sargentos
p.	Página
Rep	Repartição

RESUMO

O presente trabalho está subordinado ao tema “A Instrução e Execução de Tiro – Modelos de Formação”.

Desde os primórdios da História que os elementos fundamentais do poder são o homem e as armas. A combinação destes dois elementos consegue garantir a segurança de uma pessoa e de um país. De todas as armas, são as armas de fogo as que representam um maior poder e ameaça para a integridade física e vida humana. Por esta razão é que o seu recurso representa o último instrumento de actuação por parte dos agentes da autoridade.

Neste contexto, desenvolve-se um estudo a partir da pergunta inicial: “Qual o papel dos instrutores de tiro no modelo de formação de tiro da Guarda Nacional Republicana?”. Os principais objectivos são responder à pergunta de partida, bem como identificar os problemas e desafios na formação de tiro na GNR.

A metodologia para o trabalho consistiu na investigação documental de textos, livros, relatórios, legislação, na análise de dados estatísticos, na observação, e ainda na interpretação dos resultados de entrevistas e questionários realizados aos principais intervenientes na formação de tiro na GNR.

Após a análise de dados, conclui-se que existe um débil aproveitamento dos instrutores de tiro na GNR, apurando-se que existem diversos constrangimentos que dificultam a execução do tiro de manutenção. A reestruturação orgânica e a introdução das novas Normas de Tiro originam novos desafios para os instrutores de tiro na GNR.

O presente trabalho foi realizado entre Janeiro e Março de 2009.

Palavras-chave: GNR; NORMAS DE TIRO; RTM; CIT.

ABSTRACT

This assignment is under the subject “The Instruction and Performance of Shooting. - Training Models”

Since the beginning of History that the fundamental elements of power are the man and weapons, only with the combination of both is possible to ensure the security of a person and of a country. From all the weapons, the fire arms are the ones which represent a major power and threat to physical integrity and human life. For this reason its resource is the last instrument to be used by the authorities.

In this context a study was developed from the question “what is the role of the shooting instructors in the training model of Guarda Nacional Republicana?” The main purposes are to answer the question as well as identify the problems and challenges in the shooting of training in GNR.

The methodology for the assignment consisted of the investigation of texts, books, reports, legislation, analysis of statistic data, observation and interpretation of results interview and questionnaires made to the main intervenients of the training of shooting in GNR.

After the data analysis we can conclude that there is a feable profite of the shooting instructors in GNR, there are several inconvenients that make the accomplishment of maintenance shooting difficult, the organic restructure and the introduction of new Shooting Rules lead to new challenges for the shooting instructors in GNR.

The present assignment was carried out between January and March 2009.

Key words: GNR; SHOOTING RULES; RTM CIT.

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 - INTRODUÇÃO

1.1.1 - FINALIDADE

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) está inserido na estrutura académica do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade Segurança, da Academia Militar.

O TIA representa o culminar da formação do futuro oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR), visando o desenvolvimento das capacidades de investigação na área das Ciências Sociais, bem como aprofundar conhecimentos de interesse para a instituição.

Assim, um trabalho desta natureza deve ser materialmente concebido através de um relatório científico, com conclusões claras e soluções bem definidas. Apenas deste modo é possível a valorização pessoal do futuro oficial e a valorização da organização, através dos resultados que do estudo possam advir.

1.1.2 - ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho subordina-se ao tema “A Instrução e Execução de Tiro – Modelos de Formação”. A escolha deste tema deve-se ao interesse pessoal do autor na temática em questão, bem como à vontade de estudar e compreender uma das áreas de formação mais importantes na GNR.

A relevância do tema deve-se ao facto de ser comum a todos os militares da GNR, o que o torna bastante sensível, especialmente para aqueles que têm a tarefa de ministrar e dirigir a formação de tiro.

A importância da formação de tiro prende-se pelo facto de as suas possíveis deficiências e falhas poderem resultar em tragédias, com potencial para resultar em graves consequências pessoais e para terceiros, e sempre com pano de fundo a imagem da instituição GNR (Simões, Oliveira, Fernandes, Bengala & Madaleno, 2008).

1.1.3 - DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Devido à abrangência do tema em questão e às limitações para o abordar, é fundamental formular um problema que o restrinja, dando-lhe uma direcção específica sobre a qual a investigação deve incidir.

Assim sendo, do tema proposto pelo Comando da GNR, surge o problema: “Qual o papel dos instrutores de tiro no modelo de formação de tiro da GNR?”.

Considera-se instrutor de tiro, todo o Oficial e Sargento habilitado com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT), que por sua vez, em conjunto com os Oficiais pertencentes à Comissão Técnica para a revisão das Normas de Tiro, constituem o objecto de estudo deste trabalho.

Este problema tem como objectivo geral compreender a importância da habilitação dos instrutores de tiro para o processo de formação de tiro e quais os problemas actuais e desafios futuros que se lhe colocam. Tudo isto, numa conjuntura de reforma e reestruturação, proporcionada pela revisão das Normas de Tiro e a entrada em vigor da nova Lei Orgânica da GNR (LOGNR).

1.1.4 - OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO

Visando uma abordagem mais metódica e concreta, de modo a atingir-se o objectivo geral, criado a partir do problema formulado, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Identificar a situação actual, no que respeita à habilitação dos instrutores de tiro;
- Identificar qual o aproveitamento da habilitação do CIT, para a instrução e execução de tiro;
- Compreender as principais dificuldades na formação de tiro da GNR;
- Compreender os novos desafios para os instrutores de tiro, devido à introdução das novas Normas de Tiro, da nova LOGNR, e da pistola Glock 19 calibre 9 mm.

Estes objectivos constituem as traves mestras do trabalho, e têm como função a orientação temática ao longo do mesmo.

1.1.5 - PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Face aos objectivos anteriormente referidos, importa considerar algumas questões cujo objectivo é solucionar a problemática suscitada, tais como:

- Qual a importância da habilitação dos instrutores de tiro para o processo de formação de tiro na GNR?
- Estará a formação de tiro na GNR a ser ministrada por pessoal não habilitado?
- Após estarem habilitados com o CIT, qual a percentagem dos militares que desempenharam funções de instrutor de tiro?
- Qual o nível de actualização dos instrutores de tiro, relativamente à nova pistola Glock 19 calibre 9 mm?

1.2 - METODOLOGIA

O presente trabalho científico baseia-se num estudo exploratório enquadrado na área das Ciências Sociais e trata um tema de elevado impacto e importância no seio da GNR, motivo pelo qual é fundamental ter uma visão interna da situação referida, bem como uma perspectiva mais abrangente, fruto de uma análise comparativa com a Polícia de Segurança Pública (PSP).

A realização da primeira parte do trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica em vários locais, nomeadamente: Biblioteca Nacional, biblioteca do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), biblioteca da Academia Militar e biblioteca da Escola da Guarda (EG). Além da pesquisa efectuada nestes locais, também as conversas informais com Oficiais da GNR e da PSP, permitiram traçar uma visão geral sobre a situação actual da formação de tiro na GNR.

Na segunda parte, o investigador recorre ao inquérito por questionários realizados a uma amostra representativa da população constituída pelos Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT. Além disso, o investigador recorreu também ao inquérito por entrevistas realizadas a uma amostra seleccionada, em função dos conhecimentos sobre o tema.

No que respeita à estrutura geral do trabalho, todo ele se baseia em livros de metodologia científica, com as devidas adaptações às Normas de Redacção de Trabalhos Científicos da Academia Militar.

1.3 - ESTRUTURA

A estrutura principal do trabalho encontra-se dividida em duas partes, uma primeira parte de enquadramento teórico e uma segunda parte de enquadramento prático. Esta estruturação está de acordo com a que é proposto por Sarmiento (2008), com a devida adaptação às orientações dadas pela Academia Militar (Academia Militar, 2008).

Assim, na primeira parte do trabalho, pretende dar-se uma visão tripartida da importância da área do tiro, através das dimensões: contextual, legal e funcional/operacional.

Na segunda parte, são apresentados os resultados do trabalho de campo, bem como a análise e discussão desses mesmos resultados, com o objectivo de dar resposta às perguntas de investigação e verificar as hipóteses formuladas.

PARTE I SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 2 - DIMENSÃO CONTEXTUAL

2.1 - ENQUADRAMENTO

A GNR é uma força de segurança, à qual o Estado confere autoridade para o uso da força, no exercício da função policial, para a prossecução dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Assim, a arma de fogo, surge como o último recurso¹ do uso da força policial (Manual de Operações, 1996).

A actuação dos militares da GNR é regida por um conjunto de normas legislativas que regulam a actividade policial, de modo a existir uma concordância entre os preceitos legais e os meios coercivos que estão à disposição dos militares, no âmbito das suas funções. Deste modo, a instrução e execução de tiro na GNR assume uma especial importância, pela forma como habilita os seus militares a manusear as armas de fogo no desempenho das suas missões (Simões et al., 2008).

2.2 - INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO

Segundo Ribeiro, Figueiredo, Belchior, Nortadas & Fins (2006, p.7) “ *É preciso ter a consciência de que, por vezes, pode ser necessária uma actuação de emergência para a qual o conhecimento da arma e a perícia no seu emprego podem influir de forma decisiva (...)* ”.

Os preceitos para que um militar da GNR possa recorrer da sua arma de fogo são vários: legalidade, conhecimento da arma e capacidade técnica. Desta forma, a instrução e execução de tiro assumem um papel fundamental para que todos os militares possam desenvolver a sua actividade diária, sem que a arma de fogo constitua qualquer tipo de entrave para a sua actuação.

Numa análise bipartida, a instrução de tiro pode ser analisada num prisma teórico – prático da formação de tiro, em que se procura a transmissão de conhecimentos, preceitos técnicos e táticos. A execução de tiro pode ser entendida num ponto de vista mais específico, eminentemente prático, em que se procura a consolidação teórica e o melhoramento dos procedimentos técnicos.

¹ “ (...) em caso de absoluta necessidade (...)”, conforme o n.º 1 do artigo 2º do Decreto – Lei nº 457/99 de 5 de Novembro.

A eficácia da formação de tiro resulta da importância conjunta entre a instrução e execução de tiro, pois complementam-se mutuamente. O treino e a prática, aliados à interiorização dos preceitos legais de utilização das armas de fogo, são fundamentais para que os militares da GNR atinjam os padrões de excelência que se pretendem (Ribeiro et al., 2006).

2.3 - MODELOS DE FORMAÇÃO

As Normas de Tiro da GNR regulam a instrução e execução de tiro, constituindo na opinião do investigador um modelo de formação geral. No entanto, para um estudo mais sintético, divide-se este modelo de formação geral, em três submodelos: Tiro de Instrução, Tiro de Manutenção e Tiro Desportivo.

2.3.1 - TIRO DE INSTRUÇÃO

Segundo as Normas de Tiro (2008) o Tiro de Instrução é *“todo o tiro realizado no âmbito de cursos de formação, promoção ou especialização”*.

O Tiro de Instrução assume uma especial importância na formação inicial, visto que é neste tipo de formação que a maioria dos militares da Guarda tem o primeiro contacto com o armamento e tiro.

Segundo Simões et al., (2008, p.6) *“ a formação inicial de tiro destina-se a capacitar os futuros militares da Guarda dos procedimentos de segurança, de manuseamento e de execução de tiro com armas de fogo, preparando-os para o desempenho da actividade policial”*.

2.3.2 - TIRO DE MANUTENÇÃO

Segundo as Normas de Tiro (2008) o Tiro de Manutenção é *“todo o tiro realizado por militares prontos ao serviço, executado nos termos deste regulamento, tendo por base a manutenção e melhoria dos ensinamentos já adquiridos”*.

O Tiro de manutenção obedece ao Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM), das Normas de Tiro da GNR.

O artigo 1.º do RTM, refere que o tiro de manutenção tem como objectivo proporcionar a todos os militares da GNR a manutenção técnica, aperfeiçoamento e melhoria da destreza necessária na correcta execução do tiro.

2.3.3 - TIRO DESPORTIVO

Segundo as Normas de Tiro (2008) o Tiro Desportivo é *“todo o tiro realizado por militares em representação das Equipas da GNR ou em Representação Nacional”*.

No artigo 8.º n.º 3 refere que o Oficial de Tiro é por inerência de funções o delegado do tiro desportivo da sua unidade para efeitos da aplicação do Regulamento de Tiro Desportivo (RTD), tendo também segundo o n.º 4 deste artigo, a função de seleccionar e preparar as equipas de tiro da sua unidade.

2.4 - A FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES DE TIRO

A formação dos instrutores de tiro está prevista no artigo 18.º das Normas de Tiro da GNR. Segundo este artigo, o curso de formação que habilita os Oficiais e Sargentos para o desempenho das funções de Oficial e Sargento de Tiro é o CIT, ministrado pela EG.

O CIT começou a ser ministrado em 2001. Desde esse ano têm sido realizados, em média, 2 cursos por ano, cada um deles com aproximadamente 12 formandos. O CIT tem uma duração actual de 120 horas, divididas por 37 sessões. No detalhe de instruções² do curso são abordadas as seguintes matérias:

- Normas de Segurança;
- Armamento e Munições em uso na GNR;
- Enquadramento Legal;
- Tiro Nocturno;
- Prática Pedagógica;
- Técnica de Tiro;
- Princípios Tácticos;
- Execução de Tiro;
- Execução de Tiro com Simuladores³.

Todas as matérias abordadas durante o curso fazem dele uma formação bastante completa e abrangente, abarcando não só as componentes técnicas e tácticas, mas também o enquadramento legal, a prática pedagógica e a utilização de terminologia própria.

Segundo Nortadas (2009)⁴, o CIT, entendido como uma formação intensa de tiro, que deveria ser proporcionada a todos os militares da GNR.

2.5 - A FORMAÇÃO DE TIRO DE UM MILITAR DA GNR

² Vide Anexo M.

³ Simuladores Secotron e Range 2000.

⁴ Vide questão n.º 1 do Apêndice C.

No âmbito deste trabalho, decidiu-se analisar a formação de tiro do Guarda que irá formar-se no próximo Curso de Formação de Guardas (CFG), e que no futuro desempenhará funções operacionais num Posto Territorial. Esta análise parte dos pressupostos que o Guarda em questão terminará a carreira profissional no posto de Cabo e que antes de concorrer para a GNR era civil.

A razão para limitar a análise da formação de tiro apenas à Classe de Guardas, deve-se ao facto de esta classe representar cerca de 87%⁵ do efectivo da GNR.

À luz do Regulamento do CFG em vigor deste Maio de 2006, está prevista no artigo 6.º n.º 2, entre outras áreas, a Área de Instrução Militar, que compreende a disciplina de Armamento e Tiro. Também, após pesquisa, apurou-se que à luz do artigo 4.º, n.º 4 do mesmo regulamento, o Comandante da Escola da Guarda define a estrutura curricular da Instrução Militar Básica, onde tem sido também incluída uma disciplina de Armamento.

Para o CFG que irá iniciar no presente ano, foi proposta e aprovada a divisão da disciplina de Armamento e Tiro em duas disciplinas distintas, dando assim origem a um detalhe de instrução para a disciplina de Armamento e outro para a disciplina de Tiro. Além destas duas disciplinas, a proposta em questão, continua a contemplar um detalhe de instrução de Armamento, mais elementar, que será englobado na Formação Militar Geral (FMG).

O detalhe de instrução de armamento da FMG⁶ tem uma carga horária de 10 horas, repartidas por 4 sessões, abrangendo as seguintes matérias: procedimentos de segurança, apresentação da pistola Walther P38 calibre 9mm e a apresentação da espingarda automática G3 calibre 7,62 mm.

No detalhe de instrução de armamento⁷ propriamente dito, este tem uma carga horária de 15 horas, repartidas por 8 sessões, englobando as seguintes matérias: identificação de munições e granadas de mão, apresentação da pistola Glock 19 calibre 9 mm, apresentação da pistola-metralhadora Saf Famae calibre 9 mm e apresentação das diversas espingardas caçadeiras⁸ calibre 12.

O detalhe de instrução de tiro⁹ tem uma duração de 55 horas, ao longo de 20 sessões, englobando de entre outras matérias, as seguintes: técnicas de tiro de pistola e espingarda, execução de tiro de pistola calibre reduzido e calibre de guerra nas diversas modalidades, execução de tiro com o recurso às técnicas de utilização de lanternas em ambiente nocturno, execução de tiro de espingarda calibre reduzido e calibre de guerra nas diversas modalidades, e ainda a execução de tiro com a pistola-metralhadora e espingarda caçadeira.

Após a análise dos detalhes de instrução das disciplinas do CFG, detecta-se que poderá

⁵ Com base no controlo de efectivos de 31 de Agosto de 2008 da 1.ª Rep/CG/GNR.

⁶ Vide Anexo N.

⁷ Vide Anexo O.

⁸ Espingardas caçadeiras: Valtro, Scorpion e Fabarm.

⁹ Vide Anexo P.

haver uma lacuna na formação do Guarda. Apesar de estar prevista no detalhe da disciplina de Armamento, uma sessão de formação sobre a pistola Walther P38 calibre 9mm, ainda em uso generalizado no dispositivo da GNR, não está contemplada nenhuma sessão de execução de tiro com esta arma no detalhe da Disciplina de Tiro. Na proposta em questão, apenas foi contemplada a execução de tiro com a nova pistola Glock 19 calibre 9mm, que ainda não se encontra distribuída à totalidade do dispositivo.

Atendendo ao anteriormente exposto, visualiza-se a possibilidade de alguns militares terminarem o CFG e poderem ser colocados num local onde apenas existem as velhinhas pistolas Walther P39 calibre 9mm, com as quais nunca realizaram tiro.

Após o término do CFG, o Guarda será colocado numa das unidades do dispositivo e, deste momento em diante, a sua formação de tiro passará a ser a que está contemplada nas Normas de Tiro. Assim, considerando que o militar em questão virá a desempenhar funções operacionais, realizará anualmente três sessões de tiro de pistola. Poderá ainda realizar duas sessões de tiro com pistola-metralhadora, uma sessão de tiro com espingarda e uma sessão de tiro com espingarda caçadeira, caso o serviço que desempenha requeira a utilização destas armas.

O Guarda poderá ainda receber formação adicional na área do tiro durante Instrução de Actualização de Quadros de Tropas (IAQT). Este tipo de formação poderia constituir uma boa ferramenta de complemento da formação de tiro, o que na realidade não se verifica, uma vez que raramente são contempladas matérias relacionadas com o tiro.

No Curso de Promoção a Cabo (CPCb), o militar será novamente confrontado com uma disciplina que engloba as componentes armamento e tiro. Neste curso, a carga horária será mais reduzida, uma vez que já não haverá necessidade de transmitir conhecimentos novos, sendo apenas necessário relembrar conceitos já adquiridos.

Importa salientar que a perspectiva retratada partiu do pressuposto que as Normas de Tiro da GNR foram integralmente cumpridas, constituindo assim uma visão ideal da formação de tiro.

CAPÍTULO 3 - DIMENSÃO LEGAL

3.1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Segundo Nogueira (2003,p.97) *“Nas sociedades modernas vive-se quotidianamente o drama da necessidade de conciliar o respeito pelo quadro normativo vigente e pelos valores fundamentais nele reflectidos – exigência inalienável do Estado de direito –, com a promoção da segurança, enquanto vertente concreta da vivência dos cidadãos.”*

A Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 266.º, impõe que a actuação das forças policiais no domínio da segurança interna deve pautar-se pelo respeito dos direitos, liberdades e garantias e dos princípios do Estado de Direito Democrático. Deste modo, qualquer actividade levada a cabo pela GNR, deverá respeitar, entre outros, os princípios da legalidade, da necessidade e da proporcionalidade.

O Manual de Operações da GNR (1996) refere os princípios fundamentais da actividade operacional, de onde se destaca o princípio da mínima força. Este princípio considera o emprego da força como o último recurso, de forma a minimizar os danos infligidos ao adversário, sendo restringido o uso da força ao mínimo indispensável ao cumprimento da missão.

Na GNR este princípio está presente a nível doutrinário nos Patamares do Uso da Força¹⁰, fornecendo aos militares da GNR uma ferramenta que permite facilitar o raciocínio na escolha dos meios a utilizar, face a uma determinada situação. Deste modo os meios considerados violentos, devem ser empregues progressivamente pela seguinte ordem:

1. *Presença (dissuasão psicológica pela farda e postura);*
2. *Advertência oral;*
3. *Técnicas mãos vazias;*
4. *Algemas ou outros dispositivos de algemagem;*
5. *Armas ou dispositivos eléctricos imobilizantes;*
6. *Gases neutralizantes não tóxicos;*
7. *Bastão policial;*
8. *Armas de fogo com munições menos letais;*
9. *Armas de fogo com outras munições.*

O objectivo dos Patamares do Uso da Força não é restringir a actuação dos militares da GNR, mas sim, definir procedimentos de actuação adequados a cada situação. Desta forma, as armas de fogo, constituem o último meio a ser empregue, já quando mais nenhum meio for eficaz.

¹⁰ Previsto no Manual de Manutenção de Ordem Pública da GNR (p.7, 2004), adaptado pelo autor com base na doutrina transmitida no âmbito da cadeira Tática da GNR I da Academia Militar.

Os militares da GNR, que vivem no dia-a-dia as dificuldades e perigos no terreno, sentem a necessidade de decidir as situações com que se deparam, de modo rápido, racional e seguro. Para tal, o completo conhecimento da legislação sobre a utilização das armas de fogo, bem como o cumprimento dos preceitos de ordem técnica no manuseamento da arma, são fundamentais para que o militar tenha sempre salvaguardada a sua segurança jurídica e, acima de tudo, para que seja capaz de preservar a sua integridade física e dos cidadãos. (Ribeiro et al., 2006).

3.1.1 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Segundo o Manual de Operações da GNR (1996), *“O princípio da legalidade significa que os actos levados a efeito pela GNR, além de terem um fundamento necessário na lei, constituem medidas ou procedimentos individualizados e com conteúdo suficientemente definido na lei”*.

O princípio da legalidade também está consignado no Código Deontológico do Serviço Policial¹¹, que refere no seu artigo 2.º n.º 2, que os membros das Forças de Segurança cumprem os deveres que a Lei lhes impõe, de modo a servir o interesse público.

À luz deste princípio, conclui-se que a actuação da GNR está constantemente subordinada à Lei, sendo assim fundamental que todos os militares pautem a sua conduta segundo este preceito.

3.1.2 - PRINCÍPIO DA NECESSIDADE

Os agentes da autoridade, numa situação concreta terão sempre que avaliar o equilíbrio entre a vantagem do fim que visam atingir e o custo da medida a adoptar.

Em qualquer actuação policial, será sempre necessário que o meio utilizado para atingir o fim visado, resulte na impossibilidade de não ser atingido o mesmo fim por outro meio menos lesivo. (Nogueira, 2003).

O Código Deontológico do Serviço Policial¹², refere no seu artigo 8.º n.º 1 que os membros das Forças de Segurança usam os meios coercivos adequados só quando estes se mostrem necessários ao bom cumprimento das suas funções e estejam esgotados os meios de persuasão e de diálogo.

Também o artigo 2.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 457/99¹³, refere que *“O recurso a arma de fogo só é permitido em caso de absoluta necessidade, como medida extrema, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes (...)”*. Assim sendo, o recurso a arma de fogo neste contexto será o último meio a ser empregue.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de Fevereiro de 2002.

¹² Vide Anexo J.

¹³ Vide Anexo J.

3.1.3 - PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Este princípio está presente no artigo 2.º do Decreto – Lei n.º 457/99 e no artigo 8.º do Código Deontológico do Serviço Policial.

O princípio da proporcionalidade visa relacionar o interesse prosseguido e o interesse sacrificado, analisando se o interesse sacrificado é aceitável em função do objectivo a atingir (Nogueira, 2003).

3.2 - RECURSO A ARMA DE FOGO EM ACÇÃO POLICIAL

A opção do uso ou não das armas de fogo, foi sempre uma das maiores preocupações dos agentes policiais, devido à dificuldade em identificar as circunstâncias em que se pode, ou até mesmo se deve, recorrer à arma de fogo.

Neste contexto, criou-se um conjunto de exigências e pressupostos a seguir pelos agentes de autoridade, que salvaguardam a vida humana até ao extremo possível, materializado no Decreto-Lei 457/99 de 5 de Novembro. O artigo 2.º, no seu n.º 2 refere que o agente deve esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos e respeitar e preservar a vida humana, conceito este, presente na formação de tiro dos militares da GNR, com adopção do alvo de Silhueta Policial (SP)¹⁴, no qual apenas são contabilizados os impactos em zonas “menos letais”.

No seu artigo 3.º, este diploma refere todas as situações em que é permitido o recurso a arma de fogo, sem prejuízo dos princípios anteriormente retratados. O artigo 4.º menciona a obrigatoriedade do recurso à arma de fogo dever ser precedido de uma advertência claramente perceptível, com o objectivo de intimar o adversário, de forma a constituir um último aviso do agente de autoridade, antes do uso efectivo da arma de fogo.

Segundo Nogueira (2003, p.97), *“Na vida de todo o ser social há momentos particularmente difíceis. Seguramente na do agente de autoridade esse é um deles, senão mesmo o mais difícil. E, se geralmente a opção é a correcta, nem sempre o é”*.

¹⁴ Vide Anexo L.

CAPÍTULO 4 - DIMENSÃO FUNCIONAL/OPERACIONAL

4.1 - A REVISÃO DAS NORMAS DE TIRO

A entrada em vigor a 6 de Dezembro de 2007, da nova Lei Orgânica da GNR, trouxe consigo novas terminologias, que diferem da anterior lei Orgânica. A 26 de Junho de 2008, S. Ex^a o Ministro da Administração Interna, proferiu um despacho que determinou que os elementos das Forças de Segurança com funções operacionais deveriam passar a realizar uma sessão tiro de pistola por quadrimestre e os elementos sem funções operacionais, uma sessão semestral. Os dois factos anteriormente expostos, criaram a necessidade de ajustar as Normas de Tiro até então em vigor, (Nortadas, 2009)¹⁵.

Com a finalidade de uma melhor percepção das actuais Normas de Tiro¹⁶, analisa-se agora as principais alterações efectuadas:

1. O artigo 3.º definiu novas entidades com responsabilidade na instrução do tiro, que passaram a ser o Comando de Doutrina e Formação (CDF) e o Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI);
2. O artigo 9.º definiu que o Sargento de Tiro das unidades passa a desempenhar as suas funções em exclusividade;
3. O artigo 19.º acrescentou a obrigatoriedade da execução de tiro de manutenção com armas especiais, não contempladas nas anteriores Normas de Tiro, sendo as condições de execução, periodicidade e avaliação, submetida ao sancionamento superior, consoante a proposta das unidades.
4. O artigo 2.º do RTM¹⁷ acrescentou ao programa de tiro de manutenção a obrigatoriedade de “(...) *transmissão de conhecimentos de âmbito técnico, tático, e de enquadramento legal e doutrinário na utilização das armas de fogo (...)*” aos militares.
5. O artigo 4.º do RTM, tornou avaliativo o tiro de pistola-metralhadora e espingarda, e o tiro de caçadeira passa a ser avaliado qualitativamente, com a classificação de apto ou inapto.
6. O artigo 6.º do RTM acrescentou às responsabilidades dos Comandantes de Grupo, Destacamento e Companhia, a possibilidade de estes poderem agora ministrar a instrução e execução de tiro dos militares, desde que estejam habilitados com o CIT.

¹⁵ Vide questão n.º 6 do Apêndice C.

¹⁶ Vide Anexo E.

¹⁷ Vide Anexo F.

7. No que concerne ao tiro com pistola, o artigo 7.º do RTM aumentou a periodicidade do tiro com pistola, passando de um mínimo de uma sessão semestral para um mínimo de uma sessão quadrimestral, para todo o pessoal afecto a funções operacionais;
8. Também o tiro com pistola-metralhadora passou de anual para semestral, para todos os militares que desempenham serviço operacional com este tipo de arma, conforme o artigo 9.º do RTM;

4.2 - O QUE FAZ A PSP?

O documento base da formação de tiro na PSP é designado por Plano de Formação de Tiro (PFT)¹⁸, podendo-se considerar como o equivalente às Normas de Tiro da GNR.

Numa abordagem comparativa entre o PFT e as Normas de Tiro, é claramente notória, numa primeira análise, a diferenciação das designações dos responsáveis pela formação de tiro. No que respeita à estrutura do processo de formação de tiro, as duas forças encontram-se num patamar bastante similar.

O PFT integra anualmente duas sessões de formação e uma sessão de avaliação e certificação, podendo-se equiparar com a periodicidade quadrimestral do tiro com pistola, presente no artigo 7.º do RTM da GNR.

O que mais diferencia as duas organizações, é o facto do Processo de Avaliação e Certificação de Tiro (PACT)¹⁹ da PSP abranger os aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo.

Outro aspecto de diferenciação, é o facto da avaliação anual do tiro com pistola na GNR ser de natureza contínua, ou seja resulta da média aritmética de cada uma das sessões, enquanto na PSP apenas a última sessão anual é avaliativa.

Analisando as Normas de Tiro da GNR no que diz respeito à legitimidade do recurso a armas de fogo, estas apenas referem no seu artigo 2.º da Parte I a transmissão de conhecimentos no âmbito de enquadramento legal. Por sua vez no PFT da PSP os aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo fazem parte da formação contínua, existindo mesmo um teste escrito²⁰, cujo peso na avaliação final é de coeficiente 1 ao lado da componente prática de tiro com coeficiente 3.

Segundo o PFT, apenas podem ministrar a formação de tiro os elementos policiais devidamente habilitados e certificados para o efeito, pelo Departamento de Formação. A habilitação em causa é o Curso de Técnicas de Intervenção Policial (CTIP), destinado apenas a Oficiais, que apenas é válida por um período de 3 anos, sendo renovada aquando

¹⁸ Vide Anexo G.

¹⁹ Vide Anexo H.

²⁰ Vide Anexo I.

da frequência de estágios de actualização, ministrado pelo Grupo de Operações Especiais (GOE). Esta situação é extremamente vantajosa, pois obriga a que todos os instrutores estejam permanentemente actualizados.

Para uma visão mais aprofundada sobre esta temática, sugere-se a consulta dos Anexos E, F, G, H e I.

4.3 - PROBLEMAS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE TIRO

A maioria dos problemas na área do tiro na GNR deve-se, em grande parte, ao incumprimento das Normas de Tiro que, segundo Nortadas (2009)²¹, tem por base um conjunto de constrangimentos logísticos, humanos e financeiros.

Em primeiro lugar, no que respeita à periodicidade e obrigatoriedade do tiro de manutenção, a GNR demonstra grandes dificuldades em fazer cumprir as disposições previstas nas Normas de Tiro, conforme se comprova pela análise da tabela seguinte:

Militares que efectuaram tiro nas diversas tabelas					
Ano	Pistola Calibre Guerra		Espingarda Calibre Guerra	Pistola Metralhadora	Espingarda Caçadeira
	1.º Semestre	2.º Semestre			
2003	9194	2942	7491	1707	1285
2004	3846	1869	7110	2098	438
2005	3420	3225	2543	1894	437
2006	9601	3323	2598	2333	598
2007	8697	2591	3476	1707	439

Tabela 4.1: O tiro de manutenção de 2003 a 2007²²

Pela análise do quadro é possível constatar que o tiro previsto nas Normas de Tiro até ao ano de 2007 ficou muito aquém de ser cumprido, considerando que o efectivo total da GNR ronda os 25000 militares.

A grande questão que se coloca é: se anteriormente, com uma periodicidade semestral, o RTM não era cumprido, qual a viabilidade do seu cumprimento com a nova periodicidade quadrimestral?

Segundo Nortadas (2009)²³, a existência em cada unidade de um militar a desempenhar as funções de Sargento de Tiro em exclusividade, seria fundamental para resolver o problema. Esta exclusividade permitiria um acompanhamento continuado de todos os militares, bem como, facilitaria a organização do tiro da sua unidade.

²¹ Vide questão n.º 5 do Apêndice C.

²² Dados retirados da Mensagem n.º 3192 de 28OUT08 da 6.ª REP/CG/GNR.

²³ Vide questão n.º 5 do Apêndice C.

Faria (2009)²⁴, defende que a nomeação dos Sargentos de Tiro em regime de exclusividade é o factor essencial para o cumprimento das Normas de Tiro em cada Comando Territorial. Com base na análise do investigador aos volumes I e II das Informações e Relatórios Policiais (Disparos de 2008)²⁵, existiram ao longo do último ano cerca de 6 situações de recurso ilegítimo à arma de fogo por parte de militares da GNR, as quais provocaram danos pessoais e materiais, bem como, deram origem a processos judiciais e disciplinares.

Segundo Faria (2009)²⁶ a contemplação de um teste escrito para avaliação dos conhecimentos de âmbito legal no programa de tiro de manutenção seria uma ideia válida para evitar o uso ilegítimo das armas de fogo por parte dos militares da GNR.

Também da análise das Informações e Relatórios Policiais (Disparos de 2008) constata-se que há situações em que as armas de fogo são utilizadas pelos militares, sem que esteja contemplado no RTM qualquer tipo de formação específica para tal utilização. A primeira situação diz respeito a disparos efectuados a partir de embarcações em movimento e em condições climáticas adversas, o que levanta a questão da criação de uma formação de tiro específica para os militares que desempenham funções nessas embarcações. A segunda situação diz respeito a disparos efectuados à noite ou em condições de luminosidade reduzida, o que leva a que seja necessário considerar a possibilidade de incluir uma formação de tiro nocturno no plano de tiro de manutenção. Este último caso, revela-se de extrema importância, uma vez que grande parte das situações em que foram utilizadas armas de fogo, ocorreram à noite, levantando-se assim a questão da importância da execução de tiro nestas condições no programa de tiro de manutenção.

No que respeita ao tiro desportivo, segundo o artigo 8.º n.º 3 das Normas de Tiro da GNR, “O Oficial de Tiro da Unidade é por inerência de funções o delegado do tiro desportivo da sua unidade para efeitos de aplicação do RTD”, e no n.º 4 do mesmo artigo refere ainda que “O Oficial de Tiro selecciona e prepara as equipas de tiro da sua Unidade, tendo em vista a disputa do Campeonato de Tiro da Guarda”.

O problema da situação acima referida, é o facto de o CIT não oferecer a habilitação necessária aos Oficiais de Tiro para o desempenho das funções específicas do tiro desportivo, visto que das 37 sessões que compõem o detalhe de instrução do CIT, apenas uma sessão aborda esta matéria.

No que concerne à actualização dos conhecimentos transmitidos pelo CIT, por parte dos instrutores de tiro, o artigo 18.º das Normas de Tiro não refere qualquer obrigatoriedade de actualização de conhecimentos, não estando sequer prevista qualquer validade para o curso. Assim sendo, pode-se concluir que um Oficial ou Sargento habilitado com o CIT, face

²⁴ Vide questão n.º 11 do Apêndice D.

²⁵ Nota n.º 9940, P.º 03.02.37.20 de 23DEC99 da 3.ª Rep/CG/GNR determina a elaboração de um relatório individual de todas as ocorrências que se venham a verificar a partir de 1 de Janeiro de 2000, quer no decorrer de operações, quer no interior dos Quartéis ou outras situações.

²⁶ Vide questão n.º 10 do Apêndice D.

ao surgimento de novas armas, técnicas e equipamentos, considera-se formalmente habilitado a dar formação, mesmo que, possivelmente, não possua as condições para tal.

A solução que melhor poderia colmatar a situação acima referida, seria a atribuição de um prazo de validade ao CIT, dentro do qual todos os militares habilitados com o curso, se sujeitariam a uma “reciclagem” de conhecimentos para a renovação da habilitação.

No que respeita à obrigatoriedade de existir um Oficial de Tiro em todas as unidades e na EG, apesar de as Normas de Tiro referirem esta obrigatoriedade no seu n.º 1 do artigo 8º, ao nível dos quadros orgânicos dos novos Comando Territoriais, não está previsto qualquer cargo de Oficial de Tiro. Esta situação constitui uma lacuna, que deverá ser rapidamente solucionada.

Por fim levanta-se a questão da importância da formação de tiro combinada com a luta, defesa pessoal e técnicas de bastão. Segundo Simões (2008) a instrução e execução de tiro não deve ser separada da luta e defesa pessoal, considerando-a uma área fundamental. As técnicas de luta, defesa pessoal e técnicas de bastão habilitariam os militares da GNR com mais ferramentas de resolução de situações operacionais, que anteciparia a utilização da arma de fogo, o que, na maior parte das situações, evitaria graves danos para a sua integridade física e de terceiros.

PARTE II SUSTENTAÇÃO PRÁTICA

CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

5.1 - INTRODUÇÃO

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.109) *“O trabalho exploratório tem como função alargar a perspectiva de análise, travar conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar as do investigador, revelar facetas do problema nas quais não teria certamente pensado por si próprio e, por fim, optar uma problemática apropriada”*.

Na abordagem teórica deste trabalho, revelou-se o panorama geral da área de formação de tiro, através de uma análise tripartida, nas dimensões: contextual, legal e funcional/operacional.

A conjectura de mudança no seio da instituição GNR, originada pela entrada em vigor da nova LOGNR, acrescentou uma dificuldade à realização do trabalho.

As conversas informais com os elementos que fazem parte da estrutura da formação de tiro da GNR e da PSP, permitiram uma contextualização de conhecimentos, que possibilitaram um melhor enquadramento da temática em questão.

5.2 - HIPÓTESES PRÁTICAS

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.119) *“(...) um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou várias hipóteses (...) porque a hipótese traduz, por definição, este espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico”*.

Como tal, as hipóteses práticas são:

H1 - Os instrutores de tiro são pouco rentabilizados após a realização do CIT.

H2 - Os instrutores de tiro não estão preparados para ministrar instrução de tiro com a pistola Glock 19 calibre 9mm.

H3 - A nova estrutura da GNR beneficia a instrução de tiro.

H4 - A revisão das Normas de Tiro clarificou as funções dos instrutores de tiro.

5.3 - METODOLOGIA DE ANÁLISE

As respostas às questões de investigação não se encontram expressas em bibliografia, provavelmente por serem referentes a uma temática sensível, sobre a qual foi publicada pouca documentação. Também a recente reorganização interna da GNR, constituiu uma dificuldade na procura de informação sobre o tema em estudo. Assim, surgiu a necessidade de buscar informação junto de pessoas com conhecimento na área da formação de tiro, com o objectivo de ter uma visão alargada da situação actual e futura.

A Metodologia de Análise é entendida como um processo de recolha e de análise de informações, destinado a testar as hipóteses de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008). Numa primeira fase foi efectuada uma análise quantitativa de inquéritos por questionário realizados aos Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT, com o objectivo de verificar as hipóteses práticas H1 e H2.

Numa segunda fase foi efectuada uma análise qualitativa de inquéritos por entrevista realizados a dois Oficiais pertencentes à Comissão Técnica para a revisão das Normas de Tiro da GNR, com o objectivo de verificar as hipóteses práticas H3 e H4.

5.3.1 - CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE

Na abordagem do universo de análise, importa referir que este foi dividido em dois sub-universos de análise. Esta situação é justificada pela aplicação de dois instrumentos de recolha de dados, nomeadamente um questionário e uma entrevista. Desta forma, procurou-se analisar dois patamares de visão sobre o assunto.

O primeiro sub-universo de análise compreende os 210 Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT e o segundo sub-universo compreende os 5 Oficiais que pertenceram à Comissão Técnica para a revisão das Normas de Tiro, actualmente em vigor.

5.3.2 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O quadro seguinte apresenta a amostra utilizada para a realização das entrevistas:

Entrevistados	Sexo	Idade	Posto	Última Função (na área do tiro)	Funções actuais
Entrevistado 1	M	41	Major	Comissão Técnica para a Revisão das Normas e Regulamentos de Tiro da Guarda.	Oficial da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.
Entrevistado 2	M	44	Major	Comissão Técnica para a Revisão das Normas e Regulamentos de Tiro da Guarda.	Chefe de Gabinete do Comando Operacional.

Quadro 5.1: Caracterização da amostra para as entrevistas.

As amostras correspondentes aos sub-universos de análise são representativas das populações.

A amostra respeitante à população do primeiro sub-universo é constituída pelos 52 inquiridos que responderam ao inquérito (24,8% da população), entre os quais se encontram representantes de todos os CIT's realizados entre 2001 e 2008.

No que concerne à população do segundo sub-universo, a amostra é constituída por dois Oficiais Superiores seleccionados “por conveniência”.

CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 - QUESTIONÁRIOS

O questionário²⁷ foi enviado por correio electrónico a cerca de metade da população do primeiro sub-universo de análise. O correio electrónico foi o meio escolhido por se ter revelado a melhor forma de contactar os instrutores de tiro, uma vez que se mostrava difícil apurar as suas colocações.

Apresenta-se de seguida, os resultados, a análise e a discussão dos resultados dos de cada pergunta do questionário.

Pergunta n.º 1: “Antes de estar habilitado com o CIT alguma vez dirigiu sessões de tiro?”.

Respostas dos inquiridos:

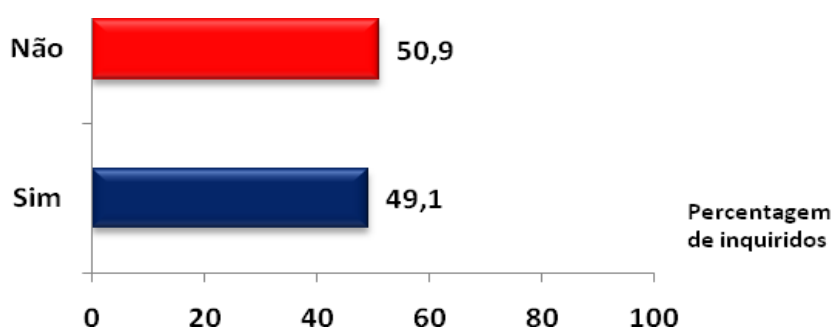


Gráfico 6.1: Formação de tiro antes da habilitação do CIT.

Com esta pergunta pretendia-se determinar qual a quantidade de Oficiais e Sargentos que já desempenhavam funções de instrutores de tiro, antes de possuírem a acreditação do CIT. É claramente notório que aproximadamente metade dos inquiridos, já tinha dirigido sessões de tiro sem que estivessem habilitados.

Pela análise dos resultados desta pergunta, pode concluir-se que não existe na GNR uma preocupação de fundo com a instrução de tiro. Possivelmente, os comandantes não estão sensibilizados para a importância desta área de formação dos seus militares, e desta forma poderão estar a negligenciá-la, de uma forma inconsciente, colocando militares não habilitados a dirigir sessões de tiro.

²⁷ Vide Apêndice A.

Pergunta n.º 1.1: “Se a sua resposta à questão anterior for SIM, diga quantas vezes”.

Respostas dos inquiridos:

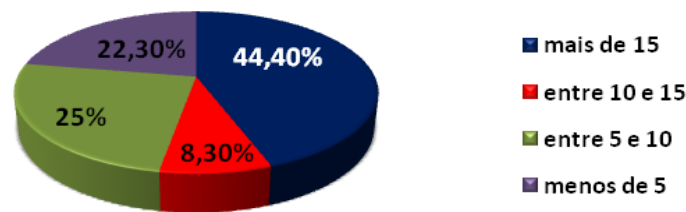


Gráfico 6.2: Quantidade de sessões de tiro antes da habilitação CIT.

Esta pergunta complementa a pergunta anterior, indicando quantas sessões de tiro tinham sido dirigidas pelos inquiridos que responderam “SIM”.

Os resultados desta pergunta corroboram a análise feita à pergunta anterior, dando-lhe mais ênfase, se se tiver em conta que 44,4% dos elementos que dirigiram sessões de tiro sem estarem habilitados com o CIT, o fizeram mais de 15 vezes.

Pergunta n.º 2: “Após estar habilitado com o CIT desempenhou funções de instrutor de tiro?”

Respostas dos inquiridos:

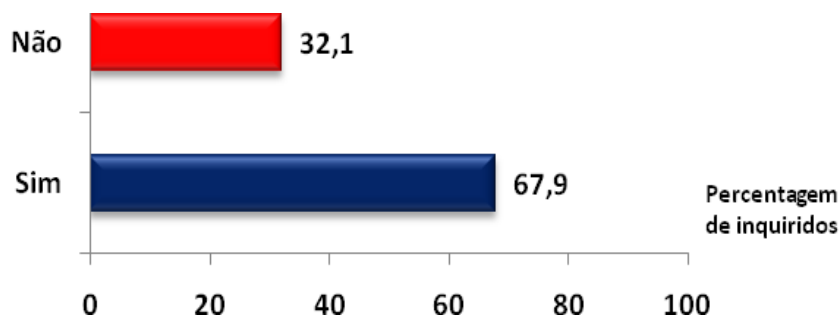


Gráfico 6.3: Aproveitamento do CIT para as funções de instrutor de tiro.

A pergunta n.º 2 permite avaliar o aproveitamento dos Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT.

Da análise ao gráfico 6.3, destaca-se os 32,1% dos inquiridos que após frequentarem o CIT nunca chegaram a dirigir sessões de tiro. Este facto pode dever-se a vários motivos. Poderá já haver nas unidades destes militares outro militar habilitado com o CIT a desempenhar funções de instrutor de tiro, não sendo necessário o empenho de um segundo elemento. Se assim for, houve uma má distribuição das vagas para frequentar o CIT, uma vez que

algumas unidades ainda estão deficitárias em militares com tal habilitação. Outra explicação possível para os 32,1% poderá estar na nomeação aleatória de militares para este curso, ou seja, poderão estar a ser nomeados militares unicamente para preencher as vagas que são atribuídas às unidades, sabendo-se de antemão que nunca irão dirigir sessões de tiro.

Na análise desta pergunta tem de ser tido em conta que 34 dos 210 militares habilitados com o CIT, apenas o frequentaram em 2008, o que poderá ter reflexos na leitura do Gráfico 6.3. É possível que alguns dos 32,1% de inquiridos que responderam “NÃO”, sejam elementos recentemente habilitados com o CIT, que poderão ainda não ter tido a possibilidade de dirigir sessões de tiro.

Pergunta n.º 2.1: “Se a sua resposta à questão anterior foi SIM, diga se na SUA AUSÊNCIA existe mais alguém a desempenhar as mesmas funções, sem que para tal esteja habilitado?”

Respostas dos inquiridos:

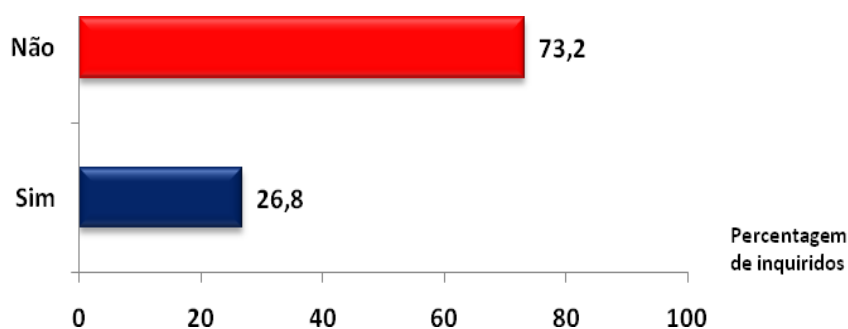


Gráfico 6.4: A habilitação na formação de tiro.

Da análise dos resultados desta pergunta, pode concluir-se que em algumas unidades existe a preocupação de colocar alguém habilitado a dirigir o tiro em exclusividade.

A percentagem de 26,8% de situações em que militares não habilitados dirigem sessões de tiro, constitui uma preocupação. Esta situação não é desejada, embora se deva compreender que a calendarização do tiro de manutenção tem de ser cumprida, mesmo que o Oficial ou Sargento de tiro não estejam presentes.

A situação em cima retratada, é deveras preocupante, já que possivelmente estamos a falar de militares que a juntar ao facto de não estarem credenciados, não têm experiência na área da formação de tiro.

Pergunta n.º 3: “Quantas vezes dirigiu sessões de tiro, após estar habilitado com o CIT?”

Respostas dos inquiridos:

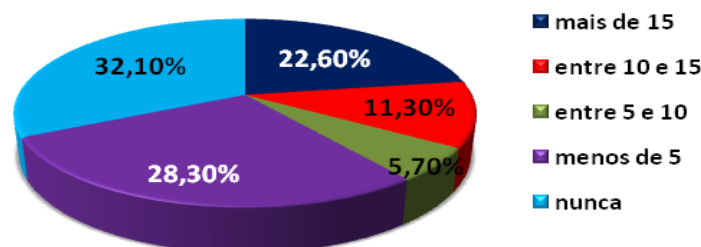


Gráfico 6.5: Quantidade de sessões de tiro após a habilitação CIT.

A pergunta n.º 3 tinha como objectivo reforçar a pergunta anterior, analisando-se mais profundamente o aproveitamento da habilitação concedida pelo CIT.

Com base nos resultados apresentados no gráfico 6.5, destaca-se que dos 67,9% dos inquiridos que dirigiram sessões de tiro após o CIT, 28,3% ministram menos de 5 sessões. Este valor dá ênfase aos resultados da pergunta n.º 2, visto que somando-se os instrutores de tiro que nunca dirigiram sessões de tiro com aqueles que ministraram menos do que 5 sessões, tem-se um total de 60,4% de instrutores cuja contribuição para a formação de tiro foi nula ou quase nula.

As percentagens de 5,7% e 11,3% correspondentes aos intervalos de 5 a 10 e de 10 a 15 sessões, já constituem um valor mais representativo do aproveitamento efectivo do CIT. Os 22,6% de instrutores de tiro que dirigiram mais de 15 sessões, representam o aproveitamento desejado, embora seja ainda um valor parco.

Pergunta n.º4: Quantas vezes dirigiu sessões de tiro, no ÚLTIMO ANO?

Respostas dos inquiridos:

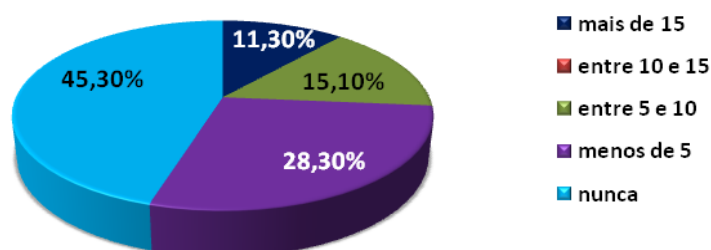


Gráfico 6.6: Quantidade de sessões de tiro no último ano.

Numa perspectiva comparativa entre o gráfico 6.5 e o gráfico 6.6, é possível concluir que há elementos habilitados com o CIT, que raramente são empenhados em tarefas relacionadas com o tiro. Se no Gráfico 6.5 se observou que 60,4% dos inquiridos deram pouco contributo para a instrução de tiro desde que frequentaram o curso, no Gráfico 6.6 apura-se um valor ainda mais significativo (73,6%), se nos cingirmos unicamente ao período de um ano.

Pergunta n.º 5: Actualmente desempenha funções de instrutor de tiro?

Respostas dos inquiridos:

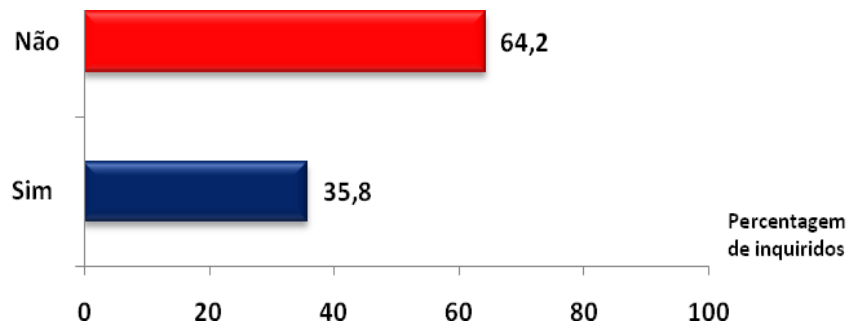


Gráfico 6.7: Aproveitamento actual dos instrutores de tiro.

A pergunta n.º 5 pretende avaliar qual o número de instrutores de tiro que actualmente desempenham as funções para as quais estão habilitados.

O gráfico 6.7 indica-nos que apenas 35,8% dos inquiridos estão actualmente a desempenhar as funções de instrutor de tiro, o que reflecte, mais uma vez, o fraco empenhamento dos instrutores de tiro.

A análise deste gráfico pode ainda revelar outro aspecto. A progressão na carreira é um factor desfavorável para a instrução de tiro, contra o qual não se pode lutar. Quer-se com isto dizer que a progressão na carreira, leva a que alguns militares habilitados com o CIT, deixem de desempenhar essas funções à medida que vão sendo promovidos.

Pergunta n.º 5.1: “Se a sua resposta à questão anterior for NÃO, a pessoa que está na sua unidade/subunidade, a desempenhar a função de Of/Sarg de Tiro, está habilitada como CIT.”

Respostas dos inquiridos:

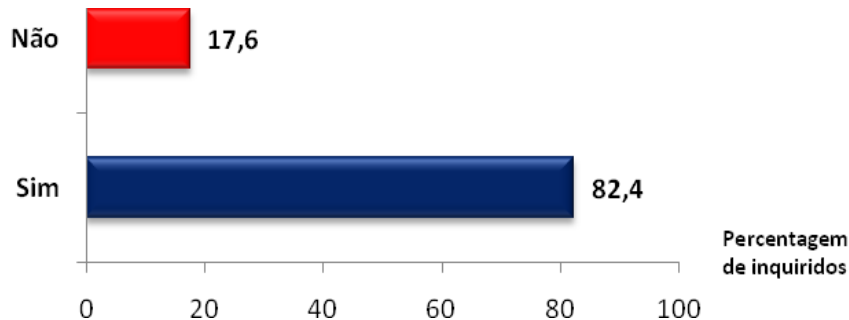


Gráfico 6.8: Aproveitamento actual dos instrutores de tiro.

O objectivo da pergunta n.º 6 é ter a noção de qual a situação actual ao longo do dispositivo da GNR, no que diz respeito ao desempenho das funções de Oficial/Sargento de Tiro.

O valor de 17,6% de respostas “NÃO”, apesar de ser um valor pouco significativo, é um valor preocupante, pois indica a existência de uma irregularidade e violação às disposições previstas nos artigos 8.º e 9.º das Normas de Tiro da GNR. Além disso, mostra também que em algumas unidades os instrutores de tiro são colocados noutras funções, sendo o tiro deixado a cargo de militares não habilitados.

Pergunta n.º 6: “Já recebeu a formação, que o habilita a ministrar instrução sobre a Pistola Glock 19 calibre 9 mm, aos militares da Guarda?”

Respostas dos inquiridos:

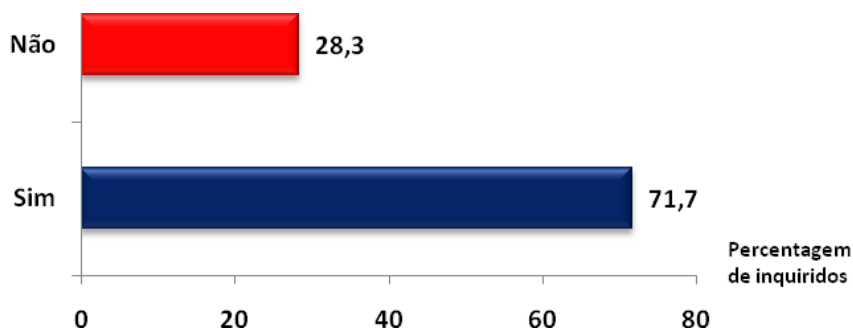


Gráfico 6.9: Actualização dos instrutores de tiro, face à nova pistola.

A pergunta n.º 6 tem como objectivo identificar a actualização dos instrutores de tiro relativamente à nova pistola Glock 19 calibre 9 mm.

Através da análise ao gráfico 6.9, é claramente visível que a grande maioria dos inquiridos já

recebeu a formação que os habilita a ministrar instrução sobre esta arma. Os valores apurados nos inquéritos realizados demonstram que houve uma preocupação por parte da EG (entidade responsável por ministrar o CIT), em fazer a rápida actualização dos vários instrutores de tiro da GNR. A percentagem de 28,3% de inquiridos que responderam “NÃO”, provavelmente, representa o remanescente dos que ainda não tiveram a possibilidade de fazer tal actualização. Deve ter-se em conta que a pistola Glock 19 calibre 9mm, é uma arma recente na GNR (cerca de um ano), motivo pelo qual poderá ainda não ter sido possível ministrar a referida formação a todos os instrutores de tiro.

Pergunta n.º 6.1: “Se a sua resposta à questão anterior for NÃO, diga se já ministrou sessões de tiro, em que tenha sido utilizada a Pistola Glock 19 calibre 9 mm”

Respostas dos inquiridos:

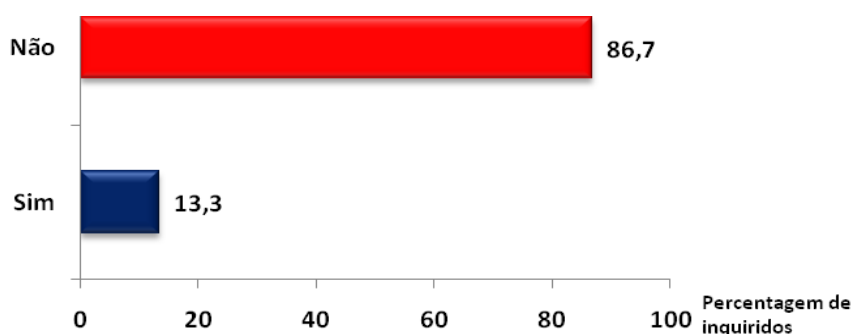


Gráfico 6.10: Actualização dos instrutores de tiro, face à nova pistola.

A pergunta n.º 6.1 tem como finalidade analisar se os instrutores de tiro ministraram sessões de tiro com a pistola Glock 19 calibre 9 mm sem possuírem a formação adequada. Esta formação não se resume unicamente à habilitação com o CIT, mas também com a formação de Formadores Glock, ministrada pelo Núcleo de Tiro da EG. Atendendo a que a pistola Glock 19 calibre 9 mm é uma arma recente na GNR, e que poucos militares a conhecerão suficientemente bem, torna-se fundamental que o responsável pela direcção de tiro esteja habilitado com a formação adequada. Só assim será possível ministrar uma formação de qualidade, que permita o esclarecimento de todos aqueles que têm esta arma como uma companheira de trabalho. Atendendo ao anteriormente exposto, os 13,3% de inquiridos que já dirigiram sessões de tiro onde foi usada a pistola Glock 19 calibre 9mm sem possuírem a formação adequada, representam uma preocupação, que se prevê sanada em breve devido ao empenho contínuo do Núcleo de Tiro da EG.

6.2 - ENTREVISTAS

As duas entrevistas²⁸ realizadas ocorreram em 22 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 2009 no Comando Geral da GNR. Os dois entrevistados integraram o grupo de cinco Oficiais que constituíram a Comissão Técnica para a revisão das Normas de Tiro, actualmente em vigor na GNR. Foram colocadas as mesmas questões aos dois entrevistados, sendo estas de carácter semi-directivo, visando a recolha de opiniões e ideias.

Assim sendo, faz-se agora a apresentação, análise e discussão dos resultados das questões das entrevistas, apresentando-se em quadros as respostas dos entrevistados às questões colocadas.

Questão n.º 1: “No que respeita à habilitação necessária para o desempenho das funções de Of/Sarg de Tiro, o CIT está adequado às exigências policiais?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	Apesar de ser um curso alvo de várias alterações ao longo dos anos, o CIT está adequado às exigências policiais,
Entrevistado 2	Desconhece a estrutura actual do CIT.

Quadro 6.1: Apresentação dos resultados da questão n.º1.

A questão n.º 1 pretendia analisar o conteúdo do CIT face às exigências policiais.

Após a análise do Detalhe de Instrução do CIT de 2007/2008, concluiu-se que o curso tem uma duração de 120 horas e demonstra uma grande complementaridade de conhecimentos e preceitos técnicos, abarcando as áreas do armamento, da técnica, tática de tiro, da execução de tiro nas diversas vertentes, do enquadramento legal e da prática pedagógica. Todas estas vertentes fazem do CIT, uma formação adequada às necessidades policiais, opinião corroborada pelo Entrevistado 1.

Segundo as Normas de Tiro, os Oficiais de Tiro das Unidades têm a função de delegados de tiro desportivo das suas unidades e são eles os responsáveis pela selecção e preparação da equipa de tiro. Apesar de todas as áreas abarcadas pelo CIT, este demonstra uma insuficiência na formação dos Oficiais de Tiro, por não prever qualquer tipo de habilitação no âmbito do Tiro Desportivo.

No seu Detalhe de Instrução, o CIT apenas prevê um tempo lectivo para os formandos conhecerem e identificarem o material e equipamento usados pelas equipas de Tiro Desportivo na modalidade de pistola. Assim, considera-se que existe a necessidade de reestruturar o actual CIT para Oficiais, no sentido de incluir no seu Detalhe de Instrução,

²⁸ Vide Apêndices B, C e D.

novos conteúdos na área do Tiro Desportivo.

Questão n.º 2: “Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haver militares em algumas unidades da GNR, a desempenharem funções de instrutores de tiro, sem que para tal estejam habilitados?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	Esta é uma situação indesejada, uma vez que a instrução de tiro requer conhecimentos, não só legais, mas também técnicos e práticos para a utilização da arma.
Entrevistado 2	Todos os instrutores de tiro devem estar habilitados. É objectivo das novas Normas de Tiro evitar que haja instrutores de tiro sem a devida credenciação e habilitação.

Quadro 6.2: Apresentação dos resultados da questão n.º2.

O desempenho das funções de instrutor de tiro sem a devida habilitação, é reconhecida pelos dois entrevistados. Esta situação é de facto umas das preocupações das novas Normas de Tiro, nomeadamente no artigo 6.º n.º 2, artigo 7.º n.º 2, artigo 8.º n.º 1 e artigo 9.º n.º 1 do presente diploma e por fim no artigo 5.º n.º 2 do RTM.

Dependendo da organização e desempenho dos comandantes dos novos Comandos Territoriais, o actual incumprimento das Normas de Tiro é um facto que poderá ser corrigido com a recente reestruturação da GNR. Só a eles caberá providenciar para que os seus Oficiais e Sargentos de tiro assumam de forma dedicada as funções para as quais receberam formação.

Questão n.º 3: “Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haver militares, que após estarem habilitados com o CIT, nunca desempenharam as funções para as quais estão habilitados?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	A nomeação de um militar para frequentar determinado curso de especialização, representa um investimento. Esse investimento deve ter um retorno para a GNR.
Entrevistado 2	Este é, essencialmente, um problema de gestão de recursos humanos. Quando um militar é nomeado para frequentar um curso, pressupõe-se que a sua unidade tem a necessidade de alguém com essa formação. Não será de esperar que um militar frequente um curso, só para preencher vagas.

Quadro 6.3: Apresentação dos resultados da questão n.º3.

Da análise ao quadro 6.3 é notoriamente visível que os dois entrevistados demonstram uma enorme similaridade nas respostas à questão apresentada. Ambos, encaram esta situação como um problema no processo de formação de tiro na GNR.

O Entrevistado 1 destaca o investimento feito nos militares habilitados com o CIT, devendo este investimento representar um retorno para a instituição e não um dispêndio de recursos.

O Entrevistado 2 justifica a situação como um problema de recursos humanos. Segundo este, espera-se que um militar que realiza um curso específico vá depois desempenhar funções nessa área.

As actuais Normas de Tiro, referem no artigo 6.º n.º 2 e artigo 7.º n.º 2 que os comandantes das unidades e subunidades podem ministrar a instrução e execução de tiro aos militares sob o seu comando, caso estejam habilitados com o CIT. Esta alteração visa o aproveitamento dos comandantes habilitados com o CIT, situação que anteriormente não estava contemplada.

Segundo o Entrevistado 1, seria ideal que todos os militares da GNR pudessem ter a formação do CIT. Como essa situação não é possível, o caminho a seguir passará pelo aproveitamento máximo dos militares habilitados.

Questão n.º 4: “Quais as consequências que se lhe afiguram, do facto de nem todas as unidades estarem a cumprir o RTM no que respeita à periodicidade de execução de tiro?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	As consequências são muitas. Felizmente, em Portugal são poucas as situações em que os militares fazem uso da arma de fogo. É lógico que alguém terá que ser responsabilizado se um militar estiver numa situação em que tem de fazer uso da sua arma de fogo e as coisas não correrem bem.
Entrevistado 2	Este incumprimento leva a que os militares não estejam habilitados a utilizar as armas com que fazem serviço, pelo facto de fazerem pouco tiro.

Quadro 6.4: Apresentação dos resultados da questão n.º4.

A situação referida na questão n.º 4 é encarada com preocupação pelos dois entrevistados. O uso incorrecto e ilegítimo das armas de fogo pelos militares da GNR, muitas vezes resulta em tragédia para os militares envolvidos e para terceiros, para além de constituir uma situação de grande impacto na comunicação social, expondo a imagem da instituição GNR. Apenas com a formação e a habilitação adequada dos militares da GNR, será possível evitar e diminuir o número de situações de uso incorrecto e ilegítimo das armas de fogo. O cumprimento da periodicidade de tiro prevista no RTM, terá um contributo fundamental para a sensibilização dos militares acerca do uso correcto das armas de fogo.

Questão n.º 5: “Quais são as condicionantes que levam a que as Normas de Tiro não sejam cumpridas?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> • A existência de poucas carreiras de tiro, apesar de terem sido criadas algumas recentemente. • A inexistência de um militar em cada unidade, em regime de exclusividade, a assumir todos os aspectos relacionados com o tiro.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de carreiras de tiro e munições. • Falta de efectivos para garantir os serviços nas unidades, o que leva a que seja complicado retirar elementos do serviço operacional durante o dia, a fim de se deslocarem á carreira de tiro.

Quadro 6.5: Apresentação dos resultados da questão n.º5.

Da análise ao quadro 6.5 é possível encontrar as seguintes condicionantes:

1. Falta de carreiras de tiro;
2. Falta de efectivos nas unidades, o que dificulta a conjugação do serviço com o cumprimento da Normas de Tiro;
3. Falta de Oficiais e Sargentos de tiro, em regime de exclusividade;
4. Falta de munições, que representam uma grande fatia do orçamento anual.

No que respeita às carreiras de tiro, o Ministério da Administração Interna parece estar empenhado na resolução deste problema, tendo já disponibilizadas algumas, caso por exemplo, a carreira de tiro de Águeda. Sobre a falta de efectivos e a questão da exclusividade de funções dos responsáveis pela formação de tiro, a recente reestruturação da GNR deverá solucionar este problema.

A falta de munições prende-se com problemas de ordem financeira. O aumento da periodicidade do tiro de manutenção, de semestral para quadrimestral, veio criar uma maior exigência.

Questão n.º 6: “Qual a sua opinião acerca das alterações efectuadas, relativamente às anteriores Normas de Tiro?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	<p>A revisão das Normas de Tiro deveu-se a dois factores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A pressão política (Ministerial), exigindo o aumento da periodicidade do tiro de Semestral para Quadrimestral. • Reestruturação da GNR criou a necessidade de adaptar as Normas de Tiro às novas nomenclaturas das unidades.
Entrevistado 2	A revisão das Normas de Tiro traduz-se, fundamentalmente, no aumento da periodicidade da realização de tiro.

Quadro 6.6: Apresentação dos resultados da questão n.º6.

As novas normas vieram contemplar uma execução de tiro mais frequente para todos os militares da GNR. Esta é sem dúvida, a principal alteração em relação às anteriores Normas de Tiro.

Questão n.º 7: “O artigo 5.º da Parte II do RTM, determina que durante a execução do tiro deverá estar presente um instrutor habilitado por cada seis atiradores. Será possível aos Of/Sarg habilitados com o CIT, dar resposta ao que está previsto neste artigo das novas Normas de Tiro?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	<p>A execução de tiro ideal, em carreira de tiro, seria um instrutor para cada três instruendos.</p> <p>A dificuldade na existência de militares habilitados e disponíveis para o desempenho das funções de instrutor de tiro, levou as novas Normas de Tiro a referirem, apenas um instrutor habilitado para cada seis instruendos.</p>
Entrevistado 2	<p>Nas sessões de tiro é importante o cumprimento de mínimos de segurança.</p> <p>Os mínimos de segurança apontam para a existência de pelo menos, um instrutor para cada grupo de seis atiradores.</p>

Quadro 6.7: Apresentação dos resultados da questão n.º7.

A presença de um instrutor de tiro habilitado para cada seis atiradores, refere-se a uma questão de estabelecimento de mínimos de segurança, nas sessões de tiro.

O Entrevistado 1 refere que o ideal seria um instrutor para cada três instruendos, sendo que o estabelecido nas Normas de Tiro, parte do princípio das dificuldades de efectivos de instrutores habilitados.

Os dois entrevistados encontram-se em sintonia, na convicção da capacidade dos instrutores de tiro em darem resposta aos mínimos de segurança apresentados.

Questão n.º 8: “Na sua opinião, considerando a nova LOGNR e a organização por Comandos Territoriais, que impacto prevê para formação de tiro, nomeadamente para o tiro de manutenção?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	O grande impacto para a formação de tiro, é a existência de um Oficial de Tiro em cada Comando Territorial.
Entrevistado 2	A nova estrutura orgânica em Comandos Territoriais, vem facilitar o cumprimento das Normas de Tiro. Ficou previsto a existência de um corpo de instrutores de tiro em cada Comando Territorial, portanto a instrução de tiro está mais descentralizada.

Quadro 6.8: Apresentação dos resultados da questão n.º8.

Os novos Comandos Territoriais, vêm fácil o cumprimento do tiro de manutenção pelo facto de a instrução de tiro ser mais descentralizada, ou seja, para cada Oficial de Tiro existente na GNR, corresponderá um número menor de instruendos a gerir e coordenar.

Questão n.º 9: “Considerando as actuais Normas de Tiro da GNR e as suas novas exigências quanto à habilitação dos formadores de tiro e à regularidade do tiro de manutenção, que perspectivas faz sobre a sua aplicação prática?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	Será possível até ao final deste ano ser implementado. Compete à GNR implementar em sacrifício de outras coisas.
Entrevistado 2	A regularidade do tiro de manutenção é um objectivo político.

Quadro 6.9: Apresentação dos resultados da questão n.º9.

O entrevistado 1 tem uma visão optimista sobre a aplicação das Normas de Tiro, referindo que já no final deste ano as disposições previstas neste diploma, poderão já estar implementadas.

A grande questão que se coloca na análise do presente quadro, é descobrir se a meta imposta pelo poder político, para a regularidade do tiro de manutenção, será ou não cumprida.

Questão n.º 10: “No que diz respeito à legitimidade do recurso a armas de fogo, as actuais Normas de Tiro da GNR, referem apenas no seu artigo 2.º da Parte I, a transmissão de conhecimentos no âmbito de enquadramento legal. Considera que seria importante que a avaliação prevista no RTM contemplasse um teste escrito a onde fossem avaliados estes conhecimentos?”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	Os militares dispõem de pouco tempo para se dedicarem ao tiro de manutenção, portanto o objectivo é focar o tiro de manutenção apenas para a sua vertente prática e técnica e não nas questões legais do uso da arma de fogo.
Entrevistado 2	É uma ideia que se pode abraçar, não foi pensada, mas é uma boa ideia.

Quadro 6.10: Apresentação dos resultados da questão n.º10.

O entrevistado 1 refere que o tiro de manutenção apenas está focado para as questões práticas e técnicas e não para as questões legais do recurso da arma de fogo, justificando esse facto, com o tempo reduzido que os militares dispõem para este tipo de formação.

O entrevistado 2 concorda plenamente com a situação proposta na questão n.º 10, afirmando que esta ideia apesar de nunca ter sido equacionada, é uma ideia válida.

Questão n.º 11: “Na sua opinião, qual será a solução possível, para que os comandantes, dos novos Comandos Territoriais, façam cumprir o que está determinado nas novas Normas de Tiro.”

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1	É efectivamente, terem um Sargento de Tiro e se calhar mais um ou dois militares de apoio adstritos exclusivamente ao cumprimento e ao controle do tiro de manutenção.
Entrevistado 2	O essencial é a nomeação de Sargentos de Tiro em exclusividade de funções. É isso que os comandantes dos Comandos Territoriais devem fazer desde já, para que as Normas de Tiro possam começar a serem cumpridas.

Quadro 6.11: Apresentação dos resultados da questão n.º11.

A questão da exclusividade de funções, prende-se pela possibilidade de um militar se dedicar em absoluto e continuamente, ao controlo e gestão da formação do tiro de manutenção aos efectivos da unidade.

As Normas de Tiro, prevêem a existência de pelo menos um Sargento de Tiro em exclusividade de funções nas unidades e na EG. Segundo os entrevistados, a grande solução para que os novos Comando Territoriais cumpram o que está determinado, é a nomeação de Sargentos de Tiro em regime de exclusividade de funções.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES

7.1 - VERIFICAÇÕES DAS HIPÓTESES

A apresentação, análise e discussão dos resultados, elaboradas no capítulo anterior, fornecem os conhecimentos necessários para a validação total ou parcial e refutação das hipóteses apresentadas:

H1 - Os instrutores de tiro são pouco rentabilizados após a realização do CIT.

Esta hipótese foi totalmente validada, pelo facto de existirem 32,1% de militares que após a frequência do CIT não desempenharam funções de instrutor de tiro.

- Hipótese totalmente validada pela análise aos gráficos 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6.

H2 - Os instrutores de tiro não estão preparados para ministrar instrução de tiro com a pistola Glock 19 calibre 9mm.

Esta hipótese foi refutada, pelo facto de o nível de actualização dos instrutores de tiro face à nova pistola Glock 19 calibre 9 mm ser é elevado, sendo que, cerca de 71,7 % dos instrutores de tiro já receberam a formação necessária para ministrar esta arma.

- Hipótese refutada pela análise aos gráficos 6.9 e 6.10.

H3 - A nova estrutura da GNR beneficia a instrução de tiro.

Esta hipótese foi totalmente validada, porque com a nova estrutura orgânica da GNR, descentralizou-se a formação de tiro, passando a existir em cada Comando Territorial um corpo de instrutores de tiro, originando um aumento dos cargos de Oficiais de Tiro.

- Hipótese totalmente validada pela análise aos quadros 6.8 e 6.11.

H4 - A revisão das Normas de Tiro clarificou as funções dos instrutores de tiro.

Esta hipótese foi totalmente validada, pelo facto de as Normas de Tiro, colocarem condições mais restritas para a formação de tiro, nomeadamente no que concerne à habilitação dos responsáveis pela instrução de tiro.

- Hipótese totalmente validada pela análise aos quadros 6.6, 6.7 e 6.9.

7.2 - CONCLUSÕES

A importância do tema deste trabalho, levou a não restringi-lo apenas à resposta ao problema apresentado, mas sim levantar o maior número possível de problemas e desafios na área da formação de tiro na GNR. É com base no reconhecimento dos problemas existentes na área da formação de tiro, que se pode traçar soluções, tendo sempre como objectivo o melhoramento da qualidade de uma das áreas de formação mais importantes na instituição GNR.

No que respeita ao problema proposto, “Qual o papel dos instrutores de tiro no modelo de formação de tiro da GNR?”, conclui-se que os instrutores de tiro, nas actuais Normas de Tiro, têm um papel mais incisivo na formação de tiro na GNR.

Apesar da situação acima referida, os instrutores de tiro têm sido pouco rentabilizados após a realização do CIT. Este facto é preocupante, visto que esta habilitação deveria representar um maior acréscimo para a qualidade da formação de tiro na GNR.

O principal desafio imposto pelas novas Normas de Tiro diz respeito à função de Sargento de Tiro em exclusividade de funções. Sem dúvida que este será um dos pontos-chave para o cumprimento das Normas de Tiro.

A existência de um Sargento de tiro em exclusividade em cada Comando Territorial, devidamente apoiado por outros militares habilitados e devidamente enquadrado por um Oficial de Tiro, seria fundamental para um melhor controlo e gestão dos militares pertencentes a essa unidade.

Deste modo, e com base nas hipóteses verificadas e na restante investigação levada a cabo, será necessário:

- Realizar um estudo de terreno aprofundado, de forma a avaliar o alcance da aplicação real das novas Normas de Tiro, bem como identificar os problemas e irregularidades na formação de tiro nas unidades;
- Contemplar a introdução de uma forma de avaliação de conhecimentos das disposições legais de recurso de arma de fogo em acção policial, na próxima revisão das Normas de Tiro;
- Criar condições para que o tiro nocturno faça parte do plano de tiro de manutenção;
- Prever uma validade para o CIT que obrigue os instrutores de tiro a constantes actualizações;
- Avaliar os instrutores de tiro no exercício das suas funções, de modo a analisar a qualidade da formação de tiro;
- Capacitar os Oficiais de Tiro com conhecimentos na área do Tiro Desportivo;
- Fazer um aproveitamento mais eficiente dos militares habilitados com o CIT;
- Incluir nos quadros orgânicos dos Comandos Territoriais, o cargo de Sargento de

Tiro;

- Analisar a possibilidade de uma das sessões quadrimestrais do tiro de manutenção de pistola, ser efectuada num simulador de tiro.

É importante que a formação de tiro seja considerada como fundamental, para que a instituição GNR acompanhe a evolução dos tempos, enaltecendo de forma pomposa o seu lema: “*Pela Lei e pela Grei*”.

7.3 - LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A formação académica na Academia Militar para a realização de um trabalho com as proporções de um TIA é claramente inadequada e insuficiente, sendo esta dificuldade várias vezes sentida pelo autor durante a realização do presente trabalho.

A bibliografia relacionada com a área de formação de tiro na GNR, apesar de ser extremamente importante, é quase inexistente na Academia Militar e EG.

A principal dificuldade que o autor encontrou no decorrer da realização deste trabalho, foi a situação actual de reestruturação orgânica da GNR. Esta situação deu origem a enormes condicionalismos ao investigador, principalmente na dificuldade de estabelecer contacto com os Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT.

Assim sendo a escassez de bibliografia sobre o tema e a incerteza criada à volta da introdução da nova LOGNR e das actuais Normas de Tiro, constituíram as maiores dificuldades sentidas pelo autor na realização do trabalho apresentado.

7.4 - PROPOSTAS PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

O tema deste trabalho é de enorme importância para uma instituição como a GNR.

Devido à crise económica internacional tem-se assistido na sociedade portuguesa a um aumento da criminalidade, com principal incidência na criminalidade violenta. Desta forma a instrução e execução de tiro na GNR torna-se fundamental na capacidade dos militares da GNR corresponderem da melhor forma e no respeito das disposições legais às situações operacionais apresentadas.

A GNR vive actualmente um período de reestruturação orgânica, sendo a situação actual de transição e adaptação. Por isso a situação da formação de tiro, nomeadamente o tiro de manutenção é de enorme incerteza e dúvida.

A nova estrutura territorial criada e o aumento da periodicidade do tiro de manutenção, criaram novos desafios e incertezas sobre a aplicação e cumprimento futuro das disposições previstas na formação de tiro.

Neste contexto é a proposta do autor a elaboração de uma investigação dirigida aos novos

Comandos Territoriais, com o objectivo de analisar a aplicação no terreno das disposições previstas nas Normas de Tiro, bem como identificar as principais dificuldades e lacunas na área do tiro de manutenção.

Num outro prisma é deveras importante um estudo de casos que incidisse na análise das ocorrências de recurso a armas de fogo pelos militares da GNR. Este estudo seria fundamental para identificar situações críticas de recurso a armas de fogo e deste modo suprimir eventuais erros de actuação.

Num outro ponto de vista, propõe-se um estudo de análise a novos meios tecnológicos, com o objectivo de se criarem condições de formação mais realistas e específicas, nomeadamente tiro em viatura em movimento e tiro em embarcação no mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA MILITAR (2008), *Orientações para redacção de trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.
- CARMO, Hermano & FERREIRA, Manuela M, (1998), *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CEIA, C. (2000) (3ª ed.rev.), *Normas para apresentação de trabalhos científicos*, Presença, Lisboa.
- ESTRELA, Edite; Soares, Maria Almira; Leitão, Maria José (2006), *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*, Dom Quixote, Lisboa.
- GHIGLIONE, R. MATALON, B. (2001) (4ª ed.), *O Inquérito: Teoria e Prática*. Celta, Lisboa.
- GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (1996), *Manual de Operações*, Volume I, CEGRAF GNR, Lisboa.
- HILL, M. M. HILL, A. (2005) (2ª ed.) – *Investigação por questionário*, Sílabo, Lisboa
- LOPES, António, et al (2003), *Uso de Armas de Fogo pelos Agentes Policiais – Seminário Internacional*, Inspeção-Geral da Administração Interna, Queluz.
- McNAB, Chris (2005), *Armas Ligeiras do Século XX*, Editorial Estampa, Lisboa.
- NOGUEIRA, Maria, et al (1998), *Direitos Humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial*, Inspeção-Geral da Administração Interna, Lisboa.
- MONTEIRO, Jorge (2004) *Técnicas de Intervenção Policial*, Instituto Superior de Policia Judiciária e Ciências Criminais, Loures.
- PASCHOA, Armando (1951), *Armamento*, Edições Infantaria, Lisboa.
- QUIVY, R. CAMPENHOUDT, L. (2008) (4ª ed.), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Traduzido por João M. Marques, Maria A. Mendes, Maria CARVALHO, col. «Trajectos», Gradiva, Lisboa.
- SARMENTO, Manuela (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

LEGISLAÇÃO

- Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto - Constituição da República Portuguesa.
- Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de Novembro – Código do Procedimento Administrativo
- Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro – Lei Orgânica da GNR.
- Decreto-Lei 265/93 de 31 de Julho – Estatuto dos Militares da GNR.
- Decreto-Lei n.º 457/99, de 05 de Novembro – Regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças de segurança.
- Lei 05/06, de 23 de Fevereiro – Regime jurídico das armas e suas munições.
- Decreto-Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto – Código de Processo Penal.
- Decreto-Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro – Código Penal.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de Fevereiro de 2002 - Código Deontológico do Serviço Policial.

RELATÓRIOS

- Guarda Nacional Republicana, Comando Geral – *Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção*, 2008.
- Guarda Nacional Republicana, *Regulamento do Curso de Formação de Praças*, 2006.
- Guarda Nacional Republicana - *Manual de Manutenção de Ordem Pública da GNR*, 2004.
- Guarda Nacional Republicana, *Informações e Relatórios Policiais – Disparos de 2008*, Comando Geral.
- Polícia de Segurança Pública, *Plano de Formação de tiro da PSP e anexos*, 2007.

TESES E OUTROS TRABALHOS

CORREIA, Asp Carlos, - *Recurso a arma de fogo*, Dissertação Final da Licenciatura em Ciências Policiais, 2006, ISCPSI.

QUINTAL, Asp Mário, - *Licenciamento de uso e porte de armas de defesa*, Dissertação Final da Licenciatura em Ciências Policiais, 2004, ISCPSI.

RIBEIRO, Cap Daniel, et al.- *O tiro de Manutenção na GNR*, Trabalho do CPOS 2005/06, IESM.

SIMÕES, Ten Nuno, e tal. – *A Instrução de Armamento e Tiro na Guarda Nacional Republicana – Soluções para o Futuro*, Trabalho do CPC 2007/08, EG.

TORRES, Asp Bruno, - *Meios coercivos de baixa potencialidade letal*, Dissertação Final da Licenciatura em Ciências Policiais, 2008, ISCPSI.

APÊNDICES

APÊNDICES A – QUESTIONÁRIO

“EMAIL” DE APRESENTAÇÃO



Ex.mos Srs. Oficiais e Sargentos habilitados com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT).
Sou o Aspirante de Infantaria Manuel Moreira, e encontro-me a efectuar o Mestrado em Ciências Militares. O tema do meu Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) é: “Instrução e execução de tiro – Modelos de formação”.

Sendo um dos objectivos primordiais do meu trabalho, a análise da habilitação dos formadores de tiro, nomeadamente o aproveitamento dessa habilitação para a formação de tiro na GNR, é de enorme importância o vosso contributo, através da resposta ao questionário que se anexa ao presente E-mail.

Para preencher o questionário, devem proceder da seguinte forma:

1. Descarregar o ficheiro anexo com o nome “questionário”;
2. Abrir o ficheiro;
3. Desbloquear o aviso de segurança na barra de ferramentas;
4. Responder às questões solicitadas;
5. Guardar as alterações;
6. Enviar o questionário preenchido para o E-mail:

“manuelmoreira44@hotmail.com”

Solicito que reenviem o questionário com a maior brevidade possível, e que sejam rigorosos e verdadeiros nas vossas respostas.

Os dados recolhidos serão utilizados, unicamente, no âmbito deste Trabalho de Investigação Aplicada

Agradeço desde já a vossa colaboração.

Com os melhores cumprimentos

Manuel Moreira

Aspirante de Infantaria

Questionário



Na realização do Trabalho de Investigação Aplicada, no âmbito do Tirocínio para Oficial, cujo tema é “Instrução e execução de tiro – Modelos de formação”, surgiu a necessidade de recolher a opinião daqueles que lidam diariamente com o assunto. Assim, este questionário destina-se aos Oficiais e Sargentos, habilitados com o Curso de Instrutores de Tiro.

É extremamente importante que as respostas sejam rigorosas e verdadeiras, pois só assim será possível a correcta análise dos dados recolhidos.

Os dados serão utilizados, unicamente no âmbito deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Peço desde já a sua colaboração e agradeço o seu contributo.

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT



Posto: _____

Idade: _____

Ano em que tirou o curso: _____

Unidade/Subunidade em que está actualmente colocado: _____

1 Antes de estar habilitado com o CIT alguma vez dirigiu sessões de tiro?

Sim ☐

Não ☐

• Se a sua resposta à questão anterior for SIM, diga quantas vezes:

Mais de 15 ☐

Entre 10 a 15 ☐

Entre 5 a 10 ☐

Menos de 5 ☐

2 Após estar habilitado com o CIT desempenhou funções de Instrutor de tiro?

Sim ☐

Não ☐

- Se a sua resposta à questão anterior for SIM, diga se na SUA AUSÊNCIA existe mais alguém a desempenhar as mesmas funções, sem que para tal este esteja habilitado:

Sim ☐

Não ☐

3 Quantas vezes dirigiu sessões de tiro, após estar habilitado com o CIT?

Mais de 15 ☐

Entre 10 a 15 ☐

Entre 5 a 10 ☐

Menos de 5 ☐

Nunca ☐

4 Quantas vezes, dirigiu sessões de tiro, no ÚLTIMO ANO?

Mais de 15 ☐

Entre 10 a 15 ☐

Entre 5 a 10 ☐

Menos de 5 ☐

Nunca ☐

5 Actualmente desempenha funções de Instrutor de tiro?

Sim ☐

Não ☐

- Se a sua resposta à questão anterior for NÃO, a pessoa que está na sua unidade/subunidade, a desempenhar a função de Of/Sarg de Tiro, está habilitada como CIT:

Sim

☐

Não

☐

6 Já recebeu a formação necessária, que o habilita a ministrar instrução sobre a Pistola Glock 19 calibre 9 mm, aos militares da Guarda?

Sim

☐

Não

☐

- Se a sua resposta à questão anterior for NÃO, diga se já ministrou sessões de tiro, em que tenha sido utilizada a Pistola Glock 19 calibre 9 mm:

Sim

☐

Não

☐

APÊNDICES B – GUIÃO DAS ENTREVISTAS

GUIÃO DA ENTREVISTA



Tema: “Instrução e execução de tiro – Modelos de Formação”.

Entrevistador: Manuel Moreira.

Entrevistados: Sr. Major Nortadas e Sr. Major Faria.

Objectivo geral:

O objectivo geral desta entrevista, visa compreender os problemas e desafios na Formação de tiro, nomeadamente no que respeita à habilitação dos formadores de tiro.

Blocos temáticos:

- A. Legitimação da entrevista.
- B. A situação actual da formação de tiro na GNR.
- C. O Impacto das alterações e mudanças recentes na área da formação de tiro.
- D. Previsão e desafios futuros, na Instrução de tiro na GNR.

Estratégia:

A entrevista é do tipo semi-directivo, dividida em quatro blocos temáticos.

Tendo em conta a característica de semi-directividade da entrevista, as questões apresentadas em cada bloco servem apenas como ponto de referência ao entrevistador.

O entrevistador deverá deixar o pensamento do entrevistado fluir e deverá pedir-lhe para explicar ou clarificar, o mais possível, todos os aspectos focados. Cada vez que o entrevistado não falar por si mesmo dos assuntos importantes à entrevista, o entrevistador deverá colocar uma questão sobre a temática de interesse à entrevista.

GUIÃO DA ENTREVISTA



1. No que respeita à habilitação necessária para o desempenho das funções de Oficial e Sargento de Tiro, o Curso de Instrutores de Tiro (CIT) está adequado às exigências policiais?
2. Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haver militares em algumas unidades da GNR, a desempenharem funções de instrutores de tiro, sem que para tal estejam habilitados?
3. Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haverem militares, que após estarem habilitados com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT), nunca desempenharam funções para as quais estão habilitados?
4. Quais as consequências que se lhe afiguram, do facto de nem todas as unidades estarem a cumprir o Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM), no que respeita à periodicidade de execução de tiro?
5. Quais são os constrangimentos, que levam a que as Normas de Tiro não sejam cumpridas?
6. Qual a sua opinião acerca das alterações efectuadas, relativamente às anteriores Normas de Tiro?
7. O artigo 5.º da Parte II do Regulamento do Tiro de Manutenção (RTM), determina que durante a execução do tiro deverá estar presente um instrutor habilitado por cada seis atiradores. Será possível aos Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT dar resposta ao que está previsto neste artigo das novas Normas de Tiro?
8. Na sua opinião, considerando a nova lei orgânica da GNR (LOGNR), e a organização por Comandos Territoriais, que impacto prevê para a formação de tiro, nomeadamente para o tiro de manutenção?

9. Considerando as actuais Normas de Tiro da GNR e as suas novas exigências quanto à habilitação dos formadores de tiro e à regularidade do tiro de manutenção, que perspectivas faz sobre a sua aplicação prática?
10. No que diz respeito à legitimidade do recurso a armas de fogo, as actuais Normas de Tiro da GNR, referem apenas no seu artigo 2.º da Parte I, a transmissão de conhecimentos no âmbito de enquadramento legal. Considera que seria importante que a avaliação prevista no RTM contemplasse um teste escrito a onde fossem avaliados estes conhecimentos?
11. Na sua opinião, qual será a solução possível, para que os comandantes, dos novos Comandos Territoriais, façam cumprir o que está determinado nas novas Normas de Tiro.

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do tema - Estabelecer um ambiente calmo e de confiança; - Motivar o entrevistado para a entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Antes de dar início à entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar sobre o tema ou a entrevista? - Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no relatório escrito relativo ao trabalho que estou a realizar? 	Referir ao entrevistado que o trabalho tem como principal objectivo compreender a importância da habilitação na instrução de tiro, bem como o seu impacto para o processo de formação de Tiro.
Bloco B A situação actual da formação de tiro na GNR.	Conhecer e identificar possíveis lacunas no processo de formação de tiro.	Questões 1,2, 3 e 4	Que soluções apresenta para fazer face à situação retratada na questão n.º2?
Bloco C O Impacto das alterações e mudanças recentes na área da formação de tiro.	Compreender os problemas e desafios, decorrentes das alterações orgânicas e estruturais na GNR.	Questões 5, 6, 7 e 8	Vai ser possível responder à necessidade de 26 oficiais de tiro e 26 Sargentos de Tiro? (Anteriormente 12 +12)
Bloco D Previsão e desafios futuros, para o processo de formação de tiro na GNR.	Desenhar uma perspectiva futura, no que respeita ao caminho a seguir para o melhoramento da qualidade da formação de tiro.	Questões 9, 10 e 11	A questão da legitimidade do uso de armas de fogo, já se encontra inserido no sistema de avaliação de tiro de manutenção da PSP. Seria relevante para a GNR? Incidentes com armas de fogo, que causas? (técnica vs legitimidade)

APÊNDICES C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.1

Entrevistado 1: Major Nortadas, Oficial da Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, dia 22 de Janeiro de 2009, Comando Geral.

1. No que respeita à habilitação necessária para o desempenho das funções de Oficial e Sargento de Tiro, o Curso de Instrutores de Tiro (CIT) está adequado às exigências policiais?

O Curso de Instrutores de Tiro está adequado às exigências policiais, no entanto esse curso agora de 4 semanas, tem sido alvo de algumas alterações. O curso que começou por ser de 2 semanas, passou a 3, e por último passou a ser de 4 semanas. A ideia é habilitar, para ter alguém mais capacitado a ministrar o tiro de manutenção aos restantes Guardas.

Se me perguntar, se todos os militares da Guarda deveriam ter este curso? Se calhar sim. Todos os militares deveriam ter esta formação ao nível do tiro, todos eles deveriam ter estas 4 semanas intensas de tiro.

Agora quais são os constrangimentos disto? Basicamente são constrangimentos de natureza orçamental, nomeadamente ao nível de munições. Para se fazer bom tiro, tem que se praticar, e existir boas condições para tal. Apesar de hoje em dia, existirem meios alternativos; caso dos simuladores de tiro, a Guarda não dispõe de tais meios, por estes meios serem demasiados caros.

2. Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haver militares em algumas unidades da GNR, a desempenharem funções de instrutores de tiro, sem que para tal estejam habilitados?

Não deveriam, porque se olharmos para o tiro como o manuseamento da arma pelo militar da Guarda, o militar tem que estar perfeitamente consciente, não só em termos legais, mas também em termos práticos, nomeadamente da técnica de utilização da arma. (...) Existem aqui duas fronteiras; uma fronteira até que o militar toma a decisão “vou tirar a arma do coldre”; e uma segunda fronteira, que é “após tirar a arma do coldre”. Isto justifica-se, porque quando o militar da Guarda tira a arma do coldre é para a usar, porque a intimidação através da arma de fogo, não é permitida, nem legal. Portanto ou resolve a situação, até tirar a arma do coldre, ou então se a situação se extrapolou para uma determinada forma, em que o militar tem que tirar a arma do coldre, então tem que estar capacitado para fazer uso dessa arma.

3. Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haverem militares, que após estarem habilitados com o CIT, nunca desempenharam as funções que para as quais estão habilitados?

Actualmente, julgo que isso não deve estar a acontecer, ou se acontece não deveria

acontecer. Visto que já existem umas dezenas largas de oficiais e sargentos que receberam o Curso de Instrutores de Tiro, e que estão espalhados por todos os Comandos Territoriais.

Portanto se esses Comando Territoriais, não fizeram o reaproveitamento desses militares, ou se existem graduados habilitados que não estão a desempenhar essas funções, então é da responsabilidade desses Comandos, não só em não os deixarem desempenhar essas funções, como se por falta de pessoal, esse militar tem que desempenhar essas funções (instrutor de tiro), pô-lo o mais rapidamente possível a fazer o curso.

(...) Se um militar é nomeado para fazer um determinado curso de especialização, há um investimento nesse militar. E esse investimento tem que ter um retorno para a Guarda, ao fim ao cabo estamos a falar de um militar, que esteve ali durante um mês a receber uma formação, onde não só ouve alguém que esteve também empenhado a dar essa formação, bem como, os gastos matérias nas munições, aluguer de carreiras de tiro, etc. Se o retorno desse investimento é nulo, então isso significa que foi um mau investimento. Então esse militar não deveria ter feito o curso, não valia a pena.

4. Quais as consequências que se lhe afiguram, do facto de nem todas as unidades estarem a cumprir o Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM), no que respeita à periodicidade de execução de tiro?

O que acontece muitas vezes, é que a Guarda tem inúmeros constrangimentos, nomeadamente na escassez de carreiras de tiro, bem como toda a vertente logística.

Muitas vezes, podia acontecer que para as nomeações para os cursos (normalmente 12 vagas por curso), era dado vagas às várias unidades, e muitas das vezes essas nomeações, eram feitas independente de terem a necessidade ou não. Depois o que acontecia, é que ficavam com um elemento que estava habilitado, mas essa necessidade não existia, e o militar não era utilizado.

5. Quais são os constrangimentos, que levam a que as Normas de Tiro não sejam cumpridas?

Com a nova estrutura, deverá existir em cada Comando Territorial, obrigatoriamente um Sargento de tiro, que se dedique exclusivamente ao tiro, (que possivelmente deverá ser auxiliado por outros militares habilitados, e obrigatoriamente subordinado a um Oficial de tiro). Mas face à conjectura actual, vai ser muito difícil neste momento ter em cada Comando Territorial um Oficial de tiro em exclusividade, provavelmente vai haver um Oficial de tiro que estará habilitado para isso, mas depois quem vai diariamente para a carreira de tiro com os homens, será o Sargento de tiro.

Agora isto julgo que é o grande problema que existiu até agora no tiro, foi esta não exclusividade de um indivíduo para fazer cumprir os planos de manutenção de tiro. Portando ou existe um indivíduo que faça o controlo de quem são os militares daquele Comando Territorial que já fizeram o tiro ou não fizeram o tiro, ou então continuamos a ter situações de nomeações aleatórias, em que poderá haver um militar que vai à carreira de tiro duas

vezes num dia, e depois há militares que nunca chegam a ir.

Tirando a tal condicionante de muitas vezes não haver carreiras de tiro, visto que agora já existem carreiras de tiro que começaram a ser disponibilizadas. Agora as consequências são muitas, felizmente não temos cá em Portugal muitas situações, em que os militares façam uso da arma de fogo. Agora é lógico que se um militar estiver numa situação que tem que fazer uso da sua arma de fogo, e se as coisas não correrem bem, alguém terá que ser responsabilizado. E a responsabilidade do uso da arma de fogo, é sempre pessoal, sempre do militar que a usou. No entanto esse militar pode sempre alegar que houve uma falha ao nível da sua formação de tiro, culpabilizando a instituição GNR.

(...) Um plano de manutenção de tiro anual, em que os militares têm que fazer tiro 3 vezes por ano, estamos a falar de um universo de cerca de 24 mil homens... estamos a falar que cada homem faz um consumo de cerca de 60 munições por ano, multiplicando 60 munições por 24 mil, e depois multiplicar esse valor pelo custo de cada munição, descobre-se que para a Guarda cumprir o plano que está ministerialmente aprovado, deveria ter no seu orçamento só para a compra de munições, aproximadamente 1,5 milhões de euros, só para a compra de munições. Portanto se esse dinheiro não é atribuído, digamos especificamente a isto, é difícil depois cumprir.

Os meios relacionados ao tiro, o Ministério está a começar a dar-nos, foi o desenvolvimento de novas carreiras de tiro, só que depois continuamos a falar, por exemplo da questão das munições. E na situação das munições, ou há munições ou não há tiro.

Por outro lado, podia-se investir em outros meios, há muitos países da Europa que têm e utilizam, os chamados simuladores de tiro, ou seja, um militar pode fazer as 3 vezes o tiro de manutenção anual, sendo que poderá uma destas vezes, ser num simulador de tiro. E aqui há um investimento inicial na aquisição destes simuladores de tiro, mas que ao longo dos anos estamos a cortar uma ida a uma carreira de tiro, com todos os custos que isso advém, não só em munições, bem como na deslocação de pessoal, etc. Por tudo isto, é possível contabilizar e estatisticamente demonstrado, agora tem que haver dinheiro para um investimento inicial.

6. Qual a sua opinião acerca das alterações efectuadas, relativamente às anteriores Normas de Tiro?

Apesar de estar previsto na revisão das Normas de Tiro, julgo que 2 anos depois da primeira aprovação das Normas de tiro, em que se dizia que o tiro era obrigatoriamente Semestral para o tiro de pistola, o que acelerou a revisão destas novas Normas de Tiro, foram dois factores.

O primeiro factor, foi a pressão política (Ministerial), de que era necessário passar o tiro de Semestral para Quadrimestral (3 vezes por ano). O segundo factor, deve-se à nova reestruturação da Guarda em que as Normas de Tiro tinham que mencionar correctamente as atribuições dos órgãos e comandos que foram alterados com a introdução do novo

decreto-lei, (lei orgânica).

Portanto, essas foram efectivamente as grandes alterações que existiram nestas normas de tiro (actuais), porque a ideia da revisão das Normas de Tiro, era sempre de as melhorar.

Assim sendo, passamos das primeiras Normas de Tiro, que tinha aquelas fases todas; do tiro de ar comprimido, calibre.22, calibre 9 mm, para a obrigatoriedade de se fazer tiro 2 vezes por ano (no mínimo), o que se cumprisse já não seria nada mau. Portanto passou-se agora para 3 vezes.

Todas estas normas, quando se criam, têm sempre um período de aplicação, um período que têm que ser revistas, para se fazerem alterações. Portanto julgo que aqui o que faltou foi a análise de verificação, se as Normas de Tiro antes de serem revistas estavam a ser cumpridas ou não, e quais foram as falhas que estavam a ter.

Empiricamente é possível descortinar o que correu mal; falta de dinheiro para munições, falta de carreiras de tiro, etc. Agora isto devia ter ficado escrito, devia-se questionar os Comandos que faziam os relatórios anuais de tiro, mas para além dos relatórios anuais de tiro, devia-se ter chegado à análise: Porque não foram cumpridas as normas de tiro? Naqueles dois anos subsequentes à aprovação das normas de tiro, antes desta revisão agora.

7. O artigo 5.º da Parte II do Regulamento do Tiro de Manutenção (RTM), determina que durante a execução do tiro deverá estar presente um instrutor habilitado por cada seis atiradores. Será possível aos Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT, dar resposta ao que está previsto neste artigo das novas Normas de Tiro?

É o ideal, vejamos o efectuar, ministrar sessões de tiro a um Guarda que desempenha funções policiais, é um pouco diferente de um militar de vocação para a guerra. O militar da Guarda que está a fazer serviço policial, a correcção das opções que esse militar toma, e de como ele faz tiro, tem que se ter quase uma instrução personalizada.

O que está escrito como o ideal, na execução de tiro em carreira de tiro, é 1 instrutor para cada 3 instruendos. Mas a doutrina que se traça do Exército, é que basta um instrutor de tiro para dar as vozes, sendo que poderá haver mais um auxiliar e depois temos uma entrada de 15 indivíduos a fazer fogo, isto dá para corrigir os erros mais grosseiros, mas não se consegue aprofundar os pormenores técnicos de cada atirador.

(...) Agora quando nas novas Normas de Tiro dizem, 1 instrutor habilitado para cada 6 instruendos, já parte do principio da dificuldade de haver pessoal habilitado e de pessoal disponível para desempenhar estas funções.

Mas isto seria o ideal, pois efectivamente o tiro, até há bem pouco tempo era tido como mais uma instrução. Isto quer dizer, que se deu a importância devida ao militar da Guarda, e ao facto de se estar a dar uma ferramenta, cujo o peso legal do uso dessa ferramenta tem consequências gravíssimas para o próprio militar, bem como para a própria instituição. Agora conforme este peso, no futuro devia-se dar à instrução o tempo de formação, de

modo a corresponder ao peso da sua importância.

8. Na sua opinião, considerando a nova lei orgânica da GNR (LOGNR), e a organização por Comandos Territoriais, que impacto prevê para a formação de tiro, nomeadamente para o tiro de manutenção?

A transformação das Brigadas Territoriais em Comandos Territoriais, para já uma das coisas que acontece, é que enquanto existia um Sargento de Tiro para cada Grupo Territorial e um Oficial de Tiro por Brigada, e sabendo nós que estamos a falar quer das unidades territoriais, especiais, e de reserva. O Oficial de Tiro, nunca ficava numa actividade exclusiva em relação ao tiro, desempenhando outras actividades, mas tinha efectivamente um Sargento de Tiro que se reportavam a essa tarefa.

Neste momento, esse é um problema que eu não sei como vai ser ultrapassado, mas poderá ser ultrapassado se (...) Ora vejamos o problema é que o pessoal que está habilitado, a nível de Oficiais, estamos a falar essencialmente de Tenente e Capitães, cuja as suas funções num Comando Territorial, são comandar Destacamentos. Não se pode estar a dar a um Comandante de Destacamento mais o peso extra de ser-se o Oficial de Tiro do Comando Territorial, isso é um erro. Pois ele já tem responsabilidades suficientes, se atribuir a ele o peso, de ser o Oficial de Tiro de toda a área do comando territorial, não faz sentido.

Agora efectivamente, eu julgo que isto passa, por existir um oficial que esteja a desempenhar funções, digam de Estado Maior nos Comandos Territoriais. E que apesar de não estar habilitado com o CIT, responda pelas obrigações de ser o oficial de tiro no Comando Territorial, mas que depois tem naquele Comando Territorial, um ou dois ou três Sargentos de Tiro.

9. Considerando as actuais Normas de Tiro da GNR e as suas novas exigências quanto à habilitação dos formadores de tiro e à regularidade do tiro de manutenção, que perspectivas faz sobre a sua aplicação prática?

Tudo é possível, desde que haja vontade... Cabe à GNR implementar em sacrifício de outras coisas.

Processo que se houver gente dedicada, poderá no final deste ano ser implementado.

10. No que diz respeito à legitimidade do recurso a armas de fogo, as actuais Normas de Tiro da GNR, referem apenas no seu artigo 2.º da Parte I, a transmissão de conhecimentos no âmbito de enquadramento legal. Considera que seria importante que a avaliação prevista no RTM contemplasse um teste escrito a onde fossem avaliados estes conhecimentos?

Isso foi um problema que se colocou desde que se começou a dar o Curso de Instrutores de Tiro. Eles dão a CRP, o CP, e o CPP, dão efectivamente a lei sobre o uso das armas de fogo. O CIT apesar de referir muito superficialmente a parte legal do uso das armas de fogo, em que isso é chamado à atenção conforme os exercícios que depois se vai fazendo. A

decisão do uso ou não da arma de fogo, é sempre uma decisão pessoal.

No caso do tiro de manutenção, existe o IAQT, que é uma espécie de um plano de formação de actualização e manutenção de conhecimentos, que deve ser ministrada a todos os militares da Guarda, sendo que esta formação, que é de carácter, deverá focar todas as áreas de interesse, nomeadamente a situação legal do uso da arma de fogo.

Porque os militares dispõem de pouco tempo para se dedicarem ao tiro de manutenção. Logo a ideia é focar o tiro de manutenção apenas na sua vertente prática e técnica e não nas questões legais do uso ou não uso da arma de fogo.

11. Na sua opinião, qual será a solução possível, para que os comandantes, dos novos Comandos Territoriais, façam cumprir o que está determinado nas novas Normas de Tiro.

É efectivamente, terem um Sargento de Tiro e se calhar mais um ou dois militares de apoio adstritos exclusivamente ao cumprimento e ao controle do tiro de manutenção. Só assim vai ser possível cumprir, o tiro de manutenção, se não houver Sargento em exclusividade para controlar todos os militares do Comando Territorial, tendo uma relação de todos, de modo a saber quais foram as qualificações que tiveram, com anotações das dificuldades que eles tiveram e se melhoraram de uma sessão para a outra. Se não houver um indivíduo que se dedique a isto a tempo inteiro, nunca se vai conseguir fazer nada, por mim a solução passa por aqui, que não é solução nenhuma, pois a solução está nas Normas de Tiro, assinada pelo Exmo. Comandante Geral, que diz que deve existir em cada Comando Territorial um Sargento de Tiro em exclusivo nesta função. Logo a minha opinião não é uma solução, a solução é cumprir o que está escrito.

APÊNDICES D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.2

Entrevistado 2: Major Faria, Chefe de Gabinete do Comando Operacional, dia 10 de Fevereiro de 2009, Comando Geral.

1. No que respeita à habilitação necessária para o desempenho das funções de Oficial e Sargento de Tiro, o Curso de Instrutores de Tiro (CIT), está adequado às exigências policiais?

Sobre essa questão, eu não conheço o conteúdo actual do Curso, por isso não lhe posso responder.

2. Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haver militares em algumas unidades da GNR, a desempenharem funções de instrutores de tiro, sem que para tal estejam habilitados?

A minha opinião é que os instrutores de tiro devem todos estar habilitados, e é intenção das novas Normas de Tiro que não haja instrutores de tiro que não estejam devidamente credenciados e habilitados.

3. Qual é a sua opinião relativamente ao facto de haverem militares, que após estarem habilitados com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT), nunca desempenharam as funções que para as quais estão habilitados?

É um problema que tem a haver essencialmente com a gestão de recurso humanos, porque quando nós mandamos um militar efectuar um curso de uma determinada área, é no pressuposto que essa pessoa vai depois desempenhar as funções. Agora se mandamos pessoas fazer o curso, só por fazerem, alguma coisa está mal.

As pessoas que vão fazer a formação de instrutores de tiro de ser empenhados na formação. Isto não quer dizer, que se já tivermos numa determinada unidade instrutores formados, não quer dizer que possamos ter mais gente com formação nessa área, pois é desejável que haja, até porque pode haver uma necessidade de trocar um elemento em funções, ou um determinado elemento em certa altura ser transferido, e portanto se conseguirmos ter em carteira mais pessoas com formação, isso é bom. Agora as pessoas que fazem a formação devem ser empenhadas.

4. Quais as consequências que se lhe afiguram, do facto de nem todas as unidades estarem a cumprir o Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM), no que respeita à periodicidade de execução de tiro?

As consequências são que os militares não estejam habilitados a utilizar as armas com que fazem serviço, essa é a principal consequência. Portanto o programa de tiro deve ser cumprido por toda a gente, e de resto a filosofia destas Normas de Tiro quando foram aprovadas em todos os seus preceitos, uma das consequências é que um militar que não faça a instrução de tiro, não pode usar a arma, portanto a filosofia é esta um militar para

usar a sua arma tem que estar habilitado a usar, para a utilizar tem que cumprir um programa mínimo de treino, portanto se não cumprir este programa mínimo, não poderá usar o armamento com que faz o serviço.

5. Quais são os constrangimentos, que levam a que as Normas de Tiro não sejam cumpridas?

(...) As razões são múltiplas: por vezes falta de carreiras de tiro, falta de munições, falta de efectivos para garantir os serviços nas unidades e ao mesmo tempo as pessoas irem cumprir os programas de tiro.

6. Qual a sua opinião acerca das alterações efectuadas, relativamente às anteriores Normas de Tiro?

Penso que as Normas de Tiro actuais estão no caminho certo, porque vão no sentido de obrigarem a que haja uma instrução de tiro que tem que obrigatoriamente ser levada a efeito por toda a gente, portanto a filosofia é que um militar que anda com uma arma, que utiliza a arma no serviço, tem que fazer instrução de tiro.

Quanto à periodicidade, enfim era desejável que nós, que a instrução de tiro fosse mais frequente, e o desejável era que os militares da Guarda fizessem tiro uma vez por mês, como sabemos isso não é fácil de implementar. Portanto neste momento, enfim, estamos a conseguir a cumprir, pelo menos apontamos para um mínimo, que são as sessões quadrimestrais, no fundo é fazer tiro de pistola 3 vezes por ano.

7. O artigo 5.º da Parte II do Regulamento do Tiro de Manutenção (RTM), determina que durante a execução do tiro deverá estar presente um instrutor habilitado por cada seis atiradores. Será possível aos Oficiais e Sargentos habilitados com o CIT, dar resposta ao que está previsto neste artigo das novas Normas de Tiro?

Eu penso que sim. É importante que se cumpram mínimos de segurança, nas sessões de tiro, e os mínimos de segurança apontam para haja pelo menos atrás de cada grupo de 6 atiradores um instrutor, portanto se pensarmos que normalmente uma linha de tiro não deve ter mais do que 10 ou 12 atiradores, isso obriga a que estejam lá 2 instrutores de tiro, penso que isso é pacífico que sempre que haja uma sessão de tiro lá estejam 2 instrutores. Isso não quer dizer que sejam os dois Sargentos de Tiro em exclusividade. Porque desejavelmente, as pessoas que estão a monitorizar o tiro devem ter a formação, devem ter o Curso de Tiro, mas se não tiverem podem ajudar na mesma. Por exemplo pode estar um Sargento habilitado e um outro Sargento não habilitado, ou estar um Oficial e um Sargento, agora é preciso que haja pessoas que garantam as condições de segurança na execução de tiro.

8. Na sua opinião, considerando a nova lei orgânica da GNR (LOGNR), e a organização por Comandos Territoriais, que impacto prevê para a formação de tiro, nomeadamente para o tiro de manutenção?

Eu julgo que até é mais fácil, nesta actual estrutura dar-se cumprimento ao programa de tiro.

Uma vez que o que ficou previsto é que cada Comando Territorial deve ter o seu corpo de instrutores, e portanto a instrução mais descentralizada, porque antigamente as coisas estavam mais centralizadas nos Comandos das Brigadas, e portanto era o Oficial e o Sargento de Tiro da Brigada que tinha de dar instrução a todos os grupos. Neste momento cada Comando tem que ter um corpo de instrutores a tempo permanente e portanto é esse corpo de instrutores que dá formação ao efectivo do Comando Territorial.

9. Considerando as actuais Normas de Tiro da GNR e as suas novas exigências quanto à habilitação dos formadores de tiro e à regularidade do tiro de manutenção, que perspectivas faz sobre a sua aplicação prática?

Para já a regularidade do tiro de manutenção é um objectivo político, o Sr. Ministro que a tutela, decidiu que as polícias deviam fazer tiro com as armas de calibre policial, que são utilizadas no dia-a-dia, devem fazer tiro quadrimestral. Portanto nem vale a pena avaliar isso (...) de qualquer maneira, pessoalmente acho que é o mínimo razoável para que qualquer elemento policial esteja apto a utilizar a arma de serviço (...).

10. No que diz respeito à legitimidade do recurso a armas de fogo, as actuais Normas de Tiro da GNR, referem apenas no seu artigo 2.º da Parte I, a transmissão de conhecimentos no âmbito de enquadramento legal. Considera que seria importante que a avaliação prevista no RTM contemplasse um teste escrito a onde fossem avaliados estes conhecimentos?

Penso que é uma ideia que se pode abraçar, não foi pensada, mas penso que é uma ideia válida. Penso que é uma boa ideia.

11. Na sua opinião, qual será a solução possível, para que os comandantes, dos novos Comandos Territoriais, façam cumprir o que está determinado nas novas Normas de Tiro.

O essencial é nomearem Sargentos de Tiro em exclusividade de funções. Nomear pessoas com responsabilidade e atribuir-lhes funções em regime de exclusividade dedicada a esta área, que é uma área importante. É isso que os Comandos Territoriais devem fazer desde já, para que as Normas de Tiro possam começar a funcionar.

ANEXOS

ANEXO E – NORMAS DE TIRO DA GNR

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NORMAS DE TIRO

PARTE I

GENERALIDADES

ART.º 1.º

Finalidade

1. As Normas de Tiro da Guarda Nacional Republicana – NTGNR – destinam-se a regular a execução do tiro na Guarda, através das directrizes contidas nos três regulamentos que delas fazem parte integrante e que são:
 - a. Regulamento de Tiro de Instrução – RTI – Conforme regulamento específico de cada curso de formação, promoção ou especialização;
 - b. Regulamento de Tiro de Manutenção – RTM;
 - c. Regulamento de Tiro Desportivo – RTD.
2. Os regulamentos referidos, como as suas designações indicam, são específicos de cada uma das três grandes áreas em que o tiro da Guarda se divide, havendo a preocupação de transmitir, em cada um deles “de per si”, os conhecimentos necessários à correcta utilização do armamento, de forma a obter-se o máximo de aproveitamento possível do potencial relativo de cada um dos militares da Guarda, no que à execução do tiro diz respeito.
3. Para melhor entendimento sobre as diferenças entre os designados, Tiro de Instrução, Tiro de Manutenção e Tiro Desportivo, subentende-se:
 - a. Tiro de Instrução: Todo o tiro realizado no âmbito de cursos de formação, promoção ou especialização;
 - b. Tiro de Manutenção: Todo o tiro realizado por militares prontos ao serviço, executado nos termos deste regulamento, tendo por base a manutenção e melhoria dos ensinamentos já adquiridos.
 - c. Tiro Desportivo: Todo o tiro realizado por militares em representação das Equipas da GNR ou em Representação Nacional.

ART.º 2.º

Interacção dos vários regulamentos

1. Pretende-se que os três regulamentos interajam permanentemente durante a vida profissional dos militares da Guarda e ao longo das respectivas carreiras, tendo por objectivo dar-lhes a preparação básica necessária, através do estipulado no Regulamento de Tiro de Instrução, que servirá de suporte a um mais fácil cumprimento das tabelas previstas no Regulamento de Tiro de Manutenção.
2. A conjugação do bom ensinamento que se pretende atingir com o tiro de instrução, com os bons resultados do tiro de manutenção é fundamental para quem usa no cumprimento do serviço, diversos tipos de armamento. Paralelamente, como resultado da melhoria permanente das prestações nesta área, fluirá um maior universo de militares para se seleccionarem os elementos necessários para representarem condignamente a Guarda, nas diversas competições previstas no RTD.

PARTE II
ÁREAS DE RESPONSABILIDADE
CAPÍTULO I
ENTIDADES QUE INTERVÊM NA INSTRUÇÃO DE TIRO

ART.º 3.º

Entidades com responsabilidade na Instrução do Tiro

Têm responsabilidade nas várias vertentes ligadas ao Tiro as seguintes entidades:

1. Comando da Guarda, através do:
 - a. Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI)
 - b. Comando da Doutrina e Formação (CDF)
2. Comandantes das Unidades e Escola da Guarda
3. Comandantes de Grupo ou equivalentes
4. Comandantes de Destacamento, Companhia ou Esquadrão
5. Comandantes de Sub-Destacamento, Pelotão e Posto
6. Oficiais de Tiro das Unidades e da Escola da Guarda
7. Sargentos de Tiro das Unidades e da Escola da Guarda
8. Director do Núcleo de Tiro do Centro de Actividades Desportivas da Guarda (CADG)

CAPÍTULO II
DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

ART.º 4.º

Comando da Guarda

Compete ao Comando da Guarda, as seguintes atribuições, nomeadamente:

1. Ao CARI
 - a. Em coordenação com o CDF:
 - (1) Elaboração do Plano Anual de aquisição de munições e alvos;
 - (2) Condução dos estudos relativos à aquisição de novos equipamentos e armamento necessários à execução do tiro nas suas três vertentes.
 - b. Outras atribuições:
 - (1) Aquisição, distribuição e controlo de munições, alvos, armas e outros equipamentos de tiro;
 - (2) Inclusão na proposta de orçamento, das verbas necessárias para a aquisição de munições, alvos, armas e outros equipamentos de tiro.
2. Ao CDF
 - a. Estudo e supervisão do planeamento geral de todos os assuntos relativos ao tiro;
 - b. Determinação do tiro de Instrução e de Manutenção a executar, em cada ano, pelas Unidades;
 - c. Em coordenação com o Núcleo de Tiro do CADG, elaboração do planeamento anual referente às actividades do Tiro Desportivo da Guarda;
 - d. Elaboração do Relatório Anual de Tiro em face dos relatórios recebidos das Unidades;
 - e. Reformulação dos programas de instrução de tiro, de acordo com a evolução da

situação;

f. Em coordenação com o Núcleo de Tiro do CADG, elaborar e enviar ao CARI, nos termos da NEP/GNR 4.2.05, de 22SET05, as necessidades de munições, bem como as necessidades de alvos e de novos tipos de armas relativos ao tiro desportivo para o ano seguinte.

ART.º 5.º

Comandantes de Unidade e Escola da Guarda

1. Compete aos Comandantes das Unidades e da Escola da Guarda as seguintes atribuições na condução do tiro dos seus militares, coadjuvados pelo Oficial de Tiro e pelo (s) Sargento (s) de Tiro:
2. Providenciar no sentido de que disponham dos meios materiais necessários à execução do Tiro de Instrução e Manutenção;
3. Fazer executar o tiro que for determinado superiormente, diligenciando no sentido do integral cumprimento das Normas de Tiro;
4. Apresentar ao CARI a relação das munições necessárias à execução do tiro no ano seguinte, de acordo com a NEP/GNR 4.1.05, de 22SET05, da 4ª Repartição;
5. Incluir no seu Plano de Necessidades Orçamentais as verbas necessárias para fazer face às despesas inerentes à execução do tiro, designadamente:
 - a. Deslocações de pessoal;
 - b. Combustíveis e lubrificantes;
 - c. Impressos de tiro;
 - d. Aluguer de carreiras de tiro;
 - e. Outras necessárias à instrução de tiro.
6. Enviar ao CDF, no final de cada ano, o relatório respeitante ao tiro executado pela sua Unidade;
7. Verificar, em face das relações recebidas das suas subunidades, as classificações dos militares e, anualmente, mandá-las publicar em Ordem de Serviço da Unidade;
8. Certificar-se que os militares designados para ministrar a instrução e dirigir o tiro têm formação adequada;
9. Fiscalizar a execução do tiro nas suas várias vertentes;
10. Elaborar propostas visando, entre outros, os seguintes aspectos:
 - a. Enriquecimento pedagógico dos instrutores;
 - b. Melhoria das condições gerais na execução do tiro, nomeadamente no que diz respeito a infra-estruturas, equipamento e armamento.
11. Manter o comando da Guarda permanentemente informado acerca do andamento da execução do tiro.
12. Promover a prática regular do tiro nas suas diferentes vertentes.
13. Providenciar para que a execução de tiro, aos homens sobre o seu comando, seja conduzida de acordo com as presentes normas.

14. Com base nos Registos Colectivos de Tiro (RCT), elaborar o Relatório de Tiro (RELTIR) e o Resumo dos Registos de Tiro (RRT) da sua Unidade e no final de cada ano, enviá-lo ao escalão superior, acompanhado dos originais dos RCT.
15. Mandar registar periodicamente as classificações obtidas no tiro de manutenção nas Cadernetas Individuais de Tiro (CITIR).
16. Manter em arquivo as Cadernetas Individuais de Tiro (CITIR), enquanto os homens permanecerem sob o seu comando. Em caso de transferência do militar a caderneta individual deve ser enviada à Unidade de destino.
17. Proceder à gestão e controlo da dotação das munições atribuídas para a execução do tiro de manutenção.

ART.º 6.º

Comandante de Grupo, de Destacamento, Companhia ou Esquadrão

Compete ao Comandante de Grupo, ou Destacamento, Companhia ou Esquadrão:

1. Verificar se a instrução de tiro é ministrada aos militares sob o seu Comando, com a frequência prevista no RTM, em coordenação com o Oficial e o Sargento de Tiro da Unidade.
2. Ministras a instrução e execução do tiro dos militares sob o seu Comando, caso esteja habilitado com a formação referida no art.º 18.º, no impedimento do Oficial/Sargento de Tiro, ou adicionalmente aos mesmos.

ART.º 7.º

Comandante de Sub-Destacamento, Pelotão ou Posto

Compete ao Comandante de Sub-Destacamento, Pelotão ou Posto:

1. Verificar se a instrução de tiro é ministrada aos militares sob o seu Comando, com a frequência prevista no RTM, em coordenação com o Sargento de Tiro da Unidade.
2. Supervisionar e ministras a instrução e execução do tiro dos militares sob o seu Comando, caso esteja habilitado com a formação referida no art.º 18.º, no impedimento do Oficial/Sargento de Tiro, ou adicionalmente aos mesmos.

ART.º 8.º

Oficial de Tiro

1. É obrigatória a existência de um Oficial de Tiro, com a habilitação referida no art.º 18.º, em todas as Unidades, bem como na Escola da Guarda.
2. Como responsável pelos assuntos de tiro de toda a Unidade, tem as seguintes atribuições:
 - a. Planear, coordenar, supervisionar, dirigir e ministras a instrução do tiro da Unidade;
 - b. Providenciar a marcação das carreiras de tiro necessárias para cumprimento do Tiro da Unidade;
 - c. Informar o Comandante da Unidade sobre o andamento da execução do tiro e apresentar as propostas que achar convenientes para a melhoria da instrução;
 - d. Pela elaboração de todos os documentos relativos ao tiro, prestando os esclarecimentos

necessários ao Comandante da Unidade;

- e. Facultar às instâncias superiores todos os elementos referentes ao tiro que lhe sejam pedidos e proceder aos estudos e ensaios que lhe forem determinados;
 - f. Pelo arquivamento de todos os documentos que não devam ser juntos aos processos individuais e que digam respeito ao tiro;
 - g. Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam pedidos pelas Subunidades e digam respeito à execução ou escrituração do tiro;
 - h. Elaborar o RELTIR e o RRT da sua Unidade.
3. O Oficial de Tiro da Unidade é por inerência de funções o delegado do tiro desportivo da sua unidade para efeitos de aplicação do RTD.
4. O Oficial de Tiro selecciona e prepara as equipas de tiro da sua Unidade, tendo em vista a disputa do Campeonato de Tiro da Guarda.

ART.º 9.º

Sargento de Tiro

É obrigatória a existência de, pelo menos, um Sargento de Tiro, em exclusividade de funções, com a habilitação referida no art.º 18.º, nas Unidades e na Escola da Guarda. No exercício das suas funções compete-lhe:

- 1. Planear, coordenar, dirigir, ministrar e fiscalizar a instrução de tiro de todos os militares da sua Unidade;
- 2. Informar o Oficial de Tiro sobre o andamento da execução do tiro e apresentar as propostas que achar convenientes para a melhoria da instrução;
- 3. Elaborar e arquivar todos os documentos relativos ao tiro;
- 4. Coadjuvar o Oficial de Tiro em todas as suas tarefas.

ART.º 10.º

Director do Núcleo de Tiro do CADG

Compete ao Director do Núcleo de Tiro do CADG, para além de outras atribuições específicas contidas no RTD, o seguinte:

- 1. Fazer cumprir as determinações contidas no Regulamento de Tiro Desportivo.
- 2. Apresentar as propostas tidas por convenientes para a melhor gestão do tiro desportivo na Guarda e para o seu desenvolvimento.
- 3. Coordenar todas as actividades respeitantes ao Tiro Desportivo na GNR.

PARTE III

ESCRITURAÇÃO E EXPEDIENTE

CAPÍTULO I

ESCRITURAÇÃO

ART.º 11.º

Escrituração do Tiro

A escrituração do tiro terá lugar ao nível das Unidades e das Subunidades, em conformidade com as diferentes modalidades de tiro.

ART.º 12.º

Documentos de base

Os documentos de base obrigatórios para a escrituração da execução do tiro são:

- 1 Registo Colectivo de Tiro (RCT)
- 2 Caderneta Individual de Tiro (CITIR)
- 3 Relatório de Tiro (RELTIR)
- 4 Resumo dos Registos de Tiro (RRT)

ART.º 13.º

Registo Colectivo de Tiro

1. O RCT é um documento de resumo dos resultados obtidos na realização das tabelas de tiro.
2. É preenchido aos diversos níveis executantes, sendo destinado a acompanhar o RELTIR anual a enviar ao escalão superior.
3. Os modelos do RCT constam dos anexos ao Regulamento de Tiro de Manutenção, existindo um modelo específico para cada tabela de tiro.

ART.º 14.º

Caderneta Individual de Tiro

1. A Caderneta Individual de Tiro destina-se ao registo sistemático das classificações do tiro efectuado durante toda a carreira do militar, devendo acompanhá-lo sempre que a sua colocação se altere ou quando se desloque para a frequência de cursos ou estágios em que do programa conste a execução de tiro.
2. A CITIR será arquivada pelo Sargento de Tiro, sendo o seu registo feito pelo mesmo periodicamente, com base nos dados constantes dos RCT, de forma a estar sempre actualizada.
3. É a partir da CITIR que são recolhidas as classificações para a avaliação dos militares no item de tiro.
4. O modelo da CITIR consta do anexo A às presentes normas.

ART.º 15.º

Relatório de Tiro

1. O Relatório de Tiro destina-se a informar os escalões superiores sobre os diversos aspectos relacionados com a execução do tiro, sendo elaborado ao nível das Unidades.

2. O RELTIR é de elaboração anual e obrigatória e deve seguir o articulado do modelo constante do anexo B destas normas, tendo por base os RCT e os RRT.

ART.º 16.º

Resumo dos Registos de Tiro

1. O RRT destina-se ao controlo do consumo de munições e alvos.
2. O RRT é baseado nos RCT.
3. É preenchido pelos Oficiais de Tiro das Unidades, com base nos RCT e destina-se às Secções de Recursos Logísticos das Unidades.
4. Com base no RRT, os Oficiais de Recursos Logísticos das Unidades elaboram as propostas de abate de munições e alvos.
5. O modelo do RRT consta no anexo C a estas normas.

CAPÍTULO II

EXPEDIENTE

ART.º 17.º

Expediente

1. O expediente relativo à execução do tiro, é efectuado de acordo com o seguinte circuito:
2. O Sargento de Tiro escreve os RCT e as Cadernetas Individuais de Tiro da sua Unidade.
3. O Oficial de Tiro, com base nos RCT, elabora o RELTIR, bem como um RRT relativo aos consumos totais de munições e alvos por ano, remetendo-o à Secção de Recursos Logísticos da sua Unidade.
4. As Unidades, assim como a Escola da Guarda, enviam o seu RELTIR (anual) ao CDF, e, através da sua Secção de Recursos Logísticos, procedem à proposta de abate de munições e alvos, enviando ao CARI o Resumo dos Registos de Tiro.

PARTE IV

FORMAÇÃO

ART.º 18.º

1. O Curso de Formação que habilita os Oficiais e Sargentos para o desempenho das funções referidas nos Art.ºs 8.º e 9.º do Capítulo II destas Normas denomina-se Curso de Instrutores de Tiro, é ministrado pela Escola da Guarda.
2. A frequência do Curso confere direito a um diploma e uso de um distintivo aprovado superiormente, aos formandos que tenham aproveitamento.
3. Em casos excepcionais e de necessidade, poderão ser formados Guardas com o referido curso.

PARTE IV

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

ART.º 19.º

1. As Unidades que utilizam armas especiais não contempladas nestas Normas,

regulamentam e executam obrigatoriamente o respectivo tiro de manutenção com as mesmas.

2. A regulamentação deste tipo de tiro, nomeadamente no que se refere às condições de execução, periodicidade e avaliação, deverá ser submetida ao sancionamento superior, sob proposta das respectivas Unidades.

3. O tiro efectuado no âmbito deste artigo deverá ser registado na Caderneta Individual de Tiro e ser objecto de integração no RELTIR e no RRT.

ART.º 20.º

As Normas de Tiro e os Regulamentos que a integram deverão ser revistas um ano após a sua entrada em vigor.

ART.º 21.º

As Normas de Tiro entram em vigor no mês seguinte após a data da publicação do Decreto Regulamentar da nova Lei Orgânica da Guarda.

ANEXO F – REGULAMENTO DO TIRO DE MANUTENÇÃO DAS NORMAS DE TIRO

PARTE I

OBJECTIVOS E CARACTERÍSTICAS

ART.º 1.º

Objectivo

O tiro de manutenção tem como objectivo proporcionar a todos os militares da Guarda Nacional Republicana a manutenção das técnicas de tiro já adquiridas, o seu permanente aperfeiçoamento e a melhoria da destreza necessária na correcta execução do tiro.

ART.º 2.º

Finalidade

Do programa do tiro de manutenção fará parte a transmissão de conhecimentos de âmbito técnico, tático, e de enquadramento legal e doutrinário na utilização das armas de fogo, focando as técnicas e procedimentos de segurança, armamento (desmontagem, montagem, resolução de avarias e manutenção de 1.º escalão) e de âmbito prático, realçando a execução correcta da pontaria e do disparo, nas modalidades de tiro de precisão e tiro policial.

ART.º 3.º

Obrigatoriedade

1. O tiro de manutenção é de carácter absolutamente obrigatório para todos os Oficiais, Sargentos e Guardas, com as armas existentes no dispositivo, sendo efectuado em função da colocação e missões atribuídas.
2. Os militares deverão executar o tiro com as armas que lhes estão distribuídas ou com que habitualmente executam serviço.

ART.º 4.º

Classificação e Escrituração

1. O tiro de manutenção é classificativo. No tiro de Pistola, de Pistola-Metralhadora e Espingarda é avaliado numa escala de 0 a 20 valores e o tiro de Caçadeira qualitativamente, com a classificação de Apto ou Inapto.
2. As classificações resultantes da execução do tiro são obtidas por aplicação das tabelas de equivalência constantes no Anexo C a este Regulamento, sendo escrituradas na Caderneta

Individual de Tiro (CITIR) e constituindo a base da informação individual do militar no item de “Tiro”.

3. O tiro de manutenção é registado nos RRT cujos modelos constam no Anexo B ao presente Regulamento.

PARTE II

EXECUÇÃO DO TIRO

CAPÍTULO I

TABELAS DE TIRO

ART.º 5.º

Execução do Tiro

1. O tiro de manutenção é executado em conformidade com a Tabelas de Tiro em anexo A a este Regulamento.

2. A execução do tiro deverá observar as regras de segurança sobre a utilização das Carreiras de Tiro e deverá contar com a presença de um instrutor, habilitado nos termos do Art.º 18.º das Normas de Tiro, por cada seis atiradores em simultâneo na linha de tiro a efectuar tiro.

ART.º 6.º

Tabelas de tiro a executar

No tiro de manutenção são executadas as tabelas conforme anexo A a este Regulamento.

ART.º 7.º

Tiro com Pistola

O tiro com pistola é efectuado obrigatoriamente por todos os militares, preferencialmente com as armas que lhes estão distribuídas, de acordo com os seguintes critérios:

1. Todo o pessoal afecto a funções operacionais deverá realizar, no mínimo, uma sessão quadrimestral;
2. O pessoal não colocado em funções operacionais deverá realizar, no mínimo, uma sessão semestral.

ART.º 8.º

Tiro com Espingarda

O tiro com espingarda é efectuado anualmente por todos os militares que desempenhem serviço operacional com este tipo de armamento.

ART.º 9.º

Tiro com Pistola-Metralhadora

O tiro com pistola-metralhadora é efectuado semestralmente por todos os militares que desempenhem serviço operacional com este tipo de armamento.

ART.º 10.º

Tiro com Espingarda Caçadeira

O tiro de Espingarda Caçadeira é efectuado anualmente por todos os militares que desempenhem serviço operacional com este tipo de armamento.

ART.º 11.º

Tiro com outras armas

O tiro com outras armas que não as previstas no presente Regulamento, é efectuado em conformidade com o disposto no Art.º 19.º das Normas de Tiro.

CAPÍTULO II

AVALIAÇÃO

ART.º 12.º

Inaptidão na execução do tiro

1. Os militares classificados como inaptos ou que obtenham menos de 10 valores nas respectivas tabelas de tiro, devem receber formação técnica adicional, da responsabilidade do Oficial de Tiro/Sargento de Tiro, tendo em vista a obtenção de resultados positivos na execução do tiro, devendo repetir a tabela de tiro respectiva logo que possível.
2. Os militares nas condições referidas em 1. ou que não tenham executado o tiro por motivos justificados, não poderão, a partir daquele momento, utilizar o respectivo tipo de armamento enquanto não obtiverem classificação positiva.
3. É da responsabilidade do Oficial de Tiro, a elaboração de informação a submeter a despacho do Comandante da Unidade nos casos referidos em 1 e 2., bem como propor medidas para a recuperação dos respectivos militares.
4. Deverá ser publicado em Ordem de Serviço da Unidade a data a partir da qual o militar foi considerado não habilitado para o uso das respectivas armas e as implicações no desempenho do seu serviço, bem como da data a partir da qual volta a ser considerado apto.
5. No tiro com pistola e pistola-metralhadora, apenas a última sessão de cada ano, produz os efeitos previstos nos números anteriores do presente artigo. No tiro com Espingarda e no tiro com

Espingarda-Caçadeira, a avaliação produz efeitos na sessão de tiro anual.

ART.º 13.º

Impedimento

Sempre que, em determinado ano, um militar, por motivos devidamente justificados, tenha ficado impedido de cumprir as tabelas de tiro exigíveis para a sua função em concreto, ficará sujeito ao previsto no n.º 2. do artigo 12.º, devendo ser submetido às respectivas tabelas logo que tenha terminado o impedimento.

ART.º 14.º

Regras de Segurança

1. A execução de qualquer tabela de tiro é precedida de uma explicação sobre as regras de segurança e sobre os objectivos do tiro, por parte do Oficial/Sargento de Tiro responsável pela condução do tiro.
2. Deverão interromper de imediato a execução do tiro os militares que não cumprirem com as regras de segurança enunciadas, nomeadamente:
 - a. Apontar a arma em direcção segura;
 - b. Manuseamento da arma sem ser à ordem do Oficial/Sargento de Tiro;
 - c. Introdução da arma no coldre com munição na câmara e com a patilha de segurança na posição de fogo.
3. Nos casos em que o militar for impedido de continuar a execução do tiro, deverá o Oficial/Sargento de Tiro elaborar informação onde conste sumariamente o incidente e as regras de segurança não observadas.
4. Aplicar-se-á, com as devidas alterações, o disposto no art.º 12.º n.º 2.

ART.º 15.º

Classificação Anual do Tiro com Pistola

1. A classificação final anual do tiro com pistola é a resultante da média aritmética das classificações obtidas em cada uma das tabelas de tiro de pistola obrigatórias.
2. A classificação final anual do tiro com pistola é objecto de registo na informação individual do militar.
3. Quando o militar for sujeito a tabela de tiro de recuperação, será esta que conta para a média aritmética da classificação anual, considerando-se 10 valores quando o militar obtiver classificação positiva e nos casos em que a classificação for negativa, o valor exacto que obteve.
4. Cada militar apenas poderá ser sujeito a duas tabelas de tiro de recuperação por ano.

ART.º 16.º

Entrada em Vigor

1. O art.º 7.º do Capítulo II deste Regulamento produz os seus efeitos a partir de 1 de Outubro de 2008.
2. Os n.ºs 2 e 4 do artigo 12.º e o artigo 13.º do presente Capítulo produzem os seus efeitos apenas a partir de Janeiro de 2010.

ANEXO G – PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO DA PSP

DIRECÇÃO NACIONAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

TÍTULO: Plano de formação de tiro

ASSUNTO: Formação e certificação de tiro

Data: 27NOV07

1. INTRODUÇÃO

- a) O manuseamento e o recurso a arma de fogo por elementos policiais é uma matéria sensível e com potencial para resultar em graves consequências pessoais, para o próprio e para terceiros;
- b) Sendo uma das tarefas fundamentais do Estado garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático, bem como promover o bem-estar e a qualidade de vida dos seus cidadãos, conforme disposto nas alíneas b) e d) do art. 9.º da CRP, a utilização de meios coercivos susceptíveis de afectar a vida ou a integridade dos cidadãos constitui a “*ultima ratio*” da actuação dos agentes da autoridade;
- c) O Estado e concretamente a PSP têm por obrigação proporcionar as condições para que os seus elementos adquiram as competências mínimas no recurso a armas de fogo e certificarem-se que eles as mantêm;
- d) Na PSP vigora uma inovadora regulamentação sobre o uso de meios coercivos (onde naturalmente a utilização das armas de fogo se incluem);
- e) Foi criado e implementado um curso de Técnicas de Intervenção Policial (TIP), dirigido a todo o efectivo da PSP;
- f) Torna-se assim necessário reformular o designado Plano Anual de Tiro (PAT), agora designado por Plano de Formação de Tiro (PFT), adequando-o à nova regulamentação aprovada e ao curso de TIP, de forma a dispor de um plano integrado de formação na área do recurso a armas de fogo por elementos policiais.

2. FINALIDADE

Com a presente NEP pretende-se:

- a) Harmonizar e regulamentar toda a actividade de formação de tiro com armas de fogo na PSP;
- b) Definir um novo Plano de Formação de Tiro (PFT) aplicável ao dispositivo da PSP;
- c) Criar um sistema de avaliação e certificação aplicável aos elementos da PSP que tenham distribuída arma de fogo;
- d) Definir níveis mínimos de desempenho no recurso a armas de fogo pelos elementos da PSP que as tenham distribuídas;
- e) A formação em tiro tem os seguintes objectivos específicos:

- (1) Capacitar os elementos policiais para identificar os componentes principais e sistemas de funcionamento do armamento utilizado no cumprimento das missões de serviço;
- (2) Preparar os elementos policiais para operar, manusear e manter o armamento em uso na PSP, observando as normas e procedimentos de segurança;
- (3) Capacitar os elementos policiais a responder adequadamente aos diversos graus de ameaça com que se podem deparar durante o exercício das suas funções;
- (4) Garantir que os elementos da PSP que têm armas de fogo distribuídas reúnem as condições para tal.

3. ÂMBITO

O PFT aplica-se a todo o pessoal da PSP com funções policiais que tenha armas de fogo distribuídas;

4. PRINCÍPIOS GERAIS APLICÁVEIS

- a) A formação de tiro com armas de fogo é de carácter prioritário;
- b) O PFT integra anualmente duas sessões de formação e uma sessão de avaliação e certificação;
- c) As regras concretamente aplicáveis ao uso de armas de fogo em formação e fora do âmbito de acções policiais são as no regulamento específico que constitui o anexo 1;
- d) A impossibilidade de comparência a uma sessão de formação de tiro deve ser comunicada e justificada perante o serviço que efectuou a nomeação, cinco dias antes da sua ocorrência, ou, caso não seja previsível, no mais curto espaço de tempo possível;
- e) Sempre que um elemento policial faltar a uma sessão de tiro para a qual foi nomeado, deve o formador da respectiva sessão informar tal facto, por escrito, no prazo máximo de um dia útil, cabendo ao elemento policial faltoso solicitar a sua inclusão noutra sessão a realizar;
- f) A falta injustificada a sessões de tiro constitui infracção disciplinar;
- g) A Direcção Nacional, Unidades de Polícia e Estabelecimentos de Ensino Policial mantêm registos actualizados de toda a actividade formativa de tiro e respectiva certificação, remetendo-a ao Departamento de Formação (DEPFORM) da DN/PSP;
- h) Quando seja distribuída a elemento policial arma de fogo para a qual o elemento policial não tenha sido certificado, o mesmo é previamente submetido a uma formação prática (identificação de componentes, funcionamento de sistemas de segurança, montagem/desmontagem, resolução de avarias, limpeza e conservação da arma) da responsabilidade de cada Comando, sem a qual o elemento não pode portar a mesma;
- i) Previamente à distribuição da arma os elementos policiais assinam a declaração constante no anexo 2;
- j) Com excepção da UEP, apenas podem ministrar formação de tiro os elementos policiais devidamente habilitados e certificados para o efeito, pelo DEPFORM;
- k) A certificação dos formadores de tiro é válida para o período de 3 anos, sendo renovada aquando da frequência de estágios de actualização ministrados pelo GOE.

5. CONTEÚDOS FORMATIVOS

5.1 Formação contínua

- a) A eficiência da formação de tiro está eminentemente relacionada com a qualidade da formação e não apenas com a quantidade da formação e com o número de disparos efectuados;
- b) Toda a formação de tiro na PSP deve estar em harmonia com as regras definidas para o recurso a armas de fogo em acções policiais e para o uso de armas de fogo em formação;
- c) A formação em tiro tem uma componente teórica e outra prática;
- d) A formação de tiro abrange as seguintes áreas:
 - (1) Aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo;
 - (2) Manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica;
 - (3) Sessões práticas de tiro;
- e) O formador de tiro, antes do início da sessão, deve sempre ler aos formandos os objectivos da sessão, relembrar os procedimentos de segurança a adoptar e os fundamentos básicos da técnica de tiro;
- f) O formador em tiro, no final da sessão, deve fazer um balanço sobre o desempenho dos formandos, os aspectos a melhorar e esclarecer dúvidas que lhe sejam colocadas.

5.2 Formação inicial

- a) O período de formação inicial é uma época privilegiada para a formação, dada a intensidade, facilidade e disponibilidade existentes para o efeito;
- b) É neste período que os futuros elementos policiais têm mais contacto com esta matéria e é de todo conveniente que esta oportunidade seja devidamente aproveitada;
- c) Cada estabelecimento de ensino define os programas de formação inicial a ministrar, enquadrados com as regras e procedimentos em vigor na PSP, relativos ao manuseamento e recurso a armas de fogo, deles dando conhecimento ao DEPFOM;
- d) O número de horas reservadas para a prática de tiro não deve ser inferior a 30 horas em cada ano lectivo, no caso do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), e em todo o curso, no caso do Curso de Formação de Agentes (CFA).

6. ACÇÕES DE FORMAÇÃO PRÁTICA DE TIRO

- a) As acções de formação prática de tiro articulam-se em diversas sessões práticas de tiro;
- b) As sessões práticas de tiro a executar abrangem:
 - (1) Tiro de precisão com pistola;
 - (2) Tiro para áreas corporais seleccionadas, com progressão e cobertura, com pistola;
 - (3) Tiro de reacção policial com pistola;
 - (4) Tiro, com espingarda de calibre 12, vulgarmente designada por *shotgun* (este tipo de tiro é meramente formativo);
 - (5) Tiro de precisão com pistola-metralhadora (este tipo de tiro é meramente formativo e apenas ocorre nos Comandos que tenham estas armas em uso)
- c) As diversas sessões de tiro subdividem-se em séries de tiro;
- d) Para todos os exercícios distintos que integram as sessões de tiro são executados previamente no mínimo 2 repetições “a seco”, na linha de tiro, com a arma desmuniada e descarregada, para

familiarizar os formandos com os diversos gestos técnicos e permitir a sua correcção;

- e) Nas repetições referidas na alínea anterior não é permitido aos formandos ver os alvos concretamente usados para as sessões de tiro de reacção policial;
- f) As sessões de tiro seguem obrigatoriamente a sequência prevista na ficha constante no anexo 3;
- g) As pontuações obtidas nas sessões práticas de tiro são convertidas para uma escala de 0 a 20 valores, usando as tabelas constantes no anexo 4.

7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE TIRO (PACT)

- a) Apenas podem ser portadores de armas distribuídas pela PSP os elementos que tenham obtido aproveitamento no PACT;
- b) Os elementos policiais são sujeitos anualmente ao PACT, valendo a certificação para o ano civil seguinte;
- c) O PACT compreende:
 - (1) Um teste escrito sobre aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo, que constitui o anexo 5;
 - (2) Um teste prático sobre o manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica, que constitui o anexo 6;
 - (3) Uma componente prática de tiro, organizada em diversas sessões, em carreira de tiro, que constitui o anexo 7;
- d) Os testes escritos usados são elaborados ou previamente certificados pelo DEPFORM, sendo por este remetidos aos diversos comandos e unidades que os implementam;
- e) Os resultados obtidos nas sessões práticas de tiro são registados nos modelos constantes no anexo 8;
- f) A nota final de certificação, expressa numa escala de 0 a 20, resulta da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos diversos aspectos avaliados, segundo os coeficientes indicados:
 - (1) Teste escrito sobre aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo – coeficiente 1;
 - (2) Componente prática de tiro, coeficiente 3;
- g) A classificação atribuída nas acções de avaliação práticas de tiro resulta da média aritmética simples das notas obtidas nas diversas sessões de tiro;
- h) Considera-se ter aproveitamento no PACT o elemento policial que obter classificação final igual ou superior a dez (10) valores, arredondada às unidades, nos termos do referido na alínea f);
- i) A certificação dos elementos policiais portadores de arma de fogo é feita anualmente pelos Comandos, Unidades, Estabelecimentos de Ensino, Órgãos e Serviços da PSP, sendo os resultados obtidos (nos diversos aspectos do PACT e a classificação final) publicados nas respectivas ordens de serviço;
- j) Durante a realização do PACT preferencialmente o formador deve estar acompanhado de elemento policial com categoria hierárquica ou antiguidade superior à dos testados;
- k) Consideram-se certificados os elementos policiais que terminem com aproveitamento os seguintes cursos e acções de formação:
 - (1) Formação de Oficiais de Polícia ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
 - (2) Formação de Agentes ministrado na Escola Prática de Polícia;

- (3) Formação de formadores em técnicas de intervenção policial, ministrado no GOE;
- (4) Estágio de actualização de formadores em técnicas de intervenção policial, ministrado no GOE;
- (5) Formação no modulo de tiro do curso de formadores em técnicas de intervenção policial, ministrado no GOE;
- (6) Curso de técnicas de intervenção policial, ministrado nos diversos Comandos de Polícia;
- (7) Cursos de especialização (de ordem pública, operações especiais, segurança pessoal, inactivação de engenhos explosivos e de cinotecnia) ministrados pelas unidades especiais da UEP;
- l) No âmbito dos cursos e acções de formação referidas na alínea anterior o PACT é obrigatoriamente executado nos termos aqui definidos;
- m) Mediante despacho do Director Nacional, sob proposta do DEPFORM podem igualmente corresponder à execução de uma acção de formação do PFT outras acções de formação que incluam a execução integral das sessões práticas de tiro previstas neste PFT;
- n) Os elementos policiais devem ser sujeitos a PACT extraordinário quando, nomeadamente:
 - (1) Tenham sofrido acidente que possa afectar a capacidade para manusear armas de fogo;
 - (2) Lhes seja atribuída desvalorização física ou incapacidade para o serviço;
 - (3) Regressem de situação de baixa médica superior a 180 dias,
 - (4) Demonstrem incumprimento grave das normas relativas ao uso de armas de fogo;
 - (5) Lhes tenha sido aplicada medida cautelar de desarmamento, antes que a arma seja redistribuída;
- o) Se o resultado obtido em qualquer uma das provas de certificação for negativo o formador em tiro elabora a respectiva informação fundamentada, remete-a ao seu superior hierárquico e comunica o facto ao elemento policial envolvido;
- p) Os elementos que obtenham resultado negativo em qualquer uma das provas do PACT, são novamente submetidos às provas em que não obtiveram aproveitamento, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis;
- q) Os elementos que não executem a repetição das provas de certificação (nos termos da alínea anterior) ou não obtenham resultados positivos nas mesmas, são considerados não certificados para portarem armas de fogo;
- r) Os elementos operacionais da UEP estão igualmente sujeitos ao PACT, sendo adicionalmente sujeitos a avaliação e certificação relativamente a outras armas usadas no cumprimento das suas funções.

8. FORMAÇÃO ADICIONAL

- a) Normalmente a formação de tiro segue a sequência definida neste PFT;
- b) Caso os elementos policiais pretendam frequentar sessões adicionais de formação de tiro devem solicitar autorização aos seus superiores hierárquicos;
- c) Caso seja obtida a autorização os requerentes podem integrar outras sessões já planeadas ou sessões especificamente planeadas para o efeito, caso o número de requerentes o justifique;
- d) As sessões adicionais decorrem fora do período normal de trabalho dos elementos policiais que nelas participam;

- e) Em qualquer dos casos as sessões são obrigatoriamente ministradas por formadores policiais certificados;
- f) As munições usadas nas sessões adicionais são adquiridas pelos elementos policiais requerentes, mediante autorização de compra emitida pela PSP, apenas podendo ser usadas no âmbito do PFT.

9. ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

a) Direcção Nacional

- (1) Cabe ao DEPFORM a coordenação, supervisão e controlo da execução do PFT;
- (2) O Departamento de Material e Transportes gere a aquisição e distribuição dos meios necessários à formação de tiro, coordenando com o DEPFORM a afectação dos recursos necessários para a execução do PFT;

b) Grupo de Operações Especiais

- (1) O Grupo de Operações Especiais (GOE), em coordenação com o DEPFORM, constitui-se como entidade definidora das técnicas de tiro a adoptar pela PSP;
- (2) O GOE, em coordenação com o DEPFORM, é a entidade formadora dos formadores de tiro da PSP, no âmbito do CTIP, competindo-lhe a qualificação técnica e pedagógica dos mesmos e acompanhamento na formação de tiro, tanto na vertente da formação como de actualização e reciclagem.

c) Comandantes e directores

Aos comandantes e directores compete:

- (1) Promover, com carácter de prioridade, as acções de formação teóricoprática de todos os seus elementos, na área das TIP e consequentemente na área de tiro com armas de fogo;
- (2) Assegurar o cumprimento do PFT;
- (3) Assegurar o cumprimento do PACT;
- (4) Manter registo actualizado de toda a actividade de formação de tiro dentro da sua área de responsabilidade;
- (5) Elaborar e remeter ao DEPFORM, até 30 de Novembro do ano anterior, o plano de tiro a realizar no ano seguinte, usando o modelo constante no anexo 9;
- (6) Elaborar e remeter ao DEPFORM, até 31 de Janeiro do ano seguinte, o relatório sobre toda a actividade de formação de tiro relativa ao ano anterior, usando o modelo constante no anexo 10;
- (7) Supervisionar o empenhamento dos formadores policiais de tiro, no cumprimento da sua missão, promovendo a sua qualificação técnicopedagógica e criando as condições para que a formação decorra com a qualidade desejável;
- (8) Assegurar que os formadores apenas ministram as matérias e técnicas certificadas;

d) Formadores de tiro

Aos formadores policiais de tiro compete:

- (1) Executar o PFT e ministrar toda a actividade de formação de tiro no comando/unidade a que pertençam;
- (2) Garantir atempadamente a preparação do material e meios para a formação;
- (3) Em cada sessão preencher as fichas individuais de tiro registando todos os resultados obtidos pelos formandos, mantendo o respectivo registo informático dos mesmos;
- (4) Elaborar os relatórios das diversas sessões de tiro, usando o modelo constante no anexo 11;

- (5) Conhecer, através dos registos de tiro existentes, a evolução dos formandos;
- (6) Garantir, em permanência, o cumprimento das regras de segurança definidas no regulamento do uso de armas de fogo em formação;
- (7) Informar superiormente a ocorrência de casos de incumprimento grave das regras e procedimentos de segurança definidos, bem como outros comportamentos dos formandos que afectem seriamente o desenrolar da sessão de tiro;
- (8) Ministras apenas formação aprovada e certificada pela PSP;
- (9) Assegurar a confidencialidade dos auxiliares de formação e manuais que lhes sejam confiados.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O presente PFT entra em vigor em 2008, após a sua publicação em Ordem de Serviço da Direcção Nacional;
- b) Em 2008 o PACT funciona apenas como diagnóstico;
- c) O PACT entra em vigor no ano de 2009;
- d) As primeiras sessões do PACT ocorrem após a realização de pelo menos 2 sessões de formação em tiro.

Lisboa e Direcção Nacional, 27 de Novembro de 2007

A DIRECTORA NACIONAL
ADJUNTA PARA A ÁREA DE
RECURSOS HUMANOS
Maria Teresa Caupers

ANEXO H - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE CERTIFICADO DE TIRO DO PFT

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO ANEXO 7 DO PFT

Ficha da componente prática de tiro do PACT

1. INTRODUÇÃO

- a) A presente ficha de tiro visa permitir ao formador organizar as sessões práticas de tiro do PACT, de uma forma lógica e com qualidade;
- b) As sessões práticas de tiro do PACT são em tudo similares às sessões de formação de tiro;
- c) Não é permitido modificar a sequência das sessões práticas de tiro constantes nesta;
- d) O formador, durante o decorrer da sessão avaliativa deve portar permanentemente esta ficha de tiro, não se abstendo de a consultar e mesmo ler, sempre que necessário;
- e) O aspecto mais importante durante a execução das sessões de avaliação de tiro é garantir o manuseamento seguro das armas de fogo, em rigoroso cumprimento das regras de segurança em vigor na PSP.

2. FARDAMENTO, EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS

- a) Regra geral os formandos usam o uniforme de instrução;
- b) Excepcionalmente o formador pode previamente autorizar outro tipo de uniforme;
- c) Os formandos são portadores da arma individualmente distribuída, respectivos carregadores, porta-carregadores e cinturão;
- d) Nos termos da regulamentação em vigor na PSP é obrigatório o uso de protectores de ouvidos e óculos de protecção na área de tiro, independentemente da qualidade dos elementos que nela se encontrem;
- e) Para execução da globalidade das sessões de tiro são necessários os seguintes materiais:
 - (1) Alvo Policial 1 (AP1);
 - (2) Bastidores para fixação dos alvos;
 - (3) Agrafador ou cola para fixar os alvos nos bastidores;
 - (4) Pastilhas ou fita-cola de pintor, para tapar os orifícios nos alvos.

3. ANTES DE INICIAR AS SESSÕES DE TIRO

a) Ler aos atiradores, textualmente

- (1) Todos são obrigados a cumprir as regras e procedimentos de segurança constantes no regulamento do uso de armas em formação, de forma disciplinada e rigorosa;

- (2) A qualidade do vosso desempenho depende da vossa atitude e concentração durante toda a sessão;
 - (3) Após a inspecção, as armas são colocadas no coldre e os carregadores no “porta” carregadores ou bolsos;
 - (4) É proibido circular na carreira de tiro com a arma na mão, municada e/ou com munição na câmara;
 - (5) A arma apenas pode ser empunhada à ordem do formador, na posição de tiro;
 - (6) A arma só pode ser municada e introduzida munição na câmara à ordem do formador;
 - (7) Quando a arma estiver municada e/ou carregada deve obrigatoriamente ser apontada para **cima**, apenas apontando em direcção diversa quando se estiver na iminência de disparar ou for determinado pelo formador;
 - (8) O dedo deve ser mantido francamente fora do gatilho até que se decida **indubitavelmente** a fazer fogo;
 - (9) Caso ocorram avarias durante a execução de disparos, ou sempre que se esgotem as munições durante qualquer sessão de tiro, o atirador deve gritar avaria, colocar-se de joelhos, manter a arma apontada para a linha de alvos e tentar resolver a avaria;
 - (10) Entre cada disparo deve ser visualizada a janela de ejeção para verificar que a arma se encontra pronta a fazer novo disparo. Este 3 procedimento é importante porque a maior parte das avarias são detectáveis pela observação da janela de ejeção e verificação de a correção estar ou não na sua posição mais avançada, antecipando assim uma situação que só seria detectável quando o atirador tentar novo disparo;
 - (11) No final de cada sessão de tiro os atiradores devem retirar o carregador, abrir a arma, inspecionar visualmente a câmara, certificando-se que não tem qualquer munição introduzida, fechar a arma, efectuar disparo de segurança apontado para o alvo e colocar a arma no coldre;
 - (12) Alguém tem dúvidas sobre a minha exposição?
- b) Fazer inspecção às armas com a totalidade do grupo de atiradores numa só linha, e com as armas apontadas para um local limpo e seguro;
 - c) Para a inspecção as armas devem estar descarregadas, desmunicadas e os carregadores sem munições;
 - d) Tempo previsto: 20m.

4. ORGANIZAÇÃO GERAL DA SESSÃO

- a) As sessões de tiro do PACT estão desenhadas para serem executadas por grupos de 8 testados e grupos constituídos por múltiplos de 8;
- b) O número de testados que integram cada linha atiradores pode ser aumentado ou diminuído conforme as condições da carreira de tiro, a avaliar pelo formador;
- c) São desaconselhados grupos detestados cujo número total exceda 32 elementos;
- d) O grupo de testados deve ser dividido em pelo menos dois subgrupos, nomeando como responsável por cada um deles o elemento mais graduado ou antigo de entre os atiradores, que serão responsáveis pelo enquadramento geral dos subgrupos;

5. CONTEÚDOS SEQUÊNCIA E TEMPOS PREVISTOS

A sessão avaliativa abrange os seguintes exercícios práticos

- a) Tiro de precisão com pistola - 20m por cada subgrupo de 8 elementos;
- b) Tiro para áreas corporais seleccionadas, com pistola - 20m por cada subgrupo de 8 elementos;
- c) Tiro de reacção policial, com pistola – 30m por cada subgrupo de 8 elementos;
- d) Atendendo aos tempos previstos, a execução de uma sessão completa, por um grupo de testados composto por 24 elementos, previsivelmente demora cerca de quatro horas, pelo que deve ser reservado um dia completo para a sua execução, em regime de horário normal de expediente.

6. TIRO DE PRECISÃO COM PISTOLA

- a) Cada formando executa um total de 10 disparos, igualmente divididos em 2 séries;
- b) A primeira série é executada a 5m e a segunda a 7m;
- c) O objectivo principal é o de avaliar o nível de desempenho em tiro de precisão;
- d) O formador deve chamar a atenção para:
 - A importância da focagem do ponto de mira;
 - A importância do arraste suave do gatilho, para que o atirador seja “surpreendido” pela ocorrência do disparo;
 - Após cada disparo o dedo deve ser imediatamente retirado do interior do Guarda-mato e a arma apontada para cima;
- e) As sessões de tiro seguem a seguinte sequência:
 - (1) Todas as operações são executadas à ordem do formador;
 - (2) Os formandos são colocados em linha, de frente para os alvos, com a arma no coldre e o carregador municiado com 5 munições, colocado no respectivo porta-carregadores ou bolso;
 - (3) À ordem os formandos sacam a arma;
 - (4) À ordem os formandos introduzem o carregador e introduzem munição na câmara;
 - (5) À voz de fogo os formandos executam os 5 disparos, sem tempo limite, para o alvo de precisão do Alvo Policial 1 (AP1);
 - (6) Entre cada disparo a arma deve ser colocada em posição de segurança e apontada para cima;
 - (7) No final de cada série de disparos o formador executa inspecção às armas;
- f) Material específico necessário: - AP1

7. TIRO PARA ÁREAS CORPORAIS SELECCIONADAS, COM PISTOLA

- a) Cada testado executa 8 disparos, igualmente divididos em 2 séries;
- b) Ambas as séries são realizadas a 5m;
- c) O objectivo é o de avaliar a capacidade para os elementos fazerem um uso menos letal da arma de fogo;
- d) A primeira série segue a seguinte sequência:
 - (1) São colocadas protecções em frente aos alvos (uma barreira por alvo), alinhadas e à distância de 5m dos alvos;
 - (2) Os testados colocam-se atrás das barreiras, virados para os alvos, com a arma no coldre;
 - (3) À ordem os testados introduzem o carregador, municiado com uma munição, sem introduzir a munição na câmara e colocam a arma no coldre;

- (4) O formador dá a ordem de fogo precedida da área corporal a atingir (perna direita ou esquerda e braço direito ou esquerdo);
 - (5) Para efeitos de definição do lado esquerdo ou direito, toma-se como referência as do atirador;
 - (6) Os testados, atrás das protecções, sacam a arma, introduzem munição na câmara, efectuam um disparo para a área corporal previamente designada;
 - (7) Os testados, após a voz de fogo, dispõem de 6 segundos para efectuarem o disparo;
 - (8) O sinal de que o tempo disponível se esgotou consiste num som agudo de um apito;
 - (9) Após o disparo a seco a arma deve ser apontada para cima;
 - (10) À ordem os testados municiam outra munição e repetem a sequência indicada, até executarem 4 disparos;
 - (11) À ordem, no final da série de 4 disparos, os testados executam as manobras de segurança e colocam a arma no coldre;
- e) A segunda série segue a seguinte sequência:
- (1) São colocadas protecções em frente aos alvos (uma barreira por alvo), alinhadas e à distância de 5m dos alvos;
 - (2) Os testados alinham a 5m das barreiras (e 10m dos alvos), virados para os alvos, com a arma no coldre;
 - (3) À ordem os testados introduzem o carregador, municiado com uma munição, sem introduzir a munição na câmara e colocam a arma no coldre;
 - (4) O formador dá a ordem de “aproximação às protecções” e os testados aproximam-se rapidamente das protecções;
 - (5) Após todos os testados estarem colocados atrás das protecções o formador dá a voz de fogo precedida da área corporal a atingir (perna direita ou esquerda e braço direito ou esquerdo);
 - (6) Atrás das protecções, os testados sacam a arma, carregam-na (introduzem munição na câmara), gritam “POLÍCIA, LARGA A ARMA”;
 - (7) De seguida os formandos gritam “VOU DISPARAR” e executam um disparo para a zona corporal previamente designada;
 - (8) Os testados, após a voz de fogo, dispõem de 8 segundos para efectuarem o disparo;
 - (9) O sinal de que o tempo disponível se esgotou consiste num som agudo de um apito;
 - (10) Após o disparo a seco a arma deve ser apontada para cima;
 - (11) À ordem municiam outra munição e repetem a sequência indicada, até executarem 4 disparos;
- f) No final da série de 4 disparos o formador executa inspecção às armas;
- g) Material específico necessário:
- 8 protecções com as dimensões mínimas de 1,80m de altura e 60cm de largura.

8. TIRO DE REACÇÃO POLICIAL COM PISTOLA

- a) Cada formando executa 8 disparos, divididos em 2 séries consecutivas;
- b) As séries são executadas a 5m;
- c) O objectivo é o de treinar a avaliação da ameaça e a resposta correspondente, nos termos da

legislação e regulamentação em vigor e a mudança de carregador;

d) O formador deve chamar a atenção para:

- A importância da visualização das mãos do suspeito (alvo) e da identificação do grau de ameaça, sem margem para dúvidas;
- A importância da identificação prévia do agente da autoridade;
- O dedo deve ser mantido francamente fora do gatilho até que se decida **indubitavelmente** a fazer fogo;
- Após cada disparo o dedo deve ser imediatamente retirado do interior do Guarda-mato e a arma apontada para cima;
- Os três tipos de recurso a arma de fogo (passivo, efectivo e efectivo contra pessoas) e em que consistem.

e) As séries seguem a seguinte sequência:

- (1) É atribuída uma cor a cada atirador, sendo-lhe colocado no uniforme uma marca correspondente à cor atribuída (um pedaço de tecido, papel ou braçadeira em pano);
- (2) É colocado um AP1 por atirador, sendo metade com a variável que implica a produção de disparos e a outra metade não;
- (3) São colocadas protecções em frente aos alvos (uma protecção por alvo), alinhadas e à distância de 5m dos alvos;
- (4) Oito atiradores colocam-se atrás das protecções, virados de costas para as mesmas, com a arma no coldre;
- (5) À ordem os atiradores introduzem o carregador municiado com uma munição, sem introduzir a munição na câmara, e sem retirarem a arma do coldre;
- (6) O formador dá a voz de execução “ATENÇÃO, JÁ”;
- (7) Os formandos executantes, atrás das protecções, rodam até ficarem de frente para o alvo e avaliam a ameaça que o AP1 correspondente apresenta;
- (8) Caso decidam efectuar disparos, sacam a arma, introduzem munição na câmara, gritam “POLÍCIA, LARGA A ARMA”;
- (9) Ler aos formandos: “Considera-se que o suspeito, representado pelo AP1, sempre que efectivamente apresentar uma ameaça, não obedece às ordens do agente policial e continua a agressão, aproximando-se do atirador”;
- (10) No caso de decidir efectuar disparo o formando previamente grita “VOU DISPARAR”;
- (11) Desde a voz de execução até à produção dos disparos não pode decorrer mais do que 8 segundos;
- (12) O sinal de que o tempo disponível se consiste num som agudo de um apito;
- (13) Não são considerados válidos os disparos que claramente tenham ocorrido depois do som do apito;
- (14) Após a produção de disparos, da decisão de não disparar ou do som do apito os formandos devem colocar-se de joelhos atrás da protecção com a arma e o olhar direccionados claramente para o chão;
- (15) Após todos os formandos se encontrarem na posição descrita o formador ordena a execução dos procedimentos de segurança;
- (16) Os formandos, após efectuarem o disparo de segurança, colocam a arma no coldre;

- (17) O formador ordena que os formandos virem as costas aos bastidores;
- (18) O formador marca os orifícios resultantes dos disparos produzidos, com o marcador correspondente ao atirador que os executou;
- (19) Seguidamente os formandos rodam para a barreira seguinte, no sentido dos ponteiros do relógio, de costas para os alvos, repetindo-se a sequência indicada, até executarem 4 disparos;
- (20) O formador ordena que todos os formandos se virem para os alvos para assistirem à verificação e correcção colectiva da prestação de cada formando;
- f) Para a segunda série de 4 disparos é mantida a posição dos alvos, a cor atribuída aos atiradores, mudando-se o seu posicionamento inicial;
- g) A segunda série segue a mesma sequência descrita para a 1.^a série;
- h) No final de cada série de disparos o formador executa inspecção às armas;
- i) Entre cada série o subgrupo que não executa disparos deve efectuar os seguintes exercícios a seco, à ordem e após ser executada nova inspecção às armas:
- Armar a pistola, colocá-la em segurança e no coldre;
 - Executar exercícios com alvos vivos, organizando cada subgrupo em equipas de 2 elementos, sendo que um desempenha o papel de suspeito e o outro o de agente da autoridade;
 - O agente da autoridade vira-se de costas para o suspeito, apenas o enfrentando à voz de execução do formador;
 - O suspeito deve mudar o objecto que empunha, mudando assim o grau de ameaça apresentado;
 - O agente da autoridade deve reagir em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor. No caso de decidir executar disparo deve simulá-los disparando em seco e emitindo verbalmente um ruído semelhante a um disparo;
 - Após o disparo a seco a arma deve ser apontada para cima
 - Após cada simulação o formador deve analisar as reacções, enquadrando-as com a legislação e regulamentação em vigor;
 - Deve ser mantido o controlo das simulações, para evitar “invenções” e o confronto físico exagerado.
- j) Material específico necessário:
- 8 protecções com as dimensões mínimas de 1,80m de altura e 60cm de largura.
 - 8 AP1;
 - 8 marcadores ou canetas de cor diferente.

9. ASPECTOS A FOCAR NO FINAL DA SESSÃO DE AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

- a) No final da sessão de avaliação e certificação o formador deve comunicar aos formandos a sua opinião sobre como se desenrolou a formação em geral e resultados obtidos, nomeadamente;
- (1) Nível de desempenho e pontuações obtidas;
- (2) Nível de empenhamento, concentração e controlo dos participantes relativamente às tarefas executadas.
- (3) Cumprimento e respeito pelas regras e procedimentos de segurança de manuseamento e utilização das armas de fogo;
- (4) Questões relacionadas com a avaliação da ameaça e o tiro de reacção policial;

- b) Perante o grupo de formandos não devem ser tecidos comentários individualizados e críticas destrutivas;
- c) Deve sempre ser salientado o objectivo construtivo das observações feitas;
- d) Finalmente devem ser solicitadas opiniões e propostas aos formandos;
- e) De forma discreta e individual o formador deve comunicar aos formandos que não obtiveram aproveitamento em qualquer sessão de tiro, apresentando-lhe os resultados concretamente obtidos.

ANEXO I – TESTE ESCRITO SOBRE ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO RECURSO A ARMAS DE FOGO (PSP)

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO ANEXO 5 DO PFT

1. INTRODUÇÃO

- a) Um dos aspectos fundamentais no recurso a armas de fogo é o conhecimento da legislação e regulamentação aplicáveis a esta matéria;
- b) A presente ficha visa definir aspectos relacionados com a execução do teste teórico supracitado;
- c) Não é permitido modificar a sequência e as regras aplicáveis ao teste teórico;
- d) O teste teórico é feito em sala e deve ser o primeiro a ser executado, no PACT;

2. CARACTERÍSTICAS E SEQUÊNCIA DO TESTE

- a) O teste incide sobre o Decreto-Lei n.º 457/99 de 5 de Novembro e sobre a regulamentação aplicável à PSP ou por ela aprovada;
- b) O teste é feito individualmente e sem consulta de quaisquer documentos ou de elementos que estejam igualmente a executá-lo;
- c) O teste teórico é de escolha múltipla, integra 20 perguntas e tem a duração de 40 minutos;
- d) O teste é supervisionado por um oficial, preferencialmente com categoria hierárquica ou antiguidade superior à dos testados, estando igualmente presente um formador;
- e) O teste segue a seguinte sequência:
 - (1) Os testes são colocados virados para o tampo das mesas usadas;
 - (2) Os testados são chamados para o interior da sala e ocupam os lugares onde estão colocados testes;
 - (3) Após oficial supervisor lê aos testados o seguinte: **“Os Srs. Vão ser submetidos a teste teórico sobre a legislação e regulamentação policial aplicáveis ao recurso e manuseamento de arma de fogo, incluído no processo de avaliação e certificação dos elementos da PSP. Este teste visa avaliar se os Srs. conhecem a legislação e regulamentação referidas. Os Srs. dispõem de 40m para executar o teste, podem virá-lo e iniciá-lo”;**
 - (4) O oficial supervisor escreve num quadro ou numa folha de papel (fixada na parede, em local visível) a hora limite para a execução do teste;
 - (5) Conforme os testados terminarem o teste, levantam-se e entregam o teste ao oficial supervisor;
 - (6) Quando todos os testados tiverem terminado o teste ou se tenha esgotado o tempo limite para a sua execução, o oficial supervisor coloca os testes no interior de um envelope, selando-o e assinando-o.
- f) O oficial supervisor e o formador presente não prestam qualquer esclarecimento sobre as perguntas do teste.

3. AVALIAÇÃO

- a) A classificação no teste é expressa numa escala de 0 a 20 valores;
- b) Por cada resposta correcta é atribuída a cotação de um (1) valor;
- c) A análise e avaliação dos testes são feitas pelos comandos e unidades que implementam os testes, com recurso a uma chave oportunamente fornecida pelo DEPFORM;
- d) Caso seja detectado algum elemento a consultar quaisquer tipos de documentos ou escritos, é-lhe ordenado que entregue o teste e os referidos documentos ou escritos, sendo-lhe anulado o teste, sem prejuízo de outro procedimento;
- e) Caso seja detectado algum elemento a deliberadamente olhar para os testes dos outros elementos que os executam, ou a conversar com os mesmos, é emitida uma advertência oral;
- f) Caso ocorra reincidência é aplicado ao elemento em questão o previsto na alínea d).

ANEXO J – LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 457/99 de 5 de Novembro

RECURSO A ARMA DE FOGO EM ACÇÃO POLICIAL

O circunstancialismo em que as forças de segurança podem, ou mesmo devem, utilizar a força tem vindo a constituir uma preocupação sentida nacional e internacionalmente.

A Constituição da República estabelece no n.º2 do artigo 266.º que os órgãos e agentes administrativos devem actuar com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da necessidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé.

Assim, é pacificamente aceite que também os agentes da função policial só podem empregar a força quando tal se afigure estritamente necessário e na medida exigida para o cumprimento do seu dever.

Se os princípios mencionados, designadamente os da necessidade e da proporcionalidade, são as balizas de qualquer intervenção pela força, são-no, ainda com maior premência de acatamento, quando está em causa a utilização de um dos instrumentos mais sensíveis da força, a arma de fogo.

Só que não basta a mera proclamação de grandes princípios para que as forças policiais se sintam em condições de, a todo o momento, poder optar por um de entre os vários tipos de intervenção possíveis.

O presente diploma tem subjacente a preocupação de explicitar e desenvolver condicionantes ao uso de armas de fogo inerentes aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstas e enfatizar especialmente a necessidade de salvar a vida humana até ao extremo possível, através da concretização de exigências acrescidas e mais restritivas, de recurso a arma de fogo contra pessoas.

SalvaGuarda-se, por outro lado, o próprio agente na acção policial, que, com um quadro mais claro de procedimentos, vê facilitada a adopção, em cada momento crítico, do comportamento adequado ao desempenho da sua missão.

Refira-se, ainda, que, quando qualquer agente policial se vê na contingência de utilizar uma arma de fogo para o cumprimento da missão que lhe está cometida, não deve haver distinção de proveniência, tanto mais que frequentemente se trata de actuação conjunta, por vezes até no mesmo local e à mesma hora.

O presente diploma, realizando essa uniformização que visa aumentar a eficácia da acção policial, vem induzir, consequentemente, um reforço da relação de confiança das polícias com os cidadãos.

A medida agora adoptada insere-se no Programa do XIII Governo Constitucional no que se refere à modernização dos serviços de protecção dos cidadãos e à implementação de soluções institucionais e procedimentos tendentes a assegurar um controlo mais eficaz do cumprimento da lei e da defesa dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos.

Em conclusão, consubstancia-se no diploma em apreço a instituição de um regime uniforme e sistemático, regulador do uso de armas de fogo na acção policial, por parte de todas as entidades

definidas no Código de Processo Penal como órgãos de polícia criminal.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 2.º da Lei n.º104/99, de 26 de Julho, e nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

- 1 - O presente diploma aplica-se às situações de recurso a arma de fogo em acção policial.
- 2 - Para os fins desta lei, entende-se por acção policial a que for desenvolvida pelas entidades e agentes previstos no número seguinte, no exercício das funções que legalmente lhes estiverem cometidas.
- 3 - São abrangidas todas as entidades e agentes policiais definidos pelo Código de Processo Penal como órgãos e autoridades de polícia criminal, desde que autorizados a utilizar arma de fogo de acordo com o respectivo estatuto legal.
- 4 - A utilização de arma de fogo em instrução ou demonstração não é objecto deste diploma.

Artigo 2.º

Princípios da necessidade e da proporcionalidade

- 1 - O recurso a arma de fogo só é permitido em caso de absoluta necessidade, como medida extrema, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes, e desde que proporcionado às circunstâncias.
- 2 - Em tal caso, o agente deve esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos e respeitar e preservar a vida humana.

Artigo 3.º

Recurso a arma de fogo

- 1 - No respeito dos princípios constantes do artigo anterior e sem prejuízo do disposto no n.º2 do presente artigo, é permitido o recurso a arma de fogo:
 - a) Para repelir agressão actual e ilícita dirigida contra o próprio agente da autoridade ou contra terceiros;
 - b) Para efectuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão superior a três anos ou que faça uso ou disponha de armas de fogo, armas brancas ou engenhos ou substâncias explosivas, radioactivas ou próprias para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiantes;
 - c) Para efectuar a prisão de pessoa evadida ou objecto de mandado de detenção ou para impedir a fuga de pessoa regularmente presa ou detida;
 - d) Para libertar reféns ou pessoas raptadas ou sequestradas;
 - e) Para sustar ou impedir grave atentado contra instalações do Estado ou de utilidade pública ou social ou contra aeronave, navio, comboio, veículo de transporte colectivo de passageiros ou veículo de transporte de bens perigosos;
 - f) Para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter a autoridade depois de ter feito aos resistentes intimação inequívoca de obediência e após esgotados todos os outros meios possíveis para o conseguir;

- g) Para abate de animais que façam perigar pessoas ou bens ou que, gravemente feridos, não possam com êxito ser imediatamente assistidos;
- h) Como meio de alarme ou pedido de socorro, numa situação de emergência, quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade;
- i) Quando a manutenção da ordem pública assim o exija ou os superiores do agente, com a mesma finalidade, assim o determinem.

2 - O recurso a arma de fogo contra pessoas só é permitido desde que, cumulativamente, a respectiva finalidade não possa ser alcançada através do recurso a arma de fogo, nos termos do n.º1 do presente artigo, e se verifique uma das circunstâncias a seguir taxativamente enumeradas:

- a) Para repelir a agressão actual ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física;
- b) Para prevenir a prática de crime particularmente grave que ameace vidas humanas;
- c) Para proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça e que resista à autoridade ou impedir a sua fuga.

3 - Sempre que não seja permitido o recurso a arma de fogo, ninguém pode ser objecto de intimidação através de tiro de arma de fogo.

4 - O recurso a arma de fogo só é permitido se for manifestamente improvável que, além do visado ou visados, alguma outra pessoa venha a ser atingida.

Artigo 4.º

Advertência

1 - O recurso a arma de fogo deve ser precedido de advertência claramente perceptível, sempre que a natureza do serviço e as circunstâncias o permitam.

2 - A advertência pode consistir em tiro para o ar, desde que seja de supor que ninguém venha a ser atingido, e que a intimação ou advertência prévia possa não ser clara e imediatamente perceptível.

3 - Contra um ajuntamento de pessoas a advertência deve ser repetida.

Artigo 5.º

Comandante da força

O recurso a arma de fogo é efectuado de acordo com as ordens ou instruções de quem comandar a respectiva força, salvo se o agente se encontrar isolado, ou perante circunstâncias absolutamente impeditivas de a Guardar por aquelas ordens ou instruções.

Artigo 6.º

Obrigação de socorro

O agente que tenha recorrido a arma de fogo é obrigado a socorrer ou tomar medidas de socorro dos feridos logo que lhe seja possível.

Artigo 7.º

Dever de relato

1 - O recurso a arma de fogo é imediatamente comunicado aos superiores hierárquicos, comunicação sucedida, no mais curto prazo possível, de um relato escrito, se não tiver sido desde logo utilizada

essa via.

2 - Logo que tenha conhecimento do recurso a arma de fogo e caso deste facto tenham resultado danos pessoais ou patrimoniais, o superior hierárquico informará o Ministério Público, que determinará se há alguma medida a tomar.

3 - Recebido o relato escrito da ocorrência de recurso a arma de fogo e caso deste facto tenham resultado danos pessoais ou patrimoniais, o superior hierárquico anotará a sua posição, comunicando imediatamente tudo ao Ministério Público, também por escrito.

4 - O agente ou a força policial envolvido deve preservar a área onde foram efectuados os disparos e os bens atingidos de maneira a evitar que os seus vestígios se apaguem ou alterem, bem como proceder a imediato exame dos vestígios dos disparos, no caso de ser de temer a sua alteração ou desaparecimento.

5 - No caso de o recurso a arma de fogo constituir elemento da prática de um crime, aplicam-se a qualquer agente de autoridade e aos órgãos de polícia criminal as regras do Código de Processo Penal respeitantes aos meios de obtenção de prova e às medidas cautelares e de polícia.

Artigo 8.º

Explosivos

As regras constantes do presente diploma aplicam-se, com as necessárias adaptações, à utilização de meios explosivos.

Artigo 9.º

Vigência

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Setembro de 1999. - António Manuel de Oliveira Guterres - Jaime José Matos da Gama - Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho - José Eduardo Vera Cruz Jardim.

Promulgado em 19 de Outubro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Outubro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO SERVIÇO POLICIAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de Fevereiro de 2002, regista a adopção deste código pelos profissionais da PSP e da GNR, comete ao Ministério da Administração Interna a divulgação pública deste código e determina a previsão de um módulo de formação em matéria de deontologia do serviço policial, com carácter obrigatório, nos currículos dos cursos de formação, prática e superior, ministrados aos agentes das forças de segurança.

O presente Código visa promover a qualidade do serviço policial, reforçar o prestígio e a dignidade das Forças de Segurança, bem como contribuir para a criação das condições objectivas e subjectivas que, no âmbito da acção policial, garantam o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A consagração de padrões ético-profissionais de conduta, comuns a todos os membros das Forças de Segurança é condição indispensável para um exercício credível e eficiente do serviço policial, enquanto parte integrante do Estado de Direito Democrático.

A adopção pelos membros das Forças de Segurança de um Código Deontológico do Serviço Policial vem ao encontro da Resolução n.º 690 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 8 de Maio de 1979, e da Resolução n.º 34/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1979.

Artigo 1.º

(Âmbito de aplicação)

O presente Código Deontológico aplica-se aos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) e ao pessoal da Polícia de Segurança Pública (PSP), adiante designados membros das Forças de Segurança, no âmbito do exercício das suas funções policiais.

Artigo 2.º

(Princípios fundamentais)

1. Os membros das Forças de Segurança cumprem os deveres que a Lei lhes impõe, servem o interesse público, defendem as instituições democráticas, protegem todas as pessoas contra actos ilegais e respeitam os direitos humanos.

2. Como zeladores pelo cumprimento da Lei, os membros das Forças de Segurança, cultivam e promovem os Valores do Humanismo, da Justiça, Integridade, Honra, Dignidade, Imparcialidade, Isenção, Probidade e Solidariedade.

3. Na sua actuação os membros das Forças de Segurança devem absoluto respeito pela Constituição da República Portuguesa, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pela legalidade comunitária, pelas convenções internacionais, pela Lei e pelo presente Código.

4. Os membros das Forças de Segurança que actuem de acordo com as disposições do presente Código tem direito ao apoio activo da comunidade que servem e ao devido reconhecimento por parte do Estado.

Artigo 3.º

(Respeito pelos Direitos Fundamentais da pessoa humana)

1. No cumprimento do seu dever, os membros das Forças de Segurança promovem, respeitam e protegem a dignidade humana, o direito à vida, à liberdade, à segurança e demais direitos fundamentais de toda a pessoa, qualquer que seja a sua nacionalidade ou origem, a sua condição social, as suas convicções políticas, religiosas ou filosóficas.

2. Em especial, têm o dever de, em qualquer circunstância, não infligir, instigar ou tolerar actos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 4.º

(Respeito pelos Direitos Fundamentais da pessoa detida)

1. Os membros das Forças de Segurança têm o especial dever de assegurar o respeito pela vida, integridade física e psíquica, honra e dignidade das pessoas sob a sua custódia ou ordem.
2. Em especial devem abster-se, em qualquer circunstância, de praticar qualquer acto de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, desumano ou degradante, bem como opor-se, pronta e determinadamente, à prática de tais actos.
3. Os membros das Forças de Segurança devem zelar pela saúde das pessoas que se encontram à sua guarda e tomar, imediatamente, todas as medidas para assegurar a prestação dos cuidados médicos necessários.

Artigo 5.º

(Isenção e Imparcialidade)

1. Os membros das Forças de Segurança devem actuar com zelo e imparcialidade, tendo sempre presente a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.
2. Em especial, têm o dever de, no uso dos poderes de autoridade de que estão investidos, se abster da prática de actos de abuso de autoridade, não condizente com um desempenho responsável e profissional da missão policial.
3. Os membros das Forças de Segurança abstêm-se de qualquer acto que possa por em causa a liberdade da sua acção, a independência do seu juízo e a credibilidade da Instituição a que pertencem.

Artigo 6.º

(Integridade, Dignidade e Probidade)

1. Os membros das Forças de Segurança cumprem as suas funções com integridade e dignidade, evitando qualquer comportamento passível de comprometer o prestígio, a eficácia e o espírito de missão de serviço público da função policial.
2. Em especial, não exercem actividades incompatíveis com a sua condição de agente de autoridade ou que os coloquem em situações de conflito de interesses susceptíveis de comprometer a sua lealdade, respeitabilidade e honorabilidade ou a dignidade e prestígio da Instituição a que pertencem.
3. Os membros das Forças de Segurança combatem e denunciam todas as práticas de corrupção, abusivas, arbitrárias e discriminatórias.

Artigo 7.º

(Correcção na actuação)

1. No desempenho da sua função, os membros das Forças de Segurança devem agir com determinação, prudência, tolerância, serenidade, bom senso e autodomínio na resolução das situações decorrentes da sua actuação profissional.
2. Os membros das Forças de Segurança devem comportar-se de maneira a preservar a confiança, a consideração e o prestígio inerentes à função policial, tratando com cortesia e correcção todos os cidadãos, nacionais, estrangeiros ou apátridas, promovendo a convivencialidade e prestando todo o auxílio, informação ou esclarecimento que lhes for solicitado, no domínio das suas competências.
3. Os membros das Forças de Segurança exercem a sua actividade segundo critérios de justiça, objectividade, transparência e rigor; actuam e decidem prontamente para evitar danos no bem ou interesse jurídico a salvaguardar.

Artigo 8.º

(Adequação, necessidade e proporcionalidade do uso da força)

1. Os membros das Forças de Segurança usam os meios coercivos adequados à reposição da legalidade e da ordem, segurança e tranquilidade públicas só quando estes se mostrem indispensáveis, necessários e suficientes ao bom cumprimento das suas funções e estejam esgotados os meios de persuasão e de diálogo.
2. Os membros das Forças de Segurança evitam recorrer ao uso da força, salvo nos casos expressamente previstos na lei, quando este se revele legítimo, estritamente necessário, adequado e proporcional ao objectivo visado.
3. Em especial, só devem recorrer ao uso de armas de fogo, como medida extrema, quando tal se afigure absolutamente necessário, adequado, exista comprovadamente perigo para as suas vidas ou de terceiros e nos demais casos taxativamente previstos na lei.

Artigo 9.º
(Obediência)

1. Os membros das Forças de Segurança acatam e cumprem prontamente as ordens legítimas e legais de superior hierárquico.
2. A obediência que os membros das Forças de Segurança devem aos seus superiores hierárquicos não os isenta da responsabilidade pela execução de tais ordens que constituam, manifestamente, violações à lei.
3. Nenhuma sanção disciplinar pode ser aplicada a um membro das Forças de Segurança que se tenha recusado a cumprir uma ordem ilegal e ilegítima.

Artigo 10.º
(Responsabilidade)

1. Os membros das Forças de Segurança assumem, prontamente, os seus erros e promovem a reparação dos efeitos negativos que, eventualmente, resultem da acção policial.
2. Os membros das Forças de Segurança, a todos os níveis da hierarquia, são responsáveis pelos actos e omissões que tenham executado ou ordenado e que sejam violadores das normas legais e regulamentares.

Artigo 11.º
(Sigilo)

Os membros das Forças de Segurança devem guardar segredo sobre as informações de natureza confidencial, ou relacionadas com métodos e táticas de acção operacional, que venham a obter no desempenho das suas funções, sem prejuízo das necessidades da administração da Justiça ou do cumprimento do dever profissional.

Artigo 12.º
(Cooperação na administração da Justiça)

Os membros das Forças de Segurança respeitam a independência dos Tribunais e colaboram, prontamente, na execução das decisões das autoridades judiciais.

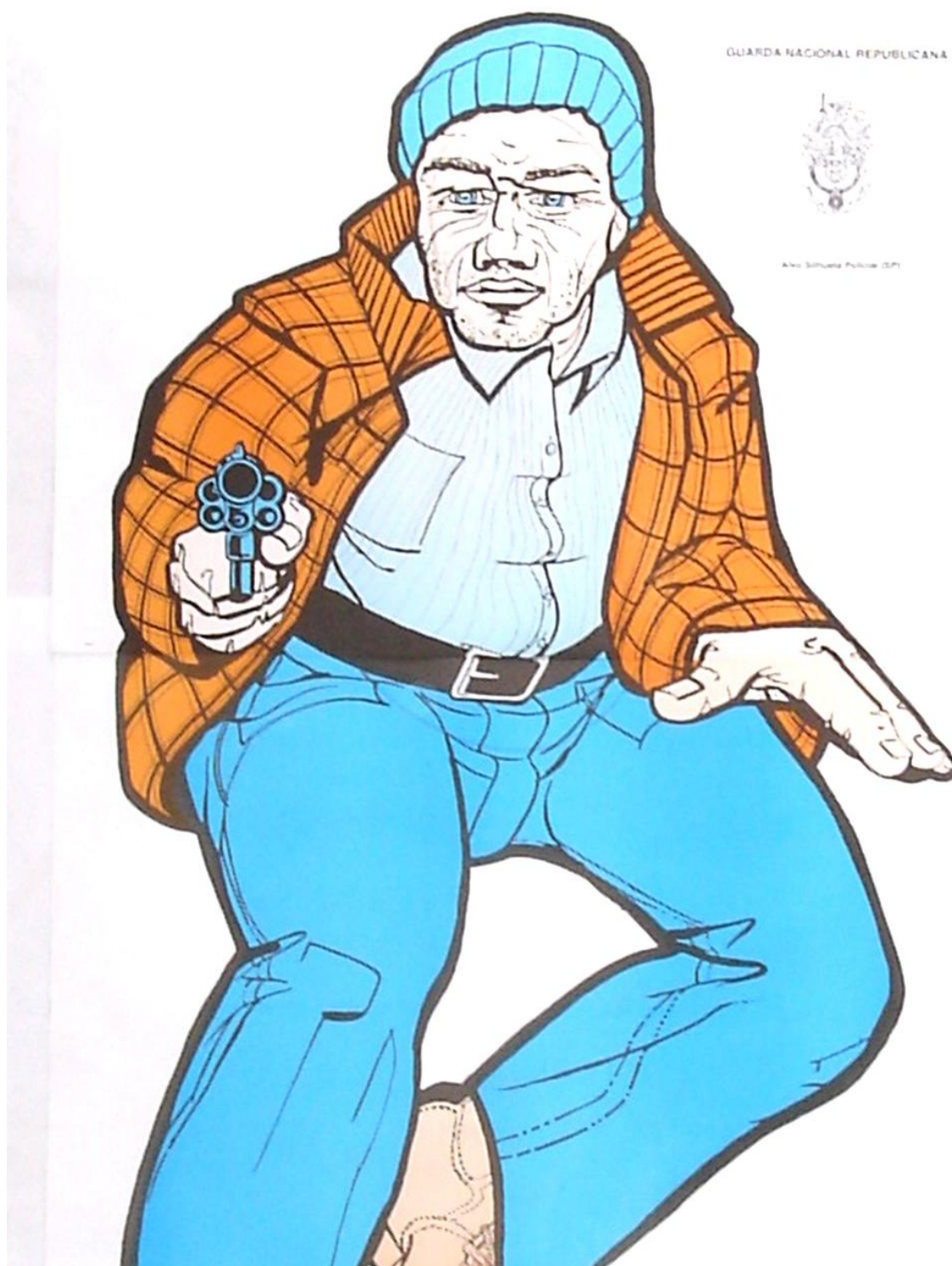
Artigo 13.º
(Solidariedade na acção)

Todo o membro das Forças de Segurança observa a solidariedade para com os seus camaradas, sem prejuízo dos princípios da honra e da dignidade e das regras da disciplina e do dever de defesa da legalidade.

Artigo 14.º
(Preparação individual)

1. Todo o membro das Forças de Segurança prepara-se física, psíquica e moralmente para o exercício da sua actividade e aperfeiçoa os respectivos conhecimentos e aptidões profissionais, de forma a contribuir para uma melhoria do serviço a prestar à Comunidade.
2. Em especial, interioriza e pratica as normas deontológicas contidas no presente Código, que deverão ser parte integrante da sua formação profissional.

ANEXO L – ALVO DE SILHUETA POLICIAL (SP)



ANEXO M – DETALHE DE INSTRUÇÃO DO CIT

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

CURSO	CIT	ESCOLA PRÁTICA	MATERIA	Armamento e Tiro
	2007/2 008			120 HORAS

Direcção de Instrução

N.º Sessão	Detalhe/Objectivos Gerais	Tempo (H)	Objectivos Especificos	Auxiliares de Instrução
1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a estrutura do Curso, tendo em consideração os seguintes itens; • Objectivos; • Matérias a ministrar; • Avaliação; • Publicações de apoio; • Organização dos grupos de trabalho; • Chamar a atenção dos formandos para a importância desta disciplina no âmbito de actuação da GNR. 	2	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar dos objectivos de cada uma das matérias específicas do Curso; • Referir as matérias que irão ser leccionadas; • Enunciar as formas de avaliação para cada uma delas; • Entregar aos formandos o suporte teórico do Curso; • Caracterizar alguns exemplos ilustrativos sobre assuntos da área do tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ Manual de Armamento e Tiro (MAT) ▪ Exemplos práticos de acidentes ocorridos em serviço.
02	<ul style="list-style-type: none"> • Enunciar as Normas e procedimentos de segurança e conduta pessoal a ter em atenção no manuseamento do armamento. 	1	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar as diferentes instruções de segurança; • Enunciar as operações de segurança; • Estabelecer os procedimentos de segurança em CT; • Caracterizar a atitude do militar; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Slides; ▪ Manual Técnico de Armamento e Tiro (MTAT).
03	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do armamento em uso na GNR; • Pistola Walther CP 88 A/C, • Pistola CZ Kadett 75 (.22), • Carabina CZ A/C, • Carabina CZ (.22). 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as características gerais e especiais de cada arma; • Enunciar os dados numéricos e balísticos; • Identificar os principais componentes da arma; • Executar as operações de segurança para cada arma; • Proceder à montagem e desmontagem de cada arma; • Manusear a arma como se fosse para a execução de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT ▪ 5 Armas por cada grupo por cada grupo; ▪ Panos de tenda.
04	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do armamento em uso na GNR; • Pistola P. 08 "Parabellum" (9mm) • Pistola Walther P. 38 (.22 e 9mm), • Pistola Walther P. 5 (9mm), • Pistola Walther PP/PPK (7.65mm), • Pistola Walther P99 • Pistola Walther P38K 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as características gerais e especiais de cada arma; • Enunciar os dados numéricos e balísticos; • Identificar os principais componentes da arma; • Executar as operações de segurança para cada arma; • Proceder à montagem e desmontagem de cada arma; • Manusear a arma como se fosse para a execução de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT ▪ 5 Armas por cada grupo por cada grupo; ▪ Panos de tenda.
05	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do armamento em uso na GNR; • Pistola HK VP 70 (9mm), • Pistola HK P9S(9mm), • Pistola HK USP (9mm), • Pistola Browning (9mm), • Pistola Star (7.65 e 9 mm). 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as características gerais e especiais de cada arma; • Enunciar os dados numéricos e balísticos; • Identificar os principais componentes da arma; • Executar as operações de segurança para cada arma; • Proceder à montagem e desmontagem de cada arma; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT ▪ 5 Armas por cada grupo por cada grupo; ▪ Panos de tenda.
06	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do armamento em uso na GNR; • Pistola-metralhadora Sterling (9mm), • Pistola-metralhadora HK MP5A4 e HK MP5KA1 (9mm), • Pistola-metralhadora SAF-Famae. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as características gerais e especiais de cada arma; • Enunciar os dados numéricos e balísticos; • Identificar os principais componentes da arma; • Executar as operações de segurança para cada arma; • Proceder à montagem e desmontagem de cada arma; • Manusear a arma como se fosse para a execução de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT ▪ 5 Armas por cada grupo por cada grupo; ▪ Panos de tenda.
07	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do armamento em uso na GNR; • Espingarda Mauser M/904, M/937-A e M/937-B (7.9mm), • Espingarda Caçadeira Winchester, Scorpion e Valtro (Cal. 12), • Lança-Granadas Webley-Schermuly (38mm), • Flash Ball (44mm). 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as características gerais e especiais de cada arma; • Enunciar os dados numéricos e balísticos; • Identificar os principais componentes da arma; • Executar as operações de segurança para cada arma; • Proceder à montagem e desmontagem de cada arma; • Manusear a arma como se fosse para a execução de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT ▪ 5 Armas, uma por cada grupo; ▪ Panos de tenda.
08	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do armamento em uso na GNR; • Espingarda Automática G-3 (7.62mm), • Redutor de Calibre (.22), • HK G36-KV Calibre 5,56mm. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as características gerais e especiais de cada arma; • Enunciar os dados numéricos e balísticos; • Identificar os principais componentes da arma; • Executar as operações de segurança para cada arma; • Proceder à montagem e desmontagem de cada arma; • Manusear a arma como se fosse para a execução de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT ▪ 5 Armas, uma por cada grupo; ▪ Panos de tenda.
09	<ul style="list-style-type: none"> • Revisões de Armamento 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação para circuito de avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todo armamento ministrado.
10	<ul style="list-style-type: none"> • Executar um Circuito Prático de Avaliação. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir os objectivos estabelecidos para cada estação do circuito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Balizadores de estação; ▪ Armamento e equipamento em cada estação;

11	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o enquadramento legal que regula a utilização de armas de fogo; Enunciar as normas de actuação regulamentar face a esse enquadramento. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Determinar e caracterizar os aspectos mais sensíveis decorrentes da análise desses diplomas; Caracterizar os procedimentos correctos que devem ser tomados, em função da situação concreta; Analisar casos concretos surgidos na comunicação sociais, ou decorrentes da experiência dos formandos; Decorrente do anterior, identificar qual o procedimento que deveria de ser, ou foi, adoptado. 	<ul style="list-style-type: none"> Projectão de vídeos; Artigos da imprensa escrita; Colaboração dos instrutores do Gabinete de Análise.
12	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os tipos de munições em uso na GNR. Granadas de Mão. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Enunciar a constituição e composição das munições; Identificar e caracterizar as munições em uso na GNR Conhecer e identificar as munições que podem ser encontradas na posse de presumíveis arguidos; Distinguir e identificar os diferentes tipos de Granadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Acetatos; MAT; Vários tipos de munições. 1 Exemplar de cada Granada.
13	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a terminologia própria para a Carreira de Tiro; Conhecer a missão de todos os órgãos intervenientes no Tiro; Utilizar correctamente as Carreiras de Tiro e sua linguagem; Identificar e corrigir os erros na execução do Tiro; Identificar os principais documentos relacionados com o Tiro. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a linguagem de Tiro; Conhecer as entidades que têm intervenção na área do Tiro; Caracterizar os tipos de Carreiras de Tiro; Definir o número ideal de efectivos e material a utilizar na Carreira de Tiro; Referir as principais Instruções Preliminares a ter em conta; Dar exemplos de documentação e Alvos; Elaborar documentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Acetatos; MAT; 1 Pistola Walther; Alvos; Doc. De
14	<ul style="list-style-type: none"> Executar os procedimentos inerentes à Técnica de Tiro com Pistola, nas modalidades de Precisão e Policial; Executar os procedimentos regulamentares, antes, durante e após o Tiro; Conhecer as Tabelas do Tiro; Alinhar correctamente o aparelho de pontaria; Conhecer as vozes de Tiro. Regulação de armas. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar os procedimentos de segurança; Executar os seguintes procedimentos na Técnica de Tiro com Pistola: <ul style="list-style-type: none"> 1. Tiro de Precisão <ul style="list-style-type: none"> Tomar a posição, Suspender a respiração, Fazer a Pontaria, Executar o disparo, Fazer o "seguimento", Exercícios de Pontaria e "tiro em seco". 2. Tiro Policial <ul style="list-style-type: none"> Tomar a posição, Suspender a respiração, Fazer a Pontaria. Conhecer a Tabela de Tiro para cada uma das modalidades referidas; Conhecer e identificar as vozes de Tiro; Identificar os procedimentos a adoptar em função das vozes de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Acetatos; 15 Pistolas Walther; Alvos AI 1; 2 Invólucros por atirador.
15	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com a Pistola de Ar Comprimido, de acordo com as tabelas. Executar tiro com a Pistola de Calibre Reduzido, de acordo com as tabelas. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Execução de tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Ar Comprimido e.22 Antecedida: Explicação sobre a Tabela de execução de Tiro, Segurança na Carreira de Tiro, Vozes de Tiro, Articulação dos atiradores, "Calapinagem" de Alvos, Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola por atirador Alvos AI 1. Alvos SPIL.
16	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com a Pistola de Calibre de Guerra, de acordo com as tabelas. Executar tiro com todos os modelos de pistola de Calibre de Guerra. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Execução de tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra antecedida de: Explicação sobre a Tabela de execução de Tiro, Segurança na Carreira de Tiro, Vozes de Tiro, Articulação dos atiradores, "Calapinagem" de Alvos, Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Walther Cal 9mm por atirador; Alvos SPIL.

17	<ul style="list-style-type: none"> • Executar os procedimentos de segurança; • Executar os seguintes procedimentos na Técnica de Tiro com Espingarda: • Tomar a posição, • Suspender a respiração, • Fazer a Pontaria, • Executar o disparo, • Fazer o “seguimento”, • Exercícios de Pontaria e “tiro em seco”. • Conhecer a Tabela de Tiro a executar; • Conhecer as vozes de Tiro; • Identificar os procedimentos a adoptar em função das vozes de Tiro. 	1	<ul style="list-style-type: none"> • Executar os procedimentos de segurança; • Executar os seguintes procedimentos na Técnica de Tiro com Espingarda: • Tomar a posição, • Suspender a respiração, • Fazer a Pontaria, • Executar o disparo, • Fazer o “seguimento”, • Exercícios de Pontaria e “tiro em seco”. • Conhecer a Tabela de Tiro a executar; • Conhecer as vozes de Tiro; • Identificar os procedimentos a adoptar em função das vozes de Tiro.3 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ 15 Espingardas Aut. G-3; ▪ Panos de tenda; ▪ Alvos AI 1.
18	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro com a Carabina de Ar Comprimido, de acordo com as tabelas. • Executar tiro com a Espingarda de Calibre reduzido, de acordo com as tabelas. 	2	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de Tiro com Carabina de Ar Comprimido e Espingarda de Calibre reduzido, antecedida de: • Explicação sobre a Tabela de execução de Tiro, • Segurança na Carreira de Tiro, • Vozes de Tiro, • Articulação dos atiradores, • “Calapinação” de Alvos, • Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carreira de Tiro; ▪ Uma Arma, por atirador; ▪ Alvos AI 2. ▪ Alvos AI 1.
19	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios Táticos Básicos 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os Princípios Táticos Básicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ MAT;
20	<ul style="list-style-type: none"> • Executar os procedimentos inerentes à técnica de tiro com pistola, em ambiente nocturno. • Executar Tiro prático nocturno. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Executar os procedimentos de segurança. • Identificar os procedimentos a adoptar em função de um ambiente hostil e nocturno. • Conhecer e conciliar eficazmente a utilização da pistola/lanterna. • Execução de Tiro em Calibre Reduzido tendo em conta os conhecimentos e técnicas apreendidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos ▪ 1 Pistola e uma lanterna por atirador.
21	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro com a Espingarda de Calibre de Guerra, de acordo com as tabelas. • Executar tiro com a Espingarda de Calibre 5,56mm 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de Tiro em Calibre de Guerra antecedida de: • Explicação sobre a Tabela de execução de Tiro, • Segurança na Carreira de Tiro, • Vozes de Tiro, • Articulação dos atiradores, • “Calapinação” de Alvos, • Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carreira de Tiro; ▪ Uma Esp. Por atirador; ▪ Alvos SPII.
22	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro com as pistolas-metralhadoras Calibre 9mm 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de Tiro em Calibre de Guerra antecedida de: • Explicação sobre a Tabela de execução de Tiro, • Segurança na Carreira de Tiro, • Vozes de Tiro, • Articulação dos atiradores, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carreira de Tiro; ▪ Armas; ▪ Alvos.
23	<ul style="list-style-type: none"> • Técnica de tiro, com pistola de calibre reduzido, em movimento e com cobertura. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Executar os procedimentos inerentes à técnica de tiro com pistola em movimento. • Adoptar os procedimentos em função do tipo de progressão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos ▪ 1 Pistola por atirador ▪ Alvos ▪ Panos de tenda
24	<ul style="list-style-type: none"> • Prática Pedagógica 	6	<ul style="list-style-type: none"> • Efectuar a Prática Pedagógica de Direcção de Tiro em Carreira antecedida de: • Explicação sobre as tabelas de execução e avaliação de Tiro, • Segurança na carreira de Tiro, • Vozes de Tiro, • Articulação dos atiradores, • Correção de erros na execução de Tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carreira de Tiro; ▪ 1 Pistola de Ar Comprimido ou Pistola de Calibre Reduzido por atirador.

25	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro com a pistola de calibre Reduzido em circuito prático de manutenção (não classificativo). 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro em carreira de tiro com pistola de calibre Reduzido antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - O circuito prático; - Procedimentos de segurança na carreira de tiro; - Vozes de tiro; - Articulação dos atiradores, Procedimentos para pastilhar os alvos; - Avaliação do desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carreira de tiro 25m; ▪ 1 Pistola Walther Cal. .22 por atirador; ▪ Alvos SP.
26	<ul style="list-style-type: none"> • Executar limpeza de compartimentos sem oposição, em carreira de tiro de 25 metros 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e executar os procedimentos para ações deste tipo. • Dominar a técnica para ultrapassar obstáculos; porta/janela • Procedimentos de segurança, antes, durante, e no final da limpeza do compartimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos ▪ 1 Pistola por atirador ▪ Alvos
27	<ul style="list-style-type: none"> • Executar limpeza de compartimentos com oposição, em carreira de tiro de 25 metros 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e executar os procedimentos para ações deste tipo. • Dominar a técnica para ultrapassar obstáculos; porta/janela • Procedimentos de segurança, antes, durante, e no final da limpeza do compartimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos ▪ 1 Pistola por atirador ▪ Alvos

28	• Teste Escrito	1	Correcção teste escrito	
29	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e identificar material e equipamento que fazem parte das equipas de Tiro Desportivo (modalidade Pistola) do Clube de Tiro do CADG/GNR. 	2	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as diversas especialidades, na modalidade de Pistola, em que os atiradores da GNR se fazem representar; • Conhecer e identificar os diferentes tipos de Armamento utilizado, em função da especialidade considerada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acetatos; ▪ 1 Pistola de Ar Pré-Comprimido; ▪ 1 Pistola de Ar Comprimido; ▪ 1 Pistola de Cal. .22; ▪ Guarnições e Acessórios.
30	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro em circuito prático com espingarda caçadeira calibre 12 • Executar tiro com as armas MOP 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir os seguintes modelos: Winchester 1200, Scorpion e Valtro. • Cumprir os objectivos estabelecidos para cada estação do circuito. • Executar os procedimentos de segurança antes durante e após o circuito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 Espingarda caçadeira por atirador ▪ Panos de tenda ▪ Alvos
31	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro com a pistola de calibre guerra em circuito prático (Tarzan). 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro em carreira de tiro com pistola calibre de guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - O circuito prático; - Procedimentos de segurança na carreira de tiro; - Vozes de tiro; - Articulação dos atiradores, Avaliação do desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lago Tarzan ▪ Pistola Cal. de Guerra por atirador ▪ Alvos
32	• Exercício Tático.	3	• Da responsabilidade da Secção de Tática.	
33	• Circuito prático de avaliação final.	3	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir os objectivos de cada estação do circuito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Balizadores de estação ▪ Armamento e equipamento por estação
34	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro nos simuladores (Secotron) e alvos móveis existentes no Pavilhão de Tiro. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir os objectivos estabelecidos para cada tipo de alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Armamento e equipamento em cada posto de tiro; ▪ Alvos.
35	<ul style="list-style-type: none"> • Executar tiro no simulador (Range 2000) existente no Pavilhão de Tiro. 	3	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir os objectivos estabelecidos para cada tipo de sessão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Armamento e equipamento em cada posto de tiro.
36	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza e Manutenção de todo o armamento utilizado. • Analisar as atribuições dos diversos escalões de Manutenção. 	6	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir os diferentes escalões de manutenção e respectivas atribuições. (Destacando a importância atribuída à manutenção do armamento por parte do utilizador) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as armas utilizadas durante o curso. ▪ Mechas ▪ Óleo
37	• Demonstração de armamento.	3	• Da responsabilidade do Regimento de Infantaria	

ANEXO N - DETALHE DE INSTRUÇÃO DO CFG

FMG

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ESCOLA DA GUARDA

Direcção de Instrução

CURSO	CFG
	2008/2009

MATÉRIA	IMB
	10 HORAS

N.º Sessão	Objectivos Gerais	Tempo Lectivo	Objectivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução
------------	-------------------	---------------	------------------------	---

01	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação; Segurança. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as regras de segurança; Enunciar as operações de segurança; Estabelecer os procedimentos de segurança em CT. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; Manual Técnico de Armamento e Tiro (MTAT).
02	Apresentação do armamento em uso na GNR: <ul style="list-style-type: none"> Pistola Walther P38 calibre 9mm. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Descrever as características gerais e especiais de cada arma; Enunciar os dados numéricos e balísticos; Identificar os principais componentes da arma; Executar as operações de segurança para cada arma; Manusear a arma como se fosse para a execução de tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Panos de tenda.
03	Apresentação do armamento em uso na GNR: <ul style="list-style-type: none"> Espingarda automática G3 calibre 7,62mm. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Descrever as características gerais e especiais de cada arma; Enunciar os dados numéricos e balísticos; Identificar os principais componentes da arma; Executar as operações de segurança para cada arma; Manusear a arma como se fosse para a execução de tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Panos de tenda.
04	<ul style="list-style-type: none"> Revisões. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Rever e praticar os conhecimentos adquiridos. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Panos de tenda.

ANEXO O - DETALHE DE INSTRUÇÃO DO CFG

ARMAMENTO

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ESCOLA DA GUARDA

Direcção de Instrução

CURSO	CFG
	2008/2009

MATÉRIA	ARMAMENTO
	15 HORAS

N.º Sessão	Objectivos Gerais	Tempo Lectivo	Objectivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução
01	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os tipos de munições em uso na GNR. 	1	<ul style="list-style-type: none"> Enunciar a constituição e composição das munições; Identificar e caracterizar as munições em uso na GNR; Conhecer e identificar as munições que podem ser encontradas na posse de suspeitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; Manual de Armamento e Tiro (MTAT); Vários tipos de munições.
02	<p>Apresentação do armamento em uso na GNR:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pistola Glock 19 calibre 9mm; Coldre para Pistola Glock 19 calibre 9mm. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Descrever as características gerais e especiais de cada arma; Enunciar os dados numéricos e balísticos; Identificar os principais componentes da arma; Executar as operações de segurança para cada arma; Manusear a arma como se fosse para a execução de tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Coldres; Panos de tenda.
03	<p>Apresentação do armamento em uso na GNR:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pistola-metralhadora Saf Famae calibre 9mm; Utilização e colocação da bandoleira. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Descrever as características da arma; Enunciar os dados numéricos e balísticos; Identificar os principais componentes da arma; Executar as operações de segurança; Manusear a arma como se fosse para a execução de tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Bandoleiras; Panos de tenda.
04	<p>Apresentação do armamento em uso na GNR:</p> <ul style="list-style-type: none"> Espingarda caçadeira Valtro calibre 12; Espingarda caçadeira Scorpion calibre 12; Espingarda caçadeira Fabarm calibre 12; Utilização e colocação da bandoleira. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Descrever as características da arma; Enunciar os dados numéricos e balísticos; Identificar os principais componentes da arma; Executar as operações de segurança para cada arma; Manusear a arma como se fosse para a execução de tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Bandoleiras; Panos de tenda.
05	<ul style="list-style-type: none"> Granadas de Mão 	1	<ul style="list-style-type: none"> Distinguir e identificar os diferentes tipos de Granadas; Conhecer as distâncias de segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; 1 Exemplar de cada Granada.
06	<ul style="list-style-type: none"> Revisões. 	2	<ul style="list-style-type: none"> Rever e praticar os conhecimentos adquiridos. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; Armas; Panos de tenda.
07	<ul style="list-style-type: none"> Teste escrito. 	1	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar de forma teórica os conhecimentos adquiridos pelos instruendos. 	<ul style="list-style-type: none"> Teste sem consulta.
08	<ul style="list-style-type: none"> Prova Prática 	3	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar de forma prática os conhecimentos adquiridos pelos instruendos. 	<ul style="list-style-type: none"> Armas; Bandoleiras; Panos de tenda.

ANEXO P – DETALHE DE INSTRUÇÃO DO CFG

TIRO

CURSO	CFG	ESCOLA DA GUARDA	MATÉRIA	TIRO
	2008/2009			55 HORAS

N.º Sessão	Objectivos Gerais	Tempo Lectivo	Objectivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução
------------	-------------------	---------------	------------------------	---

01	<ul style="list-style-type: none"> Técnica de Tiro com Pistola nas modalidades de precisão e policial; Colocação de armamento e equipamento. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar os procedimentos de segurança; Executar os seguintes procedimentos na Técnica de Tiro com Pistola: <ul style="list-style-type: none"> Tiro de Precisão e Policial; Tomar a posição; Suspende a respiração; Fazer a Pontaria; Executar o disparo; Fazer o "seguimento"; Exercícios de Pontaria e "tiro em seco". 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; Manual Técnico de Armamento e Tiro (MTAT); 1 Pistola Glock 19 calibre 9mm por atirador; Alvos.
02	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre Reduzido na modalidade de precisão; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre Reduzido antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre .22 (ou CZ Modelo 75 Kadet calibre .22) por atirador; Alvos AP II; Tabela de Execução de Tiro.
03	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre Reduzido na modalidade de policial; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre Reduzido antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre .22 (ou CZ Modelo 75 Kadet calibre .22) por atirador; Alvos SP; Tabela de Execução de Tiro.
04	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de precisão; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos AP II; Tabela de Execução de Tiro.
05	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de policial; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP; Tabela de Execução de Tiro.
06	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de precisão; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Articulação dos atiradores; Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos AP II; Tabela de Execução de Tiro.
07	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de policial; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Articulação dos atiradores; Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP; Tabela de Execução de Tiro.
08	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Pistola Calibre de Guerra em Circuito Prático; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra em Circuito Prático, antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Vozes de Tiro; Movimento dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro de 25 m; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP e SP II; Tabela de Execução de Tiro.

Anexo P

09	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Pistola Calibre de Guerra em Circuito Prático; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra em Circuito Prático, antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Tabela de Execução de Tiro; - Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; - Vozes de Tiro; - Movimento dos atiradores; - Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de tiro 25 m; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP e SP II; Tabela de Execução de Tiro.
10	<ul style="list-style-type: none"> Técnica de Utilização de Lanternas para tiro (teoria). 	1	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as técnicas correctas para utilizar de eficientemente a lanterna na execução de tiro com pistola. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; 1 Pistola Glock 19 9 mm e 1 lanterna por atirador; Pilhas de reserva; Alvos SP.
11	<ul style="list-style-type: none"> Técnica de Utilização de Lanternas para tiro (prática em ambiente nocturno/fraca visibilidade). 	2	<ul style="list-style-type: none"> Aplicar as técnicas correctas para utilizar de eficientemente a lanterna na execução de tiro com pistola. 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Pistola Glock 19 9 mm e 1 lanterna por atirador; Pilhas de reserva; Alvos SP.
12	<ul style="list-style-type: none"> Técnica de Tiro com Espingarda nas posições de atirador deitado, de joelhos e de pé. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar os procedimentos de segurança; Executar os seguintes procedimentos na Técnica de Tiro com Espingarda: <ul style="list-style-type: none"> - Tomar a posição; - Suspende a respiração; - Fazer a pontaria; - Executar o disparo; - Fazer o "seguimento". Exercícios de pontaria e "tiro em seco"; Manusear a arma como se fosse para a execução de tiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Slides; MTAT; 15 Espingardas Automáticas G-3 calibre 7,62 mm; Panos de tenda; Alvos AI 1.
13	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Espingarda de Calibre Reduzido nas posições de atirador deitado, de joelhos e de pé; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Espingarda Calibre Reduzido antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Tabela de Execução de Tiro; - Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; - Vozes de Tiro; - Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro de 25 m; 1 Espingarda Automática G-3 com redutor de calibre (.22) por atirador; Alvos AI 1; Tabela de Execução de Tiro.
14	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Espingarda de Calibre de Guerra nas posições de atirador deitado, de joelhos e de pé; Não avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Espingarda Calibre Reduzido antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Tabela de execução de Tiro; - Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; - Vozes de Tiro; - Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro de 100 m; 1 Espingarda Automática G-3 calibre 7,62 mm por atirador; Alvos SP II; Tabela de Execução de Tiro.
15	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Espingarda de Calibre de Guerra nas posições de atirador deitado, de joelhos e de pé; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Espingarda Calibre Reduzido antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Tabela de Execução de Tiro; - Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; - Vozes de Tiro; - Articulação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro de 100 m; 1 Espingarda Automática G-3 calibre 7,62 mm por atirador; Alvos SP II; Tabela de Execução de Tiro.
16	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de policial; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Tabela de Execução de Tiro; - Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; - Vozes de Tiro; - Articulação dos atiradores; - Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP; Tabela de Execução de Tiro.

17	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Pistola-Metralhadora de Calibre de Guerra; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola-Metralhadora de Calibre de Guerra antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Voices de Tiro; Articulação dos atiradores; Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro de 25 m; 1 Pistola-Metralhadora Saf-Famae calibre 9 mm; Alvos AP II e SP; Tabela de Execução de Tiro.
18	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Espingarda Caçadeira calibre 12; Treinar procedimentos para execução de tiro; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com espingarda Caçadeira em Circuito Prático, antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Movimento dos atiradores; Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Espingarda Caçadeira por atirador; Alvos SP II ou caixas de cartão; Tabela de Execução de Tiro.
19	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro com Pistola Calibre de Guerra em Circuito Prático; Avaliativo. 	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro em Carreira de Tiro com Pistola de Calibre de Guerra em Circuito Prático, antecedido de explicação sobre: <ul style="list-style-type: none"> Tabela de Execução de Tiro; Procedimentos de Segurança na Carreira de Tiro; Voices de Tiro; Movimento dos atiradores; Avaliação dos atiradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de tiro 25 m; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP e SP II; Tabela de Execução de Tiro.
20	<ul style="list-style-type: none"> Executar tiro de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de policial; Recuperação qualitativa (Aprovado ou Reprovado.) 	1	<ul style="list-style-type: none"> Recuperações de instruendos que não conseguiram obter média positiva no somatório das tabelas de Pistola Calibre de Guerra na modalidade de policial. 	<ul style="list-style-type: none"> Carreira de Tiro; 1 Pistola Glock 19 calibre 9 mm por atirador; Alvos SP; Tabela de Execução de Tiro de recuperação.